



KALYANA LORDELO DE SANTANA

**PARQUE REGIONAL
DO CAJUEIRO:
UMA PROPOSTA ECOLÓGICA
EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA**

LARANJEIRAS - SE
MARÇO DE 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

KALYANA LORDELO DE SANTANA

**PARQUE REGIONAL DO CAJUEIRO: UMA PROPOSTA
ECOLÓGICA EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA**

LARANJEIRAS - SE
MARÇO DE 2019

KALYANA LORDELO DE SANTANA

**PARQUE REGIONAL DO CAJUEIRO: UMA PROPOSTA
ECOLÓGICA EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras, SE, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor Dr. Márcio da Costa Pereira.

LARANJEIRAS - SE

MARÇO DE 2019

KALYANA LORDELO DE SANTANA

**PARQUE REGIONAL DO CAJUEIRO: UMA PROPOSTA ECOLÓGICA
EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA**

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em / /
pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira - Orientador

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Souza Martins Farias – Membro Interno DAU/UFS

Prof. Me Ricardo Soares Mascarello - Convidado Externo

LARANJEIRAS - SE

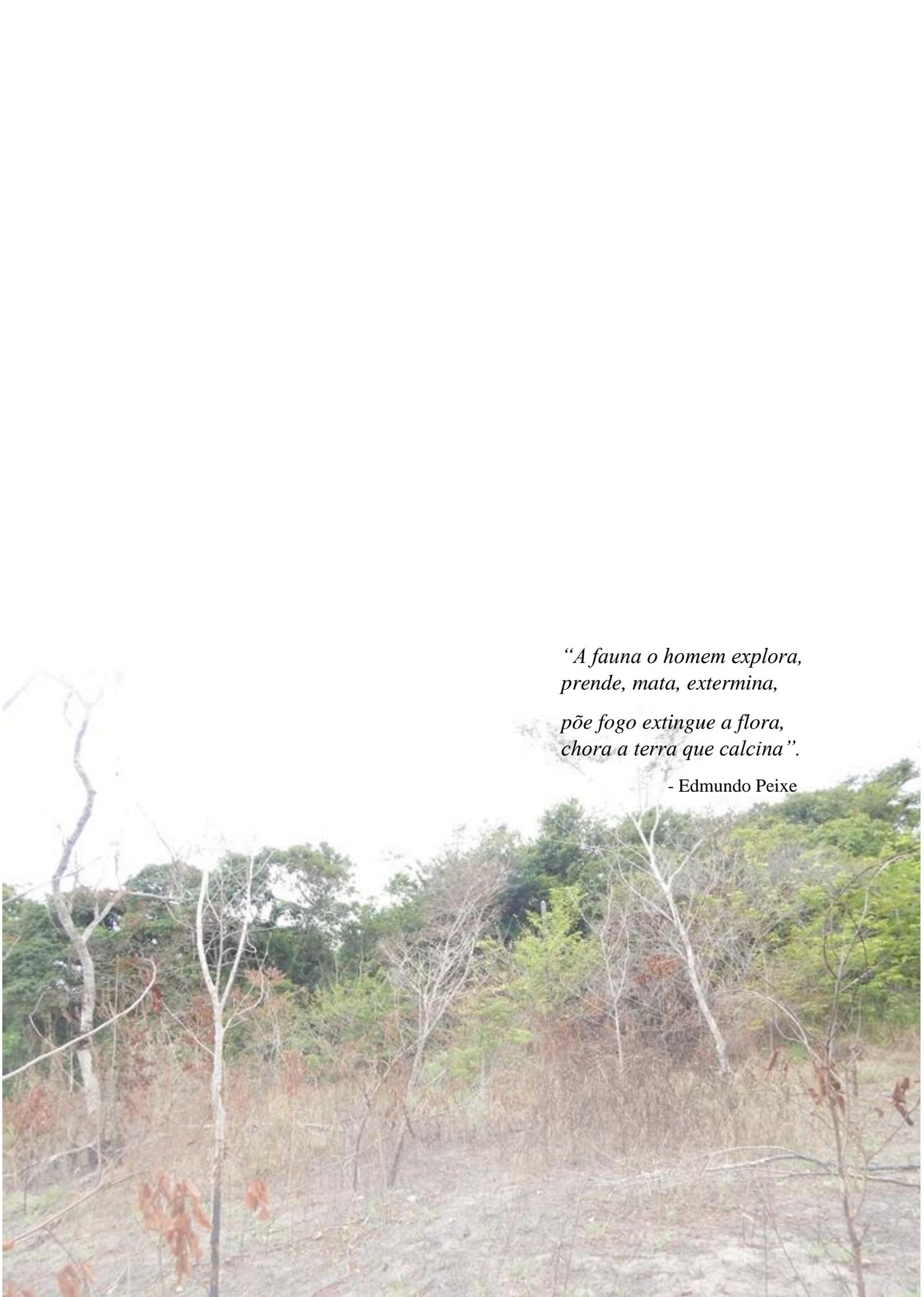
MARÇO DE 2019

Agradeço a meus pais, Cláudia e Santana, e a meu noivo Victor, por todo suporte. Gratidão também a todos meus familiares, amigos, mestres e profissionais, que se fizeram presentes durante o trajeto estudantil e colaboraram para essa formação.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo a elaboração do projeto de um Parque de abrangência Regional em Santo Antônio de Jesus – BA numa área de fragilidade ambiental, arrazoando relações ambientais, socioeconômicas e culturais preexistentes. O estudo em questão utiliza-se de meios como pesquisas bibliográficas para a contextualização urbano paisagística do tema e pesquisa de campo. Juntas, as metodologias contribuíram para o embasamento e desenvolvimento do trabalho. As decisões projetuais foram norteadas por diretrizes ecológicas de restauração paisagística, tendo em vista que a área objeto de estudo encontra-se debilitada ambientalmente. O trabalho ainda conta com diretrizes para operações necessárias pré, durante e pós plantio, e como seria realizada a gestão do parque com os atributos de cada grupo colaborador do gerenciamento, sem deixar de observar a relevância de um planejamento participativo com a comunidade, pois este é determinante para o sucesso de um projeto dessa magnitude.

Palavras-chave: Parque Regional, Ecogênese, Gestão Participativa.



*“A fauna o homem explora,
prende, mata, extermina,
põe fogo extingue a flora,
chora a terra que calcina”.*

- Edmundo Peixe

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: a: Reprodução de estudo da equipe de Niemeyer para o Parque do Ibirapuera (30/05/1952); b: Projeto final da equipe de Niemeyer para o Parque do Ibirapuera (janeiro de 1953)	30
Figura 02: Implantação geral do Parque da Juventude.....	33
Figura 03: Representação do projeto do parque institucional	34
Figura 04: Mapeamento da área	36
Figura 05: Foto de detalhe construtivo	38
Figura 06: Usuários interagindo com o conjunto	38
Figura 07: Panorama arquitetônico do Centro Comunitário	39
Figura 08: Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Recôncavo Baiano.....	41
Figura 09: Região Econômica do Recôncavo Sul e regiões vizinhas.....	42
Figura 10: Territórios de Identidade do estado da Bahia.....	44
Figura 11: Cidades do TI Recôncavo e territórios vizinhos	45
Figura 12: RPGA do Recôncavo Sul contexto de Santo Antônio de Jesus.....	47
Figura 13: Em primeiro plano: local onde ocorriam as feiras livres; em segundo plano, Matriz de Santo Antônio de Jesus e edificações de residência e comércio.....	48
Figura 14: Santo Antônio de Jesus na rede Urbana do Recôncavo	50
Figura 15: Região de Influência de Salvador – 2007.....	51
Figura 16: Localização urbana e vias de acesso	52
Figura 17: Mapa de Vazios e Paisagem Urbana.....	54
Figura 18: Mapa de ‘Modelagem Desenvolvimento’	55
Figura 19 - Figura 19: Comparação do desenvolvimento urbano no entorno da massa verde da área de estudo	58
Figura 20: a: Edvaldo, funcionário do IFBA mostra como é realizada a travessia; b: queimada em parte da área de vegetação	59
Figura 21: a: nascente maior; b: nascente menor, próxima à primeira; c e d mostram, respectivamente, a piscina menor e maior da Estação de Tratamento de Água conhecida popularmente como Pinicão; e: córrego comprometido com águas poluídas sofrendo assoreamento	60
Figura 22: Utilização do solo no Campo do Governo	61
Figura 23: Áreas de conservação, recuperação e intervenção	79

Figura 24: Áreas de Proteção Permanente.....	80
Figura 25: Proposta de setorização na área de estudo	81
Figura 26: Setores A, B e C, e praça de esportes	87
Figura 27: Planejamento Participativo	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Organização das metodologias	14
Tabela 02 - Tipos de parque ecológico.....	22
Tabela 03 - Tipos de parque de recreação	23
Tabela 04 - Tipos de parque na definição de Escada (1992)	23
Tabela 05 - Tipos de parque na definição de CAVALCANTI (2005)	24
Tabela 06 - Utilizações do solo no Campo do Governo.....	61
Tabela 07: Programa de necessidades e pré-dimensionamentos	83
Tabela 08: Outros programas e equipamentos complementares propostos.....	86

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
1. 1. Breve histórico do paisagismo brasileiro	19
1.1.1. Tipologias de parque	22
1.2. Desenho Ambiental	25
1.3. Ecogênese	27
1.4. Espaço Público e a apropriação coletiva	27
1.5. Referencias projetuais	29
1.5.1. O parque Ibirapuera	29
1.5.2. O parque da Juventude	31
1.5.3. O Centro Comunitário Camburi	36
CAPÍTULO 2. SANTO ANTÔNIO DE JESUS E SUA INSERÇÃO REGIONAL	40
2.1. Recôncavo baiano	40
2.2. Território de identidade	42
2.3. Contexto histórico e geográfico de Santo Antônio de Jesus	46
CAPÍTULO 3. ÁREA-OBJETO DE ESTUDO	52
3.1. O Plano Diretor	53
3.2. Código Florestal	56
3.3. Caracterização da área de estudo	57
3.3.1. Inventário de espécies	63
CAPÍTULO 4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	79
4.1. Programa de necessidades	82
4.1.1. Materialidade arquitetônica	87
4.1.2. Operações de Plantio e Manejo	88
4.2. Gestão do Parque	93

CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

Considerado um dos maiores problemas ambientais da atualidade, o desmatamento e as queimadas são questões debatidas em virtude da percepção dos desequilíbrios ambientais e do reconhecimento de que os recursos naturais do planeta são esgotáveis.

A partir de então, medidas mitigadoras vêm sendo discutidas com o objetivo de reduzir os impactos provenientes da degradação ambiental. FRANCO (1997) relata que em 1969, foi aprovado o “National Environment Policy Act”¹ (NEPA) pelo Congresso dos Estados Unidos, estabelecendo os ditames da política ambiental americana que previa, entre outras novidades, a Avaliação de Impacto Ambiental – AIA para projetos, planos e programas, assim como, para propostas legislativas de intervenção no meio ambiente.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a conferência Eco-92 ou Rio-92 que teve como principal resultado a Agenda 21, documento que instituiu a relevância de cada país se comprometer a refletir nas esferas global e local, sobre maneiras pelas quais todos os setores da sociedade poderiam colaborar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. Vinte anos depois, sucedeu na mesma cidade, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada de 13 a 22 de junho de 2012.

Apesar dessas ações, os efeitos ambientais pretendidos não foram alcançados em sua totalidade, visto que diversos biomas continuam sendo desmatados ou sofrendo queimadas. Segundo estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)² conjuntamente com a Fundação SOS Mata Atlântica³, entre o período de 2015 e 2016 é apontado o desmatamento de 29.075 hectares (ha), ou 290 Km², nos 17 estados do bioma Mata Atlântica – representando aumento de 57,7% em relação ao período anterior (2014-2015), referente a 18.433 ha. Neste levantamento, a Bahia foi o estado que liderou o desmatamento com decréscimo de 12.288 ha – alta de 207% em relação ao ano anterior, quando foram destruídos 3.997 ha. As cidades baianas de Santa Cruz Cabrália e Belmonte lideram o ranking, eliminando respectivamente, 3.126 e 2.122 hectares de mata nativa.

¹ Lei Nacional de Política Ambiental.

² Em 2004, o INPE lançou o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), que mapeia diariamente as áreas de corte raso e de processo progressivo de desmatamento por degradação florestal.

³ A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não-governamental criada em 1986. Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos, que desenvolve projetos de conservação ambiental, produção de dados, mapeamento e monitoramento da cobertura florestal do Bioma e ecossistemas sob sua influência.

Com importância regional no Recôncavo do estado da Bahia, o município de Santo Antônio de Jesus apresenta espaço urbano consolidado, porém a escassez de áreas verdes urbanas significativas, destinadas ao lazer público, é não somente percebida, como reconhecida sendo uma questão passível de reversão, conforme presente no Plano Diretor Urbano da cidade. A relevância deste município no dinamismo regional justifica a implantação de um parque de caráter regional e ecológico, visto que há presença de nascentes correndo risco de degradação e redução das massas verdes dentro do perímetro urbano.

Resultado do crescimento produtivo, seja pela monocultura agrícola ou pecuária intensiva, ou ainda pela própria extração de madeira, o desmatamento possui outro fator agravante para o cenário ambiental da região: o crescimento desenfreado das cidades. O avanço urbano ocorre de forma desregrada ao longo dos anos, tendo como consequência o acúmulo de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais, além é claro, do decréscimo das massas verdes na paisagem urbana.

Em Santo Antônio de Jesus, a situação do desmatamento não é diferente. A conversão da floresta em pastagens e processos de retirada da cobertura vegetal fez desta cidade baiana uma entre tantas que apresenta forte processo de desmatamento. Como consequência, a escassez de áreas verdes urbanas é um obstáculo para a elevação da qualidade de vida. GOMES e SOARES (apud SCIFONI, 1994), sintetizam a relevância da vegetação nas cidades contemporâneas em função da qualidade atmosférica, equilíbrio solo-clima e poluição sonora. Neste sentido, a vegetação tem importante papel: depurando, regulando a umidade e a temperatura do ar; mantendo a permeabilidade, a fertilidade e a umidade do solo e também, protegendo-o da erosão; e reduz os níveis de ruído servindo como amortecedor do barulho urbano. Do ponto de vista psicológico e social, o verde urbano influencia no ânimo dos indivíduos massificados pelo transtorno do crescimento urbano, além de propiciar ambiente agradável para a prática de esportes, exercícios físicos e recreação em geral. Sendo assim, este trabalho busca responder a uma problemática: a criação de um Parque pode promover a elevação da qualidade de vida e do meio ambiente do município de Santo Antônio de Jesus?

A cidade de Santo Antônio de Jesus apresenta resquícios de mata atlântica que vem sendo destruídos gradualmente por conta da expansão urbana. Seu Plano Diretor Urbano (PDU) sancionado em 2002, antecipa a criação de um parque municipal que objetiva reforçar o papel

da cidade em seu contexto regional, visto que Santo Antônio de Jesus é uma cidade de influência no Território de Identidade⁴, nas cidades limítrofes e nos Territórios vizinhos.

Este trabalho tem como objetivo geral a elaboração do projeto de um Parque de abrangência Regional em Santo Antônio de Jesus – BA, como previsto no Plano Diretor urbano do município, arrazoando relações ambientais, socioeconômicas e culturais preexistentes. Importante evidenciar que a presente idealização do projeto é um ponto de partida cuja intenção é levar a uma ampla discussão que agrega conhecimentos multidisciplinares necessários para implantação de um parque deste porte. Além disso, tem-se como objetivos específicos:

- Analisar e avaliar a atual situação da área escolhida;
- Identificar os grupos atuantes no ecossistema que compreendem a área de estudo;
- Interpretar e avaliar as informações ambientais, sociais e culturais apresentadas;
- Criar proposta de inserção de novos usos nas proximidades com a vegetação nativa presente na Estação Experimental Waldemar Guimarães Cova, popularmente conhecida como “Campo do Governo”, de modo a estimular de práticas sustentáveis;

A metodologia inicialmente compõe-se de pesquisa de campo e revisão bibliográfica. A leitura sobre o tema é indispensável para a delimitação do trabalho, contribuindo nas construções teóricas e na tomada das decisões projetuais.

Tabela 01: Organização das metodologias.

METODOLOGIA UTILIZADA	
Revisão bibliográfica	Legislação
	Referencial teórico
	Referencial de projeto
	Pesquisa documental
Pesquisa de Campo	Inventário de espécies vegetais
	Entrevistas

Fonte: Autora, 2018.

A leitura do Plano Diretor Urbanístico (PDU) se fez necessária por ser um meio de entendimento da situação do município; o estudo dos dados, mapas e informações disponíveis sobre o município (referente aos aspectos sociais, econômicos, ambientais, e de infraestrutura)

⁴ Programa instituído pelo Decreto 12.354, de 25.08.2010, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia.

é uma ferramenta legislativa de observação analítica indispensável antes de qualquer proposta no âmbito urbano.

O contato com o PDU, que reconhecidamente necessita atualização⁵, encaminhou para os primeiros indícios do problema em questão que foi constatado após visita ao local. A partir desta constatação iniciou-se a investigação e pesquisa documental sobre a área, sem deixar de realizar a revisão da bibliografia procurando balizar o assunto a ser estudado.

Outro método de investigação proposto é a pesquisa documental. Segundo LAKATOS et al. (2003, p. 174), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Para LAKATOS, os documentos podem proceder de arquivos públicos ou particulares, ou ainda de fontes estatísticas. Segundo a autora, os tipos de documentos escritos podem ser divididos em Documentos oficiais, dos quais considera a fonte mais fidedigna de dados; Publicações parlamentares, que geralmente são registros textuais e que dificilmente pode-se questionar sua fidedignidade; os documentos jurídicos, que constituem uma fonte rica de informes do ponto de vista sociológico; e as fontes estatísticas, cujos os dados estatísticos são colhidos diretamente e a intervalos geralmente regulares que utilizando-se da técnica da amostragem, generaliza os resultados a toda população.

Retratando sinteticamente a história da arquitetura paisagística brasileira até os dias atuais, consultou-se as pesquisas organizadas por FARAH et al. (2010), que reúne em seu livro textos de pesquisadores ligados à Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap). Para abordar os estudos relacionados à arquitetura com o paradigma ecológico, utilizou-se as contribuições teóricas de FRANCO (1997); enquanto que como fonte de pesquisa no tocante ao processo projetual, utiliza-se a consulta do guia de trabalho em arquitetura paisagística de ABBUD (2006). Auxiliando a busca por referenciais de projeto, DOURADO (1997) traz em seu livro uma coletânea de projetos paisagísticos - obras de profissionais do cenário nacional.

Por meio de visitas *in loco* foi possível vivenciar a área de estudo e realizar levantamentos fotográficos, recolher informações sobre a vegetação nativa gerando um inventário de espécies identificadas, para que tais informações contribuam na escolha das espécies especificadas no projeto paisagístico, norteado por princípios paisagísticos de reestruturação ambiental.

⁵ O Plano Diretor vigente no município foi aprovado em 2002, e em 2016 iniciou-se a construção do Termo de Referência para processo licitatório, para revisão do Plano Diretor Urbano de Santo Antônio de Jesus.

Houve a necessidade de realizar entrevistas para coletar e analisar informações de pessoas-fontes mais próximas à situação; tal método é apresentado através de pesquisa qualitativa de entrevista semi-estruturada⁶ para aprofundar o conhecimento das necessidades dos usuários.

De forma resumida, na metodologia o entrevistador tem uma seleção de questões predefinidas, mas há uma liberdade para acrescentar outras questões de interesse que surjam no desenrolar da entrevista. Tais assuntos pré-definidos não impõem a forma como a entrevista irá decorrer, mas são uma direção, pois dependendo do andamento dialógico, na medida em que as questões são discutidas, não necessariamente elas tenham de ser colocadas numa ordem determinada, nem exatamente da mesma forma com que foram inicialmente definidas. (DUARTE, 2002)

Comparado ao questionário, ferramenta usual de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, por dar oportunidade aos participantes de exporem aberta e detalhadamente seus pontos de vista, é capaz de trazer à tona respostas mais completas. É uma técnica de custo acessível para obtenção de dados e informações qualitativas; e com a diálogo provocado é possível promover uma ampla discussão sobre o tema especificado e perceber as diferentes informações e vivências que cada componente representante entrevistado possui. Por isso, é importante entender as necessidades dos grupos representantes, e propor soluções com base nas informações obtidas nas entrevistas, pois como expõe Duarte:

“(...) a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. “ (DUARTE, 2002, pág 141)

Os grupos identificados para a aplicação da metodologia de entrevistas, por estarem nas proximidades da área em questão, além de representarem as esferas educacionais, civis e ambientais, são: a associação de moradores do projeto Minha Casa Minha Vida (MCMV), o

⁶ As questões abordadas nas entrevistas, assim como a entrevista em si, encontram-se anexadas ao trabalho.

Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE)⁷, o Grupo Ambiental Nascentes (GANAS)⁸ e as instituições ligadas à educação que se encontram na proximidade: Centro de Ciências da Saúde (CSS) da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA); além da Secretaria de Infraestrutura do Município, por estar diretamente ligada à questões executivas de melhorias para a cidade. Sendo assim, segue relação de pessoas entrevistadas e consecutivas representações:

- Entrevistado 1, representante da Associação de moradores Vila Viva (MCMV);
- Entrevistado 2, representando o CONCIDADE;
- Entrevistado 3, representando o GANA;
- Entrevistado 4, representando Centro de Ciências da Saúde da UFRB;
- Entrevistado 5, representando o IFBA;
- Entrevistado 6, representando a Secretaria de Infraestrutura da cidade.

Segundo PONDÉ et al. (2009), o material colhido por questionários semi-estruturados ocasiona narrativas que possuem a subjetividade e interpretação da realidade do informante. “(...) *não significa que esses dados serão tomados como a própria realidade.*” (pág. 132). Em concordância com a autora, DUARTE diz que “(...) nem tudo o que o informante diz deve ser tomado como “verdade”; trata-se da verdade dele, do ponto de vista dele, que precisa ser confrontado com outros olhares e com a prática observada no campo pelo pesquisador. ” (DUARTE, 2004, pág. 223)

O primeiro capítulo faz a contextualização urbano paisagística do tema parques, além de reunir de forma resumida conceitos e discussões já feitas por autores da área teórica; traz também referenciais de projetos, e tais informações, juntas, servem como embasamento para o desenvolvimento do trabalho e ponto de partida para as decisões projetuais.

No segundo capítulo ajuda a entender a inserção da área objeto em estudo no contexto regional; para facilitar o entendimento, a organização dos dados coletados se deu partindo da escala Regional (Macro), percorrendo informações municipais, até se aproximar da escala da área de estudo (Micro).

⁷ Segundo regimento interno do CONCIDADE publicado no Diário Oficial do Município Nº 2928 , em seu “Art. 12 - O Conselho Municipal da Cidade - CONCIDADE/SAJ foi criado pela lei 1233/2014, órgão colegiado de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e pro positivo, formado por representantes do Poder público e da sociedade civil [...]”.

⁸ Grupo Ambientalista Nascentes é uma ONG envolvida com diversas ações de preservação da qualidade ambiental em Santo Antônio de Jesus.

O terceiro capítulo trata o estudo da área de implantação do projeto em questão, trazendo desde a proposta presente no Plano Diretor Urbano da criação de um parque, até a legislação ambiental e caracterização da área.

No quarto e último capítulo são apresentadas propostas de intervenção e seu programa de necessidades com base nas entrevistas da metodologia, além de algumas operações necessárias pré, durante e pós plantio, e como seria realizada a gestão do parque com os atributos de cada grupo participante.

CAPÍTULO 1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1. Breve histórico do paisagismo brasileiro

Entender o panorama paisagístico atual é um desafio, visto que se faz necessário antes analisar o andamento da arquitetura da paisagem em seu intercurso histórico.

A arquitetura paisagística nacional no seu caminhar inicial, retratada por Segawa⁹ em FARAH et al. (2010) traz por exemplo o Passeio Público no Rio de Janeiro, projetado entre 1779 e 1783 pelo Mestre Valentim a mando do Vice-rei Dom Luís de Vasconcelos. O Passeio Público nasceu quando a apreciação pela paisagem marítima na Europa tomava força. À maneira dos recintos públicos europeus, sua proximidade com a área litorânea torna o Jardim um misto de natureza controlada com vista para o vasto mar desconhecido. Por quase um século, foi o único local projetado para a contemplação da natureza/sociabilização, deixando seu posto de unicidade após o ajardinamento do Campo de Santana, na mesma cidade. Neste período, os espaços verdes eram destinados a sociabilização dos cidadãos, enquanto a função de espaço livre que promovesse qualidade ambiental para a cidade era totalmente ignorada. Dava-se mais valor à estética do desenho do espaço que se ligava às convenções culturais importadas de países mais desenvolvidos do que à necessidade de conservações dos recursos naturais.

Em 1808, com a chegada da corte portuguesa, o príncipe regente Dom João estabeleceu o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Inicialmente tinha uma função meramente econômica: adaptar climaticamente e plantar especiarias vindas do Oriente e com altíssimo valor comercial naquele período, como a baunilha, canela, noz-moscada e pimenta-do-reino.

A passagem do séc. XIX para o XX foi marcada pelo reconhecimento da importância da vegetação no espaço urbano como fator de salubridade, resposta ao crescimento desordenado das cidades após Revolução Industrial, que evidenciou a importância das áreas verdes para o bem viver humano. Conectando o fator relevante da busca pela salubridade com o modelo contemporâneo de cidade concebido na Inglaterra por Ebenezer Howard, no final do séc. XIX, cuja ideia era aproveitar as vantagens do campo eliminando as desvantagens da grande cidade. Esse conceito inclusive foi utilizado em alguns bairros paulistanos (dentre eles o Jardim

⁹ Hugo Segawa (professor da FAU-USP, participante da publicação organizada por FARAH et al. (2010)

América, Alto da Lapa e Pacaembu) e em grandes parques como o de Porto Alegre (Parque Redenção) e de Goiânia (Parque Botafogo e Parque Buritis).

O engenheiro Civil e Botânico Auguste Glaziou foi uma figura emblemática no paisagismo em meados do séc. XIX, que contribuiu grandemente na revelação da flora brasileira como principal matéria prima de composição paisagística, sendo mais tarde uma inspiração para Roberto Burle Marx.

A produção paisagística nacional entre 1930 e 1976, quando a concepção de jardim brasileiro, antes referenciada pelas influências europeias, sente com a preeminência do pensamento modernista. Surge então a desafiadora construção do caráter nacional de produção artística, desprendendo-se dos modelos estrangeiros. Lucio Costa afirma que a arquitetura deveria estar voltada a coletividades, dando preferência pelos materiais locais e racionalizando a estrutura construtiva. Roberto Burle Marx traduz esse conceito na área paisagística, concebendo espaços com características modernas e que se apoiasse em *três funções urbanas: higiene, educação e arte [...]*. (FARAH et al., 2010, pág. 52)

“Relacionado à higiene, o jardim representaria uma concentração de vegetação que ameniza o clima e a poluição urbana. Como objetivo educativo, o jardim seria um meio de instruir, de transmitir conhecimento através do conjunto dos seus elementos no qual a vegetação era o principal. E como arte, o jardim deveria “obedecer a uma ideia básica, um tema, com perspectivas lógicas e subordinado a uma determinada forma de conjunto”¹ (pag. 53)

Entre as décadas de 40 e 50, destacam-se nas intervenções paisagísticas do Rio de Janeiro: Azevedo Neto e Luiz Emydio; enquanto que em São Paulo, se sobressai Roberto Coelho Cardoso. Nos anos 60, Fernando Chacel e Rosa Kliass despontam suas produções na paisagem paulistanas. Já o paisagista Roberto Burle Marx começa a atuar em Recife, guiado pelos princípios modernistas de Lúcio Costa e Le Corbusier, sempre valorizando o emprego da flora autóctone e respeitando o meio ambiente e a cultura local.

Poucos escritórios até a década de 70 eram exclusivos da área do paisagismo, e esse cenário mudou a partir dos anos 80, quando amplia-se o número de escritórios voltados para esta área, e quando surge um maior enfoque na parte ecológica do processo. Pôs-se em discussão a necessidade de qualidade de vida urbana tendo em foco o redesenho de espaços

livres, acreditando-se que a qualidade desses espaços estava diretamente relacionada à qualidade da paisagem e da vida dos cidadãos.

A partir dos anos 80 a população brasileira consolidou hábitos por atividades recreativas e culturais ao ar livre. Houve um aumento da valorização e necessidade de espaços livre destinados a lazer, recreação e turismo. Essa época foi marcada pela mobilização e conquista gradativa da sociedade em direção à abertura política. Nesse período tornou-se evidente a importância de uma reestruturação da paisagem.

A produção paisagística entre os anos de 1996 a 2006, fomentava o encontro entre a natureza e a cultura de modo a conquistar um desenvolvimento urbano sustentável. Neste entre período ocorreu o Rio+10 e o Protocolo de Kyoto, grandes marcos para tal desenvolvimento sustentável, e que originou a Agenda 21. O foco da Arquitetura Paisagística nesse período estava nas intervenções que constroem a paisagem enfatizando, principalmente, os elementos e processos biofísicos, arquitetônicos e artístico, e também urbanísticos que se apresentam interligados e constituem parte da paisagem.

Atualmente é trazido à tona a importância das dimensões ambientais e culturais no âmbito paisagístico, como perspectivas para a arquitetura paisagística brasileira. Discute-se a complexidade de novos campos e oportunidades que se abrem, elencando obstáculos e perspectivas no âmbito da prática e educação da arquitetura paisagística, além da promoção de esforços interdisciplinares e coletivos:

“Na atualidade, a complexidade das paisagens urbanas tem levado o projeto paisagístico a extrapolar suas condicionantes e qualificações tradicionais para, simultaneamente, considerá-las integradas, de acordo com a concepção de que a paisagem, por se só, está relacionada a diversos campos disciplinares.” (ibidem, p. 21)

O Brasil, como um país emergente, é um lugar privilegiado para mostrar como os arquitetos paisagistas podem contribuir para a resolução de conflitos entre crescimento e conservação, entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental, visto o momento de crise que passamos, dentre os quais mudanças climáticas, perda de florestas e biodiversidade, escassez de água e energia, falta de alimentos, mobilidade e segurança. Logo, aqui se faz passível de exemplo quando são executados projetos de qualidade e bem-sucedidos, tornando-se referência.

1.1.1. Tipologias de parque

A palavra Parque (do francês *parc*) denomina um local que se destina à recreação, e à preservação do meio ambiente natural. Para MACEDO (2003), parque urbano é um espaço público, livre, estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da população, que atende a uma diversidade de solicitações de lazer, tanto desportivas quanto culturais, não possuindo, muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo, a não ser que este seja um parque urbano ambiental.

Parque ambiental, na concepção de MACEDO (2003), é conceituado de acordo com seu objetivo de primazia: a conservação de recursos ambientais. De acordo com o autor, com a grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas, quanto culturais e, ainda, de conservação de recursos naturais, diferentes atividades foram introduzidas nos parques, requalificando-os, e surgindo assim, novas nomenclaturas, a exemplo do parque ecológico e parque temático. O parque ecológico no Brasil tornou-se popular nos anos 80 e tem por objetivo *a priori* conservar os recursos ambientais; e de modo simultâneo, possui áreas voltadas para atividades de lazer ativo (jogos e recreação infantil) e lazer passivo (lugares para o descanso e contemplação). Já os Parques temáticos são uma forma de lazer atualmente popular na qual, paralelo a uma forte cenarização, representação de locais reais ou imaginários, há um interesse econômico geralmente ligado à iniciativa privada, sendo comum encontra-los junto aos grandes centros urbanos.

Dentre as várias definições sobre parque urbano, KLIASS (1993), define os parques urbanos:

[...] como espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação. E ainda complementa que, na verdade, o parque é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos da população.

Ramos (1985 apud TEIXEIRA, 2007, p. 11) classifica os parques ecológicos como:

Tabela 02: Tipos de parque ecológico.

Tipo	Definição
Parque de preservação	Têm como finalidade a manutenção de valores naturais ou culturais que necessitam ser perpetuados;

Parques especiais	São aqueles criados com fins específicos como, por exemplo, jardins botânicos, zoológicos e pomares públicos;
Parque de recreação	Áreas verdes equipadas para atender a recreação de toda população urbana.

Fonte: Informações de TEIXEIRA, 2007. Adaptado pela autora.

Para este último, Kliass e Magnoli (1969, apud TEIXEIRA, 2007, p. 12) dividem os parques de Recreação da seguinte forma:

Tabela 03: Tipos de parque de recreação.

Tipo	Definição
Recreação de vizinhança	Pequenas áreas que variam entre 12.000 a 28.000 m ² , de fácil acesso, localizadas o mais próximo possível da população a que devem servir. São destinadas à recreação diária de crianças até 10 anos e incluem em sua estrutura área de estar para adultos. Localizam-se geralmente próximas a escolas de primeiro grau; seu raio de atendimento não deve ultrapassar os 500 m, sem cruzamento com vias de tráfego intenso. Recreação ativa (0 a 10 anos) e passiva (adultos).
Recreação de bairro	Áreas médias entre 48.000 e 80.000 m ² que proporcionam recreação a uma faixa etária maior, entre 11 e 24 anos. Também possuem área de estar para adultos e proporcionam atendimento diário num raio máximo de 1 km. Devem estar sempre localizadas nas proximidades de um parque de vizinhança, em geral nos arredores de escolas secundárias. Recreação ativa (11 a 24 anos) e passiva (adultos).
Setoriais e metropolitanos	Grandes áreas equipadas para recreação (ativa e passiva) de toda a população municipal ou metropolitana. Destinam-se ao uso em finais de semana e em período de férias. Nestes parques de áreas superiores a 200.000 m ² há predominância de cobertura vegetal. O raio de atendimento do parque setorial é de 5 km.

Fonte: Informações de TEIXEIRA, 2007. Adaptado pela autora.

De acordo com as definições de Escada (1992 apud TEIXEIRA, 2007, p. 13), os parques classificam-se como:

Tabela 04: Tipos de parque na definição de Escada (1992).

Tipo	Definição
Parque de vizinhança	São de uso localizado, uma vez que são planejados para servir a uma unidade de vizinhança ou de habitação, substituindo as ruas e os quintais de casas das cidades menores. Têm espaços com tamanho reduzido, que abrigam alguns tipos de equipamentos ligados à recreação e devem distar entre 100 e 1.000 m das residências ou do local de trabalho.
Parque de bairro	Têm maiores dimensões, devendo conter uma gama maior de equipamentos de lazer. Desempenham função paisagística e ambiental quando são dotados de vegetação, espaços livres de impermeabilização e águas superficiais. Área mínima de 10 ha.
Parque distritais	São espaços livres de grandes dimensões. Segundo Escada (1992), são áreas de bosques que contêm elementos naturais de grande significado, tais como montanhas, cachoeiras, florestas, etc. Devem ser concebidos e equipados para permitir acampamentos, possuir trilhas para passeios a pé e a cavalo, locais de banho, natação, esporte e outros. Área mínima: 100 ha.

Parque metropolitano	Também são espaços livres de grandes dimensões, devendo possuir os espaços e equipamentos de lazer citados para os parques distritais. A diferença maior é que são áreas de responsabilidade extra-urbana, servindo como um espaço público para habitantes de diferentes cidades próximas.
----------------------	--

Fonte: Informações de TEIXEIRA, 2007. Adaptado pela autora.

As classificações anteriores são discutidas de outra maneira por CAVALCANTI (2005), no Plano Diretor de Sistema de Parques Metropolitanos (PDSM)/Região Metropolitana (RMR) que acrescenta mais categorias:

Tabela 05: Tipos de parque na definição de CAVALCANTI (2005).

Tipo	Definição
Parque de recreação	Áreas de oferta de lazer localizadas próximas às escolas e aos centros habitacionais
Parque de vizinhança	Mais diretamente ligado aos núcleos ou conjuntos residenciais; devem estar próximos às concentrações habitacionais
Parque distrital	Mais voltado ao atendimento às demandas entre bairros
Parque municipal	Permite atender a uma demanda maior por espaços de lazer e deve estar localizado em espaços intramunicipais
Parque Metropolitano	Deve ofertar uma vasta gama de atividades recreativas, desportivas e culturais, além de abrigar atividades científicas de pesquisa e preservação do patrimônio natural e construído.
Parque Regional	Área necessária para salvaguardar unidade de conservação da natureza. Quando localizado no espaço metropolitano, passa à categoria anterior, ou seja, parque regional metropolitano.

Fonte: Informações de Teixeira, 2007. Adaptado pela autora.

O parque a ser projetado, está melhor identificado com as definições de parque regional proposto por CAVALCANTI (2005), (tabela 05). Entretanto, apesar da área de estudo estar inserida num município que é um polo regional, não se constitui formal e espacialmente como metrópole, pois o território urbano municipal da cidade de Santo Antônio de Jesus não está conurbado com nenhuma das cidades circunvizinhas. Sendo assim, mesmo que a área em estudo não possua uma Unidade de Conservação (mas propõe-se a criação de uma Área de Preservação Permanente), a abrangência e importância da proposta do Parque ultrapassa os limites municipais, sendo, portanto, um Parque Regional com atributos identificados com a classificação de parque metropolitano.

1. 2. Desenho ambiental

O crescimento urbano, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, desencadeou transformações não só à forma física da cidade como também à percepção humana da terra e do meio ambiente. Para refletir a cidade nos dias atuais mostra a necessidade de observar um conjunto de elementos e conhecimentos ligados à questão ambiental; faz-se oportuno entender o conceito de Desenho Ambiental, antes de propor intervenções que modifiquem o meio ambiente.

Para Franco (1997, p. 31), sobre o surgimento do desenho ambiental, com a aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos em 1969, do National Environmental Policy Act (NEPA):

O desenho da paisagem baseado apenas nos valores estéticos e na funcionalidade perderam a razão de ser [...].

A partir daí cria-se nos Estados Unidos uma nova linha de trabalho para os arquitetos paisagistas, baseada na visão ecológica do mundo, que é linha de Planejamento e Desenho Ambiental iniciada por Ian McHarg, na Escola da Pennsylvania, e por L. Halprin. O primeiro ficou conhecido por seus planos ambientais de nível Regional baseados no conceito de desenvolvimento sustentado e na minimização de impactos sobre os recursos naturais e culturais. O segundo destacou-se por trabalhos ambientais de participação comunitária, como é o caso do Plano para a Comunidade de Everett, para o qual foram organizados vários workshops. (FRANCO, 1997. p. 31 e 32)

De acordo com FRANCO (1997), *“a expressão Desenho ambiental correspondente a “Environmental Design”, na língua inglesa, exprime uma intenção de projeto que transcende as questões estéticas, culturais e funcionais de que trata o paisagismo.”* (p. 10). Conforme a autora, essa disciplina retrata uma ideia não apenas projetual, mas de um procedimento que prevê o conceito ecossistêmico em concordância com a atuação antrópica, reciclagem dos recursos, preservação e conservação ambientais, *“Isso no plano sócio-cultural [que] se traduz pela otimização dos recursos energéticos e participação comunitária, tanto no processo da criação das propostas para o ambiente quanto no monitoramento na gestão dessas na fase posterior, [...]”* (pág. 11)

Para Franco (1997), *“o desenho ambiental distancia-se do paisagismo quando envolve a ideia não apenas de um projeto, mas a ideia de um processo.”* (pág. 11). A autora esclarece

que o sentido da expressão ‘Desenho Ambiental’ é metafórico. Segundo a autora, “o ambiente não se desenha”, e:

A semântica da palavra *ambiente* carrega o sentido de complexidade infinita, logo Desenho Ambiental refere-se a *desenho para o ambiente*, no qual se supõe que o projeto seja o formulador e indutor de um processo (ibidem, p. 11).

Na visão de FRANCO (1997, pág. 213), o Desenho Ambiental, para atingir o equilíbrio ecológico ou a harmonia compartilhada baseada numa ética ecológica, precisa:

“[...] integrar os recursos naturais , arquitetônico e culturais da cidade no sentido de: produção de alimentos e energia; reciclagem dos materiais e do lixo; moderador climático; conservação dos recursos hídricos; valorização das plantas e dos animais; e criação de condições de amenidade e recreação.”

A teoria do Desenho Ambiental intenciona alinhar o planejamento do espaço em consonância com o desenvolvimento humano e todas suas atividades numa dinâmica que harmoniza o uso do solo, as necessidades da natureza e as humanas. Para VITAL (2012, pág 221) pensar a cidade baseando-se nos paradigmas ecológicos

“[...], implica reconhecer todos os elementos, seres vivos, fatores, fenômenos e aspectos como componentes da realidade da vida urbana. Significa, também, compreender que não basta simplesmente somar os dados ecológicos para se conceber um Projeto Sustentável, torna-se necessário modificar o olhar projetual e considerar tudo como parte de um sistema maior. Um sistema complexo, interconectado entre si e constituído de vários outros sistemas, também complexos, um dentro do outro.”

Sendo assim, imprescindível é, para entender como e de onde partir em propostas de dimensão ecológica que corresponda às necessidades reais do hábitat humano e do meio ambiente natural (tão conectados), compreender a sistemática do espaço, para a tomada de decisões e desenvolvimento de ideias que objetivem melhorias em espaços que ameaçam ser ou estão em situação degradativa.

1.2.1. Ecogênese

O avanço da urbanização fez com que os ambientes construídos predominem sobre os ambientes naturais, acarretando desequilíbrios no ecossistema urbano. A ecogênese, conceito de restauração paisagística, surge como resposta a um quadro de degradação da paisagem e de seus elementos naturais.

Segundo CURADO (2007), a ecogênese é a reconstituição de ecossistemas parcial ou totalmente degradados utilizando uma re-interpretação do ecossistema através do plantio de espécies vegetais nativas.

O termo tem sido, com frequência, associado ao nome de Fernando Chacel, por muito utilizar a palavra em seu discurso projetual, mas, de acordo com CURADO, o botânico Henrique Lahmeyer de Mello Barreto (1892- 1962) esboçava iniciativas do método de reconstituição ecogenética (mesmo que não utilizasse a palavra Ecogênese em sua fala) procurando sempre entender como se apresentavam no meio natural as inter-relações entre os múltiplos indivíduos vegetais autóctones, *“tendo em mente a idéia das associações ecológicas, dentro da fitossociologia, no intuito de reproduzir, ou imitar, o ecossistema primitivo e resgatar a ambiência natural original”*.

Em seu livro, Paisagem e Ecogênese, Chacel afirma que

“A Ecogênese, então deve ser entendida como uma ação antrópica e parte integrante de uma paisagem cultural que utiliza, para recuperação dos seus componentes bióticos, associações e indivíduos próprios que compunham os ecossistemas naturais”.

O processo de ecogênese objetiva então compensar, de forma biótica, as consequências das intervenções sem preocupações conservadoras, restituindo um ecossistema degradado às condições mais próximas das originais e buscando a conciliação entre o natural e o construído.

1.4. Espaço Público e a apropriação coletiva

Os espaços públicos manifestam-se de diferentes formas e dimensões, a exemplo disso: ruas, avenidas, que são espaços públicos de circulação; monumentos, prédios tombados, parques, praças e jardins públicos servem como espaço de contemplação, preservação e conservação.

Para Carneiro e Mesquita (apud MENDONÇA, 2007) parques são espaços livres públicos com função predominante de recreação, apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior em seu contexto à da quadra urbana.

Mesmo que utopicamente o espaço público coletivo seja de usufruição comum, um dos maiores empecilhos para a coexistência harmônica no espaço público, é a divergência do que ele representa para cada indivíduo. Os diferentes grupos sociais, diferentes formas de ideologias, de vivenciar o local, modais de transporte, sensações de insegurança e não-pertencimento, são alguns dos fatores conflitantes socioespaciais.

A apropriação do espaço público é um importante fator relacionado à cidadania. NISHIKAWA (apud MENDONÇA, 2007) considera as apropriações como “*eventos cotidianos relacionados à própria vida urbana e devem ser reconhecidas, entre outros aspectos, como reveladoras de necessidades de modificações físicas, de modo a permitir flexibilidade no uso do espaço.*”

Estas apropriações, constituem-se em reestruturações do espaço, sendo elementos práticos da possibilidade de flexibilidade de utilização. A multiplicidade do uso é um fator positivo para o pertencimento dos usuários e repercute no desenvolvimento do espaço. MENDONÇA (2007) salienta que

“as apropriações, mesmo quando intuídas e adaptadas não implicam, necessariamente, em inadequação ou indícios de marginalidade. Podem, ao contrário, indicar criatividade, capacidade de melhor aproveitamento das infra-estruturas públicas e fornecer subsídios que alimentem o projeto e a construção futura de ambientes desta natureza.”

A demanda por construção de espaços públicos vem sendo então, uma das reivindicações da população às administrações públicas, sobretudo às municipais. Atualmente, com o crescimento da demanda por espaços públicos de lazer e recreação e a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, o tema “Parque” assume um papel significativo no desenvolvimento de planos e projetos urbanos. A tendência contemporânea para projetos de espaços públicos baseia-se em unir o tratamento da paisagem ao ‘pensar o espaço’ das áreas livres, compreendendo um sistema de recursos naturais com preocupação ecológica e desempenhando também um importante papel cívico.

Ademais, o espaço coletivo permite observar uma amostra da complexidade dos conflitos, pois o mesmo é um reflexo da sociedade em que se encontra. Possibilita a *expressão política das forças sociais*, fortalecendo o exercício da democracia. As atuais lutas da juventude pelo uso e ocupação do espaço público constituem âmbito para reflexões além das atividades de contemplação e lazer; o espaço público vai muito além dos conceitos tecnocratas, pois representa a luta de direito à cidade.

1.5. Referências projetuais

O tema proposto para o presente trabalho conta com a necessidade de analisar casos que tenham natureza similar, a fim de referenciar e nortear a elaboração do projeto. Sendo assim, para efeito de referencial projetual foram selecionados o parque da Juventude, o parque Ibirapuera e o Centro comunitário Camburi.

1.5.1. O parque Ibirapuera

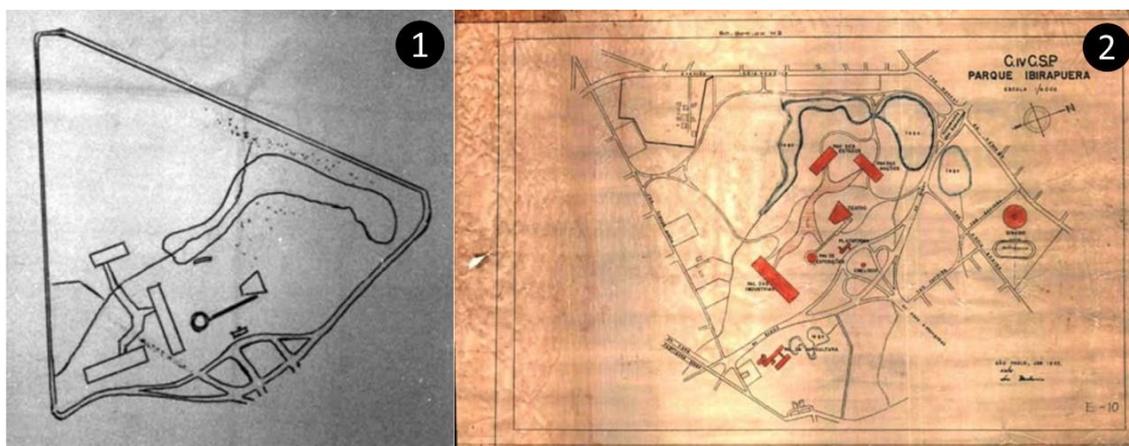
Em 1954, com os festejos do IV Centenário da cidade de São Paulo, celebrava-se o fenômeno de sua metropolização como a culminância do desenvolvimento econômico e cultural do País. Nesse contexto, a Comissão do IV Centenário viabilizou a construção do Parque do Ibirapuera, como parte das comemorações realizadas. Entretanto, o processo de formação do parque é longo e precede de muitos anos a data de 1954.

De acordo com OLIVEIRA (2003), a primeira ideia de construção de um grande parque público na área do Ibirapuera foi sugerida em 1926, na gestão de Pires do Rio na Prefeitura de São Paulo, que pensava na criação de um equipamento “útil à higiene” da população urbana, mas primeiro projeto de parque para a região do Ibirapuera remonta a 1929. Em seguida, foi elaborado um novo plano, aprovado em 1932, que seria revisado sucessivamente em 1933 e 1935. Outro foi feito em 1948 e, a partir da instituição da Comissão do IV Centenário, novos projetos foram sendo concebidos por diferentes profissionais (a longa trajetória percorrida totaliza dez projetos sucessivos entre 1929 e 1953), até finalmente ser concretizada a proposta do Grupo de Oscar Niemeyer.

A equipe de Oscar Niemeyer era formada pelos arquitetos Zenon Lotufo, Eduardo Kneese de Melo e Hélio Cavalcanti, e com colaboração de Gauss Estelita e Carlos Lemos,

começou seus estudos na área do Parque do Ibirapuera em 1952. Também atuaram no parque outros profissionais como: Ícaro de Castro Melo, responsável pela concepção do Ginásio, Milton Ghiraldini, pela urbanização do parque, Eduardo Goulart Tidau, Eduardo Corona e Antônio Carlos Pitombo pelo projeto do Planetário, e Otávio Augusto Teixeira Mendes, pelo projeto paisagístico. Burle Marx foi chamado a colaborar, mas em 1953, apresentou seu projeto que acabou não sendo aprovado. Sua construção foi comandada pela Comissão do IV Centenário, presidida pelo industrial Ciccillo Matarazzo.

Figura 01: a: Reprodução de estudo da equipe de Niemeyer para o Parque do Ibirapuera (30/05/1952); b: Projeto final da equipe de Niemeyer para o Parque do Ibirapuera (janeiro de 1953).



Fonte: OLIVEIRA, 2003. Adaptado pela autora.

Segundo Mariano (2003, apud ANDRADE, 2006), Otávio Augusto Teixeira Mendes se vinculava à produção modernista e encampava princípios semelhantes aos antecipados por Burle Marx, quais sejam: a utilização de flora autóctone, o combate à estilização européia dos jardins no Brasil, a forte preocupação preservacionista e uma ritmação ímpar do desenho.

Ainda em 1952, começou-se a pensar no planejamento do paisagismo junto aos lagos e ruas internas do parque. Conforme OLIVEIRA (2003), Teixeira Mendes buscou “dentro dos postulados da moderna arquitetura paisagística, obter um traçado singelo e funcional”, valorizando o conjunto arquitetônico:

“Em sua proposta para o Parque do Ibirapuera, Mendes propôs um traçado de caminhos que se harmonizasse com o conjunto e que propiciasse amplas perspectivas. O

desenho dos percursos é, de fato, bastante sutil, delicado, sinuoso e com certas flexibilizações na largura criando, de quando em quando, e principalmente nas proximidades dos quadros edificadas, espaços mais amplos de estar, de convívio, de observação dos prédios e marquise.” (OLIVEIRA, 2003)

Enquanto Burle Marx pensava em composições mais eufóricas e vibrantes, Mendes optava por organizações espaciais mais serenas, porém, ambos abarcando reflexões semelhantes como entender a necessidade de preservação da flora e das paisagens naturais e o comum interesse de ambos pela utilização e divulgação de espécimes locais e de utilização de uma linguagem não classicizante em seus trabalhos paisagísticos.

O Parque só foi entregue em 21 de agosto de 1954, sete meses depois de a cidade completar os quatro séculos de existência., e contava com o Palácio das Indústrias, Palácio das Nações, Palácio dos Estados, Palácio das Exposições, Palácio da Agricultura, a Marquise, o Ginásio de Esportes, O Velódromo e os lagos tendo ganhado em seguida o Planetário e o Pavilhão Japonês.

1.5.2. O parque da Juventude

Localizado na cidade de São Paulo, o Parque da Juventude possui grande importância para a capital paulistana e está inserido em área de elevado potencial urbano e ambiental, restituindo a área à população da localidade e à cidade o qual está inserido. O projeto do parque transforma e revitaliza a paisagem e a qualidade urbana do bairro. Com a comunidade do entorno composta de zonas residenciais de níveis sociais heterogêneos, há também um grande conjunto de habitação social adjacente ao parque, cujo é principal opção de lazer no entorno.

A intervenção urbanística gerada pela implantação do Parque da Juventude com diversos equipamentos urbanos, como as quadras esportivas, as escolas técnicas e biblioteca, e o Parque Central, proporciona uma transformação notória no aumento da qualidade de vida da comunidade. Segundo BIANCHINI (2018), a memória do local, outrora negativa, foi renovada, *“toda a vizinhança, mas não somente ela, agora pode ter um espaço que integra e substitui o que antes era um espaço de exclusão”* (pág. 105)

Anteriormente, o terreno alojava uma penitenciária, cuja construção, segundo BIANCHINI (2018), ficou sob responsabilidade do escritório de Ramos de Azevedo: *“[...] sua construção [foi] autorizada em 1905, porem as dificuldades com o desdobramento político e*

os matérias e sistemas construtivos permitiram que a construção do mesmo acontecesse apenas em 1911”.

De acordo com BIANCHINI (2018), o presídio foi entregue inacabado em 1920, faltando as instalações femininas. Sua organização era “autossustentável economicamente”, onde os presos produziam grande parte dos recursos ali utilizados.

O que fora um presídio moderno constituído de nove pavilhões, construído para abrigar 1200 detentos e um vasto programa de necessidades - salas de aula, bibliotecas, farmácias, auditórios, refeitórios, abrigo para visitantes, locais para as oficinas, etc. - passou por um declínio causado pela superlotação de presidiários:

“Na década de 1940, em função do aumento populacional e, principalmente, ao estabelecimento do Estado Novo, implicando em crescente número de presos políticos, a penitenciária chegou à sua capacidade máxima – em torno de 1235 presos. O elevado número da população carcerária começa então a dificultar o andamento das pesquisas, estudos e análises por impossibilitar o tratamento mais individualizado, proposto inicialmente.” (BIANCHINI, 2018. pág. 60)

Ao redor da Penitenciária Estadual houve a expansão com novos edifícios a partir da década de 1950; entre eles: a Casa de Detenção (1956), a Penitenciária Feminina (1973) e o Centro de Observação Criminológica (1983), que juntos tornaram-se o Complexo Penitenciário do Carandiru. Na década de 90 a população chegou a até oito mil presos, superlotação que ocasionou condições sub-humanas, onde era comum casos de estupros entre os presos e suicídios¹⁰.

Em 2002, 20 anos após o massacre prisional do Carandiru¹¹ o complexo foi desativado, e os pavilhões, 6, 8 e 9 da antiga casa de detenção foram implodidos por conta de problemas estruturais. Por volta de 1993 o concurso nacional para a reurbanização da área do Carandiru começou a ser discutido, intuindo a transformação da área em complexo que pudesse prover cultura e lazer à população, numa tentativa de suplantam a amarga memória:

“Foi proposto pelo governo do estado a construção de um complexo cultural no local do antigo complexo, visando transformar a memória ali presente. No processo de

¹⁰ Dados retirados do site da Secretaria da Administração Penitenciária, disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/common/museu/museu.php>

¹¹ O Pavilhão Nove foi o cenário do massacre de 1992 que, conforme BIANCHINI (2018), culminou na morte de cerca de 1115 pessoas e deixou mais de 135 feridos, 120 policiais militares foram indiciados e 74 julgados, a defensoria pública entrou com um recurso alegando que os policiais agiram em legítima defesa e o Tribunal de Justiça acatou, anulando os julgamentos e absolvendo todos os acusados.

desativação do presídio foi realizado um concurso para a escolha do projeto arquitetônico para o futuro parque. O projeto vencedor foi realizado pelo escritório Aflalo e Gasperini, que visava transformar essa área marcada por tragédias em um espaço dedicado à cultura e ao lazer. ” (BIANCHINI, 2018. Pág. 4)

Organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em São Paulo (IAB-SP), o certame objetivava um plano geral para toda a área que deveria oferecer para a cidade um novo centro sociocultural e um espaço de lazer que proporcionasse a interação da população com aquela localidade. O escritório Aflalo e Gasperini foi o vencedor, e o projeto contar com a participação de Rosa Kliass, arquiteta paisagista.

O Parque foi construído em uma área de 232.933 m² e conta com duas áreas de extensa cobertura vegetal. A implantação é setorizada em três regiões: o Parque Esportivo, o Parque Central e Parque Institucional, ambos unidos pela via que reparte toda a extensão do parque.

Figura 02: Implantação geral do Parque da Juventude.



Implantação geral

1. Parque Esportivo/ 2.Parque Central/ 3.Parque Institucional

Fonte: ARCOweb. Adaptação da autora. Disponível em:

<<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/aflalo-amp-gasperini-arquitetos-parque-sao-31-10-2008>> Acesso em: 30/07/2018.

O primeiro setor a ser construído foi o Parque Esportivo com área de 35.000 m². Possui pista de skate e dez quadras esportivas, quadra de futebol, tênis e poliesportivas. O segundo a ser construído foi o Parque Central, inaugurado em 2004 e conta com aproximadamente 95 mil m². De um lado limita-se pela marquise de acesso ao parque esportivo e de outro pelo córrego

dos Carajás, onde se inicia o Parque Institucional. Essa área apresenta um caráter fortemente naturalista e foi projetada para funcionar como área de descanso e apreciação. Os morrotes presentes destacam a preocupação sustentável e paisagística dando um aspecto diferente ao relevo planejado, pois foram construídos com o entulho produzido na demolição da penitenciária.

HANNES (2014) descreve sobre duas áreas importantes de cobertura vegetal dentro dos limites do parque: “Uma delas constitui uma área de 16.000 m² de mata secundária, a segunda cobertura [...] localiza-se no centro do parque e consiste em aproximadamente 13.000 m² de área [...]”. HANNES (2014) ainda aponta que dentro da área que compreendia o Complexo Penitenciário do Carandiru, porém fora dos limites do parque, encontra-se uma área de vegetação de aproximadamente 30.000 m².

Já o terceiro setor, o Parque Institucional, conta com dois dos antigos pavilhões da casa de detenção (o 4 e o 7) que abriga escolas profissionalizantes, e um edifício novo que abriga a Biblioteca de São Paulo, de responsabilidade da Secretaria da Cultura, entre outras funções. Tem acesso direto pela estação Carandiru do metrô e que é feito, segundo HANNES (2014), através de uma grande praça em meio aos três edifícios existentes nessa área do projeto, onde há uma marquise que liga o passeio público ao acesso dos edifícios.

Figura 03: Representação do projeto do parque institucional.



Fonte: ARCOweb. Adaptação da autora. Disponível em: <<http://www.spbairros.com.br/parque-da-juventude/>> Acesso em: 7/08/2018.

As edificações de volume idêntico que receberam placas cimentícias como acabamento em suas fachadas possuem térreo e mais quatro pavimentos. Um dos blocos abrigará, no primeiro andar, o Centro de Inclusão Digital (do Programa ACESSA São Paulo), que oferece à população computadores com acesso gratuito à Internet e divulgação multimídia; nos demais andares funcionarão salas de aulas da escola profissionalizante. No outro bloco funcionará o Instituto de Promoção da Saúde (centro de integração, conscientização e divulgação de terapias com base na medicina holística, voltado para a formação de profissionais e workshops com adolescentes) e o Centro de Cultura, com promoção de atividades de dança, música, artes cênicas e restauro.

O edifício da Biblioteca foi pensando primeiramente como um pavilhão de exposição. O projeto possui um espaço amplo com iluminação zenital, garantido uma grande flexibilidade de layout interno. O programa é constituído por um pavimento térreo com recepção, acervo, auditório, módulos para leitura para crianças e adolescentes e áreas de multimídia.

O edifício do Teatro, ainda não construído, está à espera de uma parceria público-privada. Parte integrante desde o início do projeto, é o fechamento do programa do conjunto e composição volumétrica da praça. Considerado pequeno (com 500 lugares: 300 na plateia e 200 no balcão), sua planta se assemelha ao encaixe de dois cubos, um alinhado à praça e o outro inclinado em relação ao primeiro, voltado para o parque. Conta com dois palcos: um, convencional, voltado para o interior; o outro, para fora, com a plateia acomodada em um gramado-arquibancada.

As diretrizes propostas, delimitaram áreas de permanência para carros e

“estes espaços estão nos fundos do parque, utilizando o traçado já existente como acesso, deixando a esse tipo de veículo totalmente externo ao parque. Estes espaços poderão futuramente receber estruturas que otimizam o espaço de permanência, como edifícios garagens, permitindo assim o aumento no número de vagas sem tocar na massa verde. (BIANCHINI, 2018. Pág. 87)

O projeto dispõe uma reconfiguração no território, cercado pelo crescimento urbano do entorno. Os diversos recintos do parque trazem usuários de faixas etárias e interesses heterogêneos por propor um variado leque de experiências no espaço quando se atravessa seu eixo.

1.5.3. O Centro Comunitário Camburi

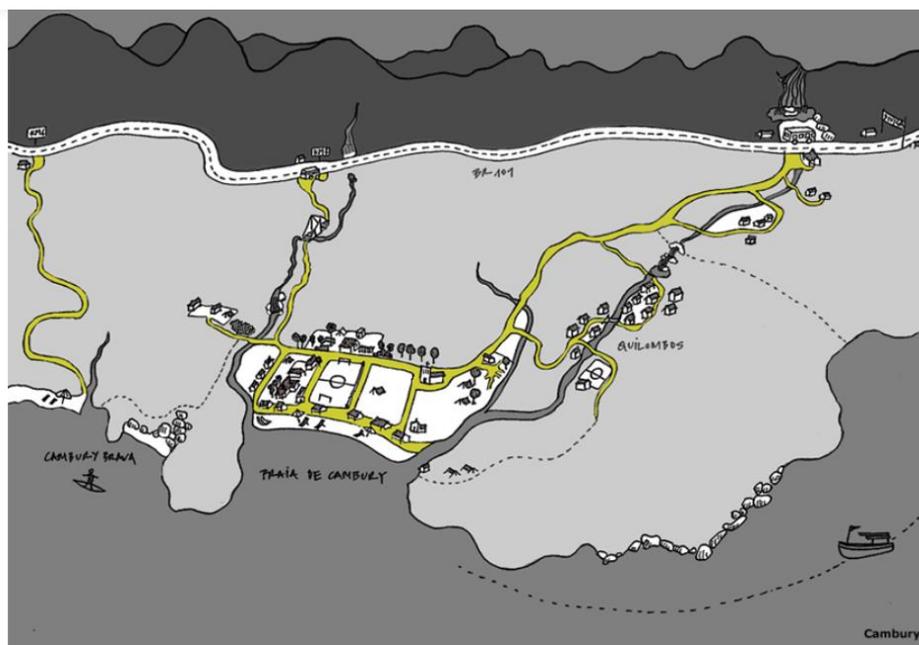
Localizada a 50 km de Ubatuba, a cidade litorânea de Camburi recebe a construção do centro comunitário que situa-se na mata Atlântica, mais especificamente no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba, estado de São Paulo.

No início dos anos setenta, a construção da rodovia BR101 na região costeira atraiu grileiros de terra, empresas e especuladores imobiliários, dos quais se utilizavam de métodos nem sempre legais para forçar a expulsão dos moradores originais da região, deslocando-os para áreas menos acessíveis ou outras cidades na costa.

O Parque Estadual da Serra do Mar, fundado pelo governo em 1977 para proteger os remanescentes florestais limitou consideravelmente as atividades de coleta de frutas, agricultura e exploração de madeira, meios pelos quais os moradores quilombolas e caiçaras, misturados em uma comunidade homogênea conservam-se há 150 anos.

Além das restrições ambientais, sua localização geográfica isolada e o analfabetismo do povo tornaram a geração de renda limitada, e atualmente cerca de 50 famílias dessa comunidade vivem em Camburi tendo como forma de sobrevivência econômica a pesca, plantação de mandioca e turismo.

Figura 04: Mapeamento da área.



Fonte: Disponível em <<http://www.bamboostic.be/>> Acesso em 04/01/2019.

Concomitantemente, a ONG belga Bamboostic estava em busca de uma parceria para empreender seus projetos de eco-construção. *“O bambu existe em abundância na região do Trópico de Capricórnio. Na Ásia, já é grande o uso do bambu em construções, então tínhamos a África e a América do Sul para desenvolver o projeto”*, conta Sven Mouton, da ONG Bamboostic. *“Optamos pela América do Sul e escolhemos a região da Mata Atlântica. Apresentamos o projeto da ONG em bairros do litoral de São Paulo ao Rio de Janeiro e a Associação de Moradores do Bairro do Camburi topou a idéia”*, diz Sven, membro da ONG.

Em dezembro de 2004, foi realizado o primeiro trabalho da ONG no local: a construção de uma ponte, e só após outras obras, o Centro Comunitário foi idealizado e a obra efetivou-se através do aparceramento entre a ONG, a comunidade do Camburi, o Instituto Florestal e a Prefeitura de Ubatuba.

A associação local de Camburi apresentou três requisitos principais para o projeto: um espaço comunitário para manter reuniões, atividades escolares ou outros eventos, além de salas separadas para classes e espaços para armazenagem de materiais; formar uma percepção de centro geográfico do bairro; integrar o edifício dentro da paisagem circundante e a escola existente localizada no mesmo terreno.

Segundo o site Archdaily, e em descrição enviada pela equipe de projeto, a comunidade quilombola está presente há aproximadamente 300 anos em Camburi, desde que era um refúgio de escravos fugidos de plantações de café na cidade vizinha de Parati. Fugidos das plantações, os escravos sendo principalmente descendentes africanos trouxeram uma técnica típica de edifícios africanos de “pau a pique” para sua comunidade, utilizando-se de árvores, galhos e bambu, serviam para fazer um quadro no qual terra molhada era lançada nos dois lados e se fixavam durante a secagem no quadro.

Devido à falta de transferência de tecnologia entre as gerações, apenas os mais pobres utilizavam esta técnica, e de forma inadequada. A mal execução da mistura de terra/areia/água gerava rachaduras que insetos poderiam entrar, pondo em risco a saúde.

As técnicas foram renovadas e melhoradas nos projetos da Bamboostic, adicionando outros sistemas tendo como base os materiais já utilizados. O bambu foi a solução para aumentar quadros das construções de pau-a-pique e a taipa também foi reintroduzida, como relata Sven, arquiteto responsável e membro da ONG:

“Trabalhamos sete meses na construção do Centro Comunitário. Fizemos questão de ensinar o passo a passo

para a comunidade, para que ela crie um meio de desenvolvimento sustentável. Estamos apresentando esse trabalho em bambu, mostrando que é possível obter construções duradouras. As demais técnicas utilizadas na construção, também são totalmente ecológicas e de baixo custo”

Figura 05: Foto de detalhe construtivo.



Fonte: Disponível em < <http://www.architectura.be/nl/nieuws/2592/cru-architecten-bouwde-een-bamboe-gemeenschapscentrum-in-brazilie>> Acesso em 03/01/2019

Figura 06: Usuários interagindo com o conjunto.



Fonte: Fotos de Nelson Kon. Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/906019/centro-comunitario-camburi-cru-architects>> Acesso em 03/01/2019. Adaptado pela autora.

Foi criada uma cooperativa local de eco-construção, onde os moradores da comunidade receberam treinamentos e tiveram suas habilidades aperfeiçoadas: agora podem prestar serviços

de qualidade para servir diferentes clientes, uma forma de gerar uma nova receita. Surgiram outras formas de gerar renda que se relacionam diretamente com a associação do bairro, por exemplo, os eco-monitores que através do turismo tiram sua receita, artesãos locais agora vendem artefatos para os turistas de passagem e a recente padaria da comunidade que fornece renda para várias mulheres que fazem e vendem pão.

Figura 07: Panorama arquitetônico do Centro Comunitário.



Fonte: Fotos de Nelson Kon. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/906019/centro-comunitario-camburi-cru-architects>> Acesso em 03/01/2019. Adaptado pela autora.

CAPÍTULO 2. SANTO ANTÔNIO DE JESUS E SUA INSERÇÃO REGIONAL

2.1. Recôncavo baiano

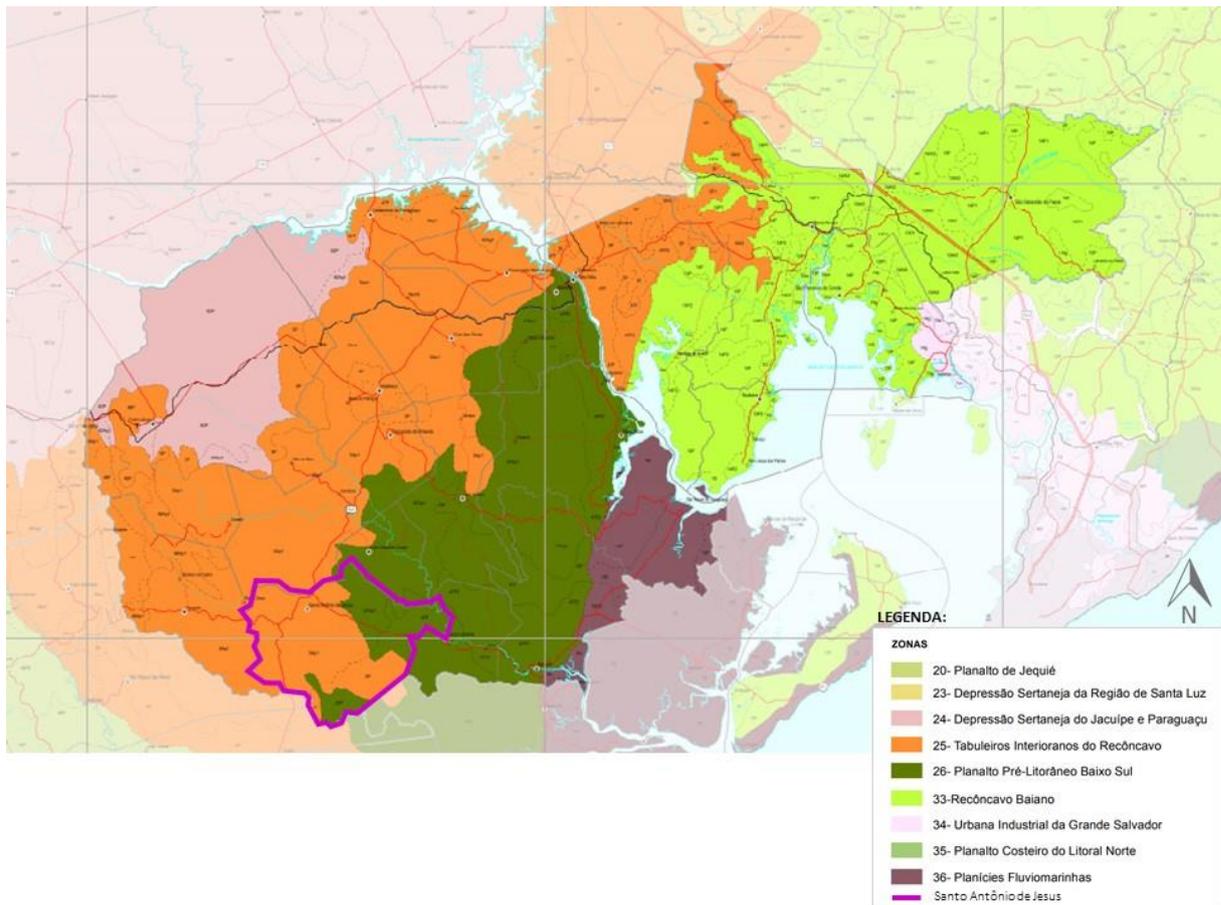
O Estado da Bahia encontra-se na região Nordeste do Brasil, ocupando uma área de 567.295 km². Avizinha-se a nordeste com o estado de Sergipe e Alagoas e ao norte limita-se com Pernambuco e Piauí, a oeste com Goiás e Tocantins e ao sul com Minas Gerais e Espírito Santo. Geograficamente, o Recôncavo Baiano é a região localizada em torno da Baía de Todos-os-Santos, não abrangendo só o litoral, mas também a região do interior circundante à Baía.

Por ter uma abrangência territorial considerável, a região econômica do Recôncavo apresenta uma produção econômica variada. Seu relevo diferenciado em diferentes porções influencia no clima (temperaturas anuais variam entre a máx. de 32° C e a mín. de 14° C) e consequentemente, na agricultura.

A secretaria do Meio Ambiente (SEMA) em parceria com a SEPLAN instituída pelo decreto estadual nº 9.091/2004 realizou o Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar¹². O relevo do TI é marcado pela presença de baixadas, colinas e serras, depressões, planalto, planícies e tabuleiros. Altimetria em torno dos 200 m é encontrada no Planalto Pré-Litorâneo, entre Cachoeira e Santo Antônio de Jesus, e no Tabuleiro Pré-Litorâneo, entre Santo Amaro e Varzedo. Já as áreas de menor altitude compõem a Baixada Litorânea do Recôncavo, a Depressão Sertaneja (Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu) e as Planícies Marinhas e Fluviomarinhas.

¹² O ZEE é um dos instrumentos da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006), que tem como finalidade o Ordenamento Territorial. Através dele almeja-se induzir o desenvolvimento econômico de forma planejada, compatível e sustentável com as potencialidades do patrimônio ambiental e sociocultural de determinado espaço geográfico.

Figura 08: Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Recôncavo Baiano.

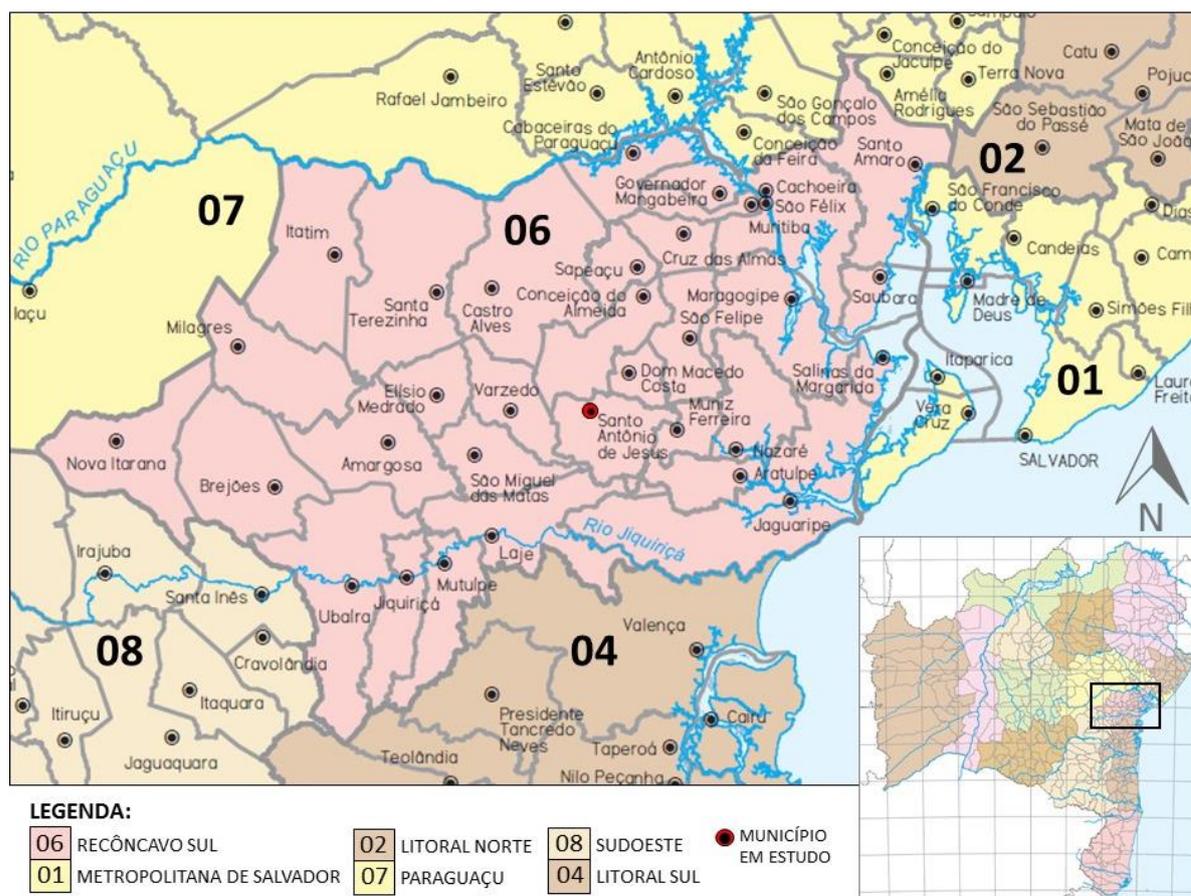


Fonte: SEPLAN, 2012. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/zee/?page_id=416>. Adaptação da autora.

Uma das áreas produtivas mais antigas do Brasil, sua formação ocorreu ainda na época da distribuição das Capitânicas Hereditárias. A primeira atividade desenvolvida na região foi o extrativismo, com a retirada do pau-brasil; começa em seguida o plantio da cana-de-açúcar na cidade de Cachoeira para exportação em Salvador. A economia da região foi penalizada após o período de decadência da atividade açucareira, mas o potencial do solo não excluiu a diversidade da produção agrícola, como a cultura do fumo, da mandioca e do citrus. Somente a partir do século XX que surgem as primeiras unidades produtoras para a extração de petróleo.

As cidades-destaque da produção industrial no território são Santo Antônio de Jesus e Cachoeira, com atividades relacionadas a vestuário, móveis, colchões e alimentos, no primeiro, e fabricação de papel, artigos de couro e aterro de resíduos sólidos, no segundo; considerando-se ainda que há alguma atividade industrial nos municípios de Castro Alves, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Conceição do Almeida, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, São Felipe e Saubara.

Figura 09: Região Econômica do Recôncavo Sul e regiões vizinhas.



Fonte: SEI, 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2662&Itemid=680>. Adaptação da autora.

Segundo dados de 2015, do governo do Estado da Bahia, 42,09% da economia do Recôncavo advém da indústria. A oferta de serviços corresponde a 42,5% da economia local e a agricultura a 2,19%. O PIB (Produto Interno Bruto) é US\$ 14,6 bilhões.

2.2. Território de identidade

O Programa Territórios de Identidade foi instituído pelo Decreto 12.354, de 25.08.2010, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia. Em seu parágrafo 1º, o Decreto 12.354 conceitua Território de Identidade:

§ 1º - Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com

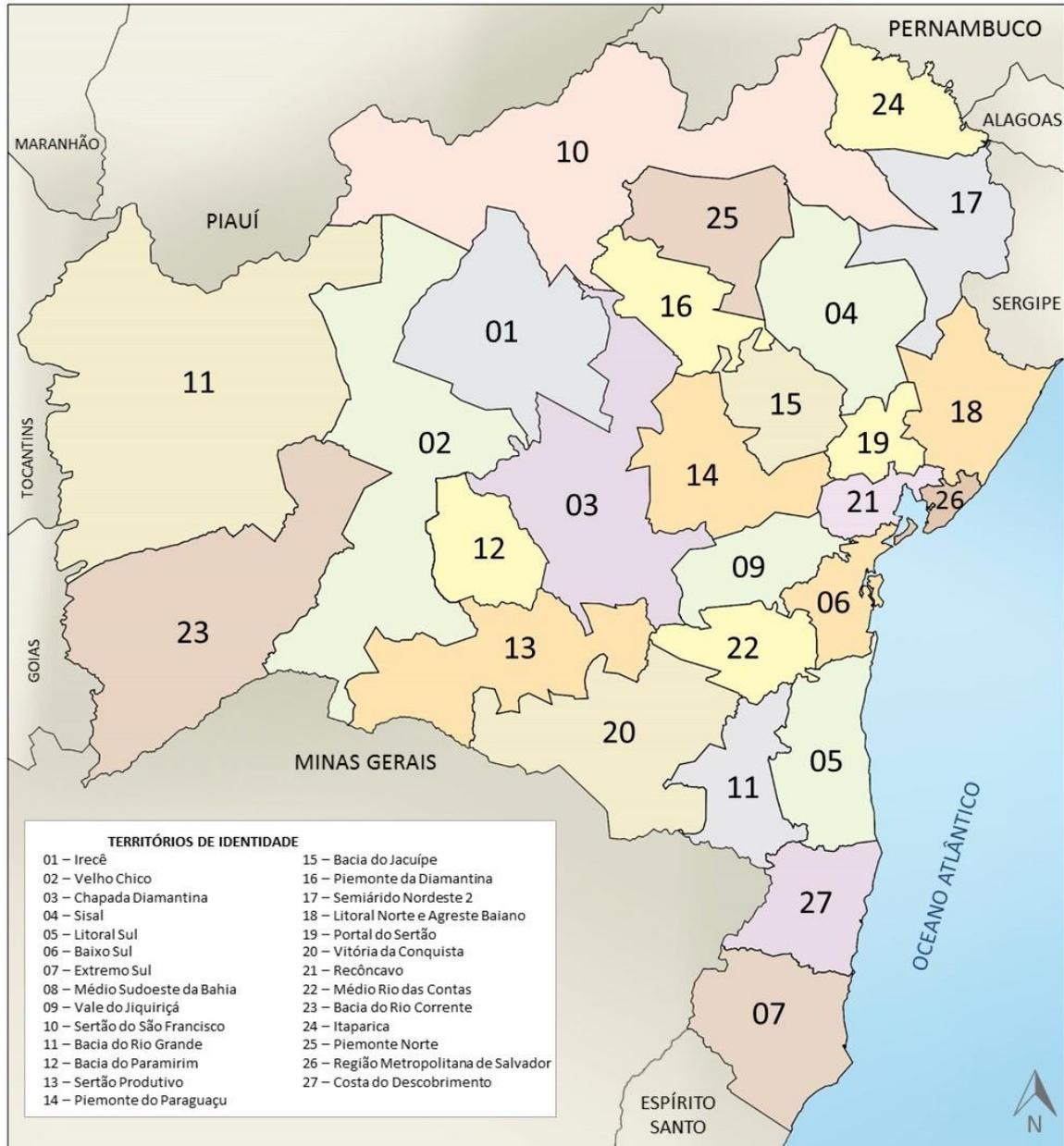
identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

A divisão da Bahia em Territórios de Identidade (TI) foi implantada em 2007 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN.

O território é conceituado como um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e, uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2010).

Segundo BLATT et al. (2013, apud SANTOS, 2000, p. 96), o conceito de território constitui-se, [...] “*chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi*”. A expressão “território” aparece como cenário sensível onde os sentimentos de ligação e/ou identidade estão unidos ao que as pessoas sentem em relação aos espaços que habitam, um cenário de produção e manipulações materiais e imateriais (espiritualidade, culturas, memória).

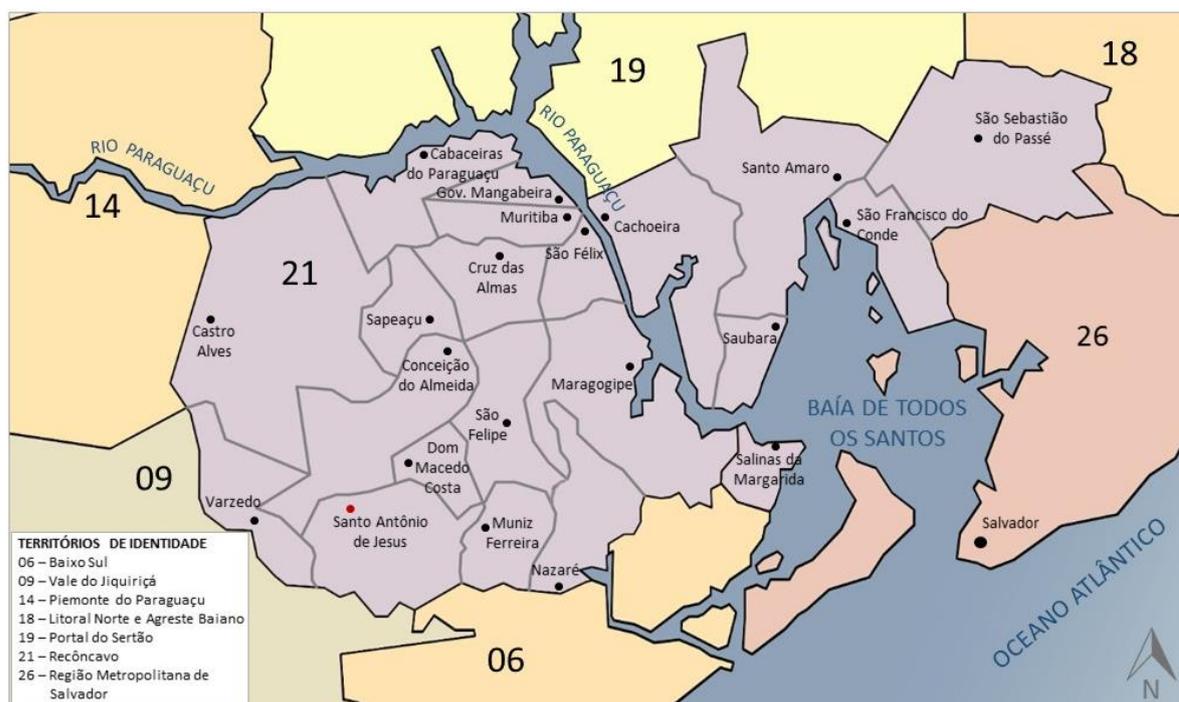
Figura 10: Territórios de Identidade do estado da Bahia.



Fonte: SEI, 2016. Adaptação da autora.

De acordo com a SEI, em sua publicação ‘Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia’, o Território de Identidade Recôncavo (vide figura 10, Território 21) está localizado na Mesorregião Metropolitana de Salvador, entre as coordenadas aproximadas de 12°22’ a 13°6’ de latitude sul e 38°38’ a 39°30’ de longitude oeste, ocupando uma área de 4.570 km² (IBGE, 2013), o que corresponde a aproximadamente 0,8% do território estadual.

Figura 11: Cidades do TI Recôncavo e territórios vizinhos.



Fonte: SEI, 2016. Adaptação da autora.

Por ser um Estado de grande extensão (o quinto maior do Brasil em área), sucedeu-se na Bahia o processo de territorialização, cujo objetivo principal é minimizar as diferenças no cenário socioeconômico baiano, e com isso promover uma política de participação mais igualitária. Quanto às divisões territoriais de identidade, o recôncavo baiano geográfico é composto pelo TI da Região Metropolitana (26), TI do Recôncavo (21) e TI do Baixo Sul (06), como mostra a figura 10.

É composto administrativamente pelos municípios de Cabeceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (SEI, 2016). Em 2010, a população do TI Recôncavo era de 514.792 habitantes, o que representava 3,7% da população total do estado da Bahia.

Ainda de acordo com a publicação da SEI 'Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia', o TI Recôncavo mantém intensas tradições culturais de matrizes africanas, como observado nas diversas manifestações populares presentes em todos os municípios do território, sendo possível

destacar o Bembé do Mercado (Santo Amaro da Purificação), a capoeira (Cabaceiras do Paraguaçu), o Carnaval de Maragogipe (Maragogipe) e a Festa da Boa Morte (Cachoeira).

Pela intensa participação de seus habitantes nas lutas pela independência do estado contra o domínio português, o Recôncavo possui notoriedade na história da Bahia. Em reconhecimento histórico pelos feitos da região em prol do país, no dia 25 de junho de 2009, a sede do governo estadual é transferida para o município de Cachoeira como parte das comemorações da Independência da Bahia.

2.3. Contexto histórico e geográfico de Santo Antônio de Jesus

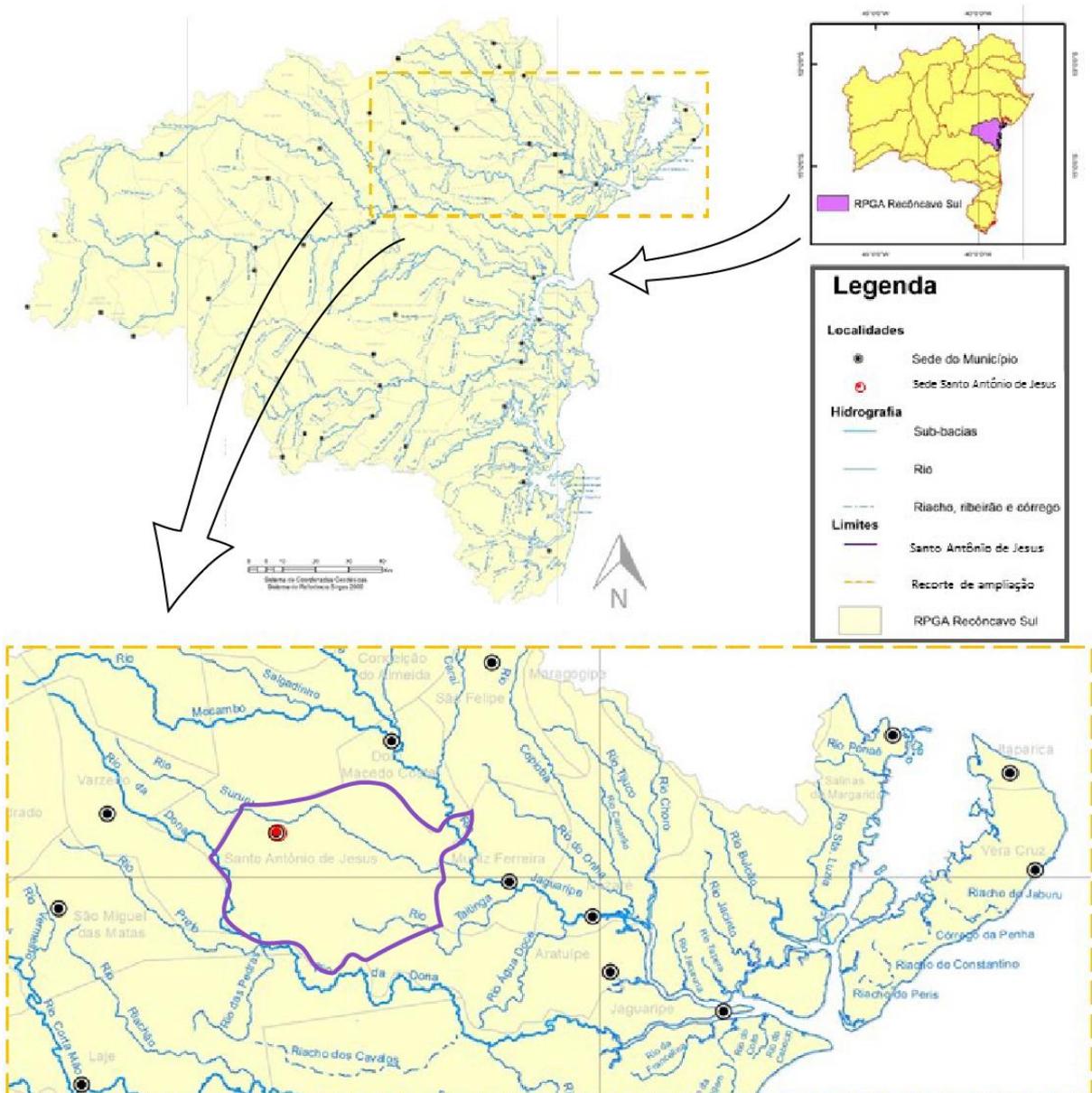
Como acompanhado, Santo Antônio de Jesus insere-se no Território de Identidade do Recôncavo, e, de modo central, na região econômica do Recôncavo Sul. Situado próximo à capital do estado, Salvador, apresenta duas alternativas de ligação com a capital: pela da BR-101, em conexão com a BR-324, totalizando 187 km de estrada; e através da BA-028, em conexão com a BA-01, perfazendo 100 km de estrada, somados à travessia marítima por *Ferry-boat*.

De acordo com último censo, Santo Antônio de Jesus conta com 90.985 habitantes (2010), com Área da Unidade Territorial em (2017) de 261.740 km². Estima-se que em 2017 (IBGE), a população chegou a 103.342 pessoas.

PASSOS (apud FERNANDES et al., 2002) aponta que “essa área que se dá o encontro do clima úmido do litoral com o mais seco do interior, o que favorece um volume de chuvas superior a 1.400mm por ano, com uma média de temperatura entre 23 e 24 graus”.

As regiões hidrográficas da Bahia recebem a denominação oficial de "Regiões de Planejamento e Gestão das Águas" (RPGA). Santo Antônio de Jesus encontra-se no RPGA do Recôncavo Sul (Região IX) e perpassam por seu território os rios Sururu, Da Dona e Taitinga. Todos eles deságuam no rio Jaguaripe, e este desemboca no oceano Atlântico.

Figura 12: RPGA do Recôncavo Sul contexto de Santo Antônio de Jesus.



Fonte: UFRB, 2017. Disponível em: <
https://www.ufrb.edu.br/porta1/images/documentos/2017/mapa_hidrografico_rpga_reconcavo_sul.jpg>
 Adaptação da Autora.

Segundo SANTOS (2011), a “elevação de Santo Antônio de Jesus a categoria de cidade ocorreu no século XIX, mas à base para sua formação veio antes, com os primeiros povoadamentos”. A cidade fora, antes de tudo, território dos tupinambás, cariris e aimorés, mas no séc. XVIII houveram ocorrências de povoadamentos: em 1776, terras foram doadas ao Padre Matheus Vieira de Azevedo para a construção de um oratório que posteriormente viria a se tornar capela do padroeiro da cidade.

As tradições religiosas, as atividades agrárias e o comércio sempre estiveram presentes na origem da cidade. As práticas comerciais aconteciam no entorno da igreja, remetendo aos costumes medievais; no derredor da Capela de Santo Antônio, para dar suporte à tais atividades, favoreceu-se a formação do empraçamento que recebeu o nome do padre. Na praça Padre Matheus sucedia-se a feira livre envolvendo pessoas de diversas localidades buscando comercializar produtos agropecuários regionais e/ou de subsistência.

Figura 13: Em primeiro plano: local onde ocorriam as feiras livres; em segundo plano, Matriz de Santo Antônio de Jesus e edificações de residência e comércio.



Fonte: Fotografia de Pedro Carmelito, 1957, cedida pelo IBGE-DERE-NE I

Quanto à imersão de Santo Antônio de Jesus como município, SANTOS (2011) esclarece que o desdobramento da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (atual cidade de Nazaré; vide Figura 11) ocorreu em 19 de junho de 1852, no momento da elevação da capela à condição de matriz. Entretanto, a emancipação política do município de Nazaré só aconteceu no dia 29 de maio de 1880 pela lei nº 1.952. A seguir, trecho do hino da cidade traz momentos históricos e ressalta características e ideais:

Cidade das flores, quantas coisas tens
O dinamismo do povo, comunicação também
Tudo em ti expressa ternura e calor
Progresso do nosso Recôncavo
Transmites carinho e amor
(...)

Fostes uma capela, hoje tu és grande
Palmeiras ressaltam tua beleza
Cidade sorriso, busca confiante,
Teu comércio exalta tua grandeza.
(...)

Fragmento do Hino da Cidade de Santo Antônio de Jesus,
letra e música de Maria de Lourdes Passos Coni

Já foi conhecida como Capela do Padre Matheus, Cidade das Flores, carinhosamente chamada Cidade das Palmeiras, e hoje assume o bordão do “comércio mais barato da Bahia”. Segundo PASSOS, esta é:

“[...] uma estratégia da Associação Comercial de Santo Antônio de Jesus, para ampliação da área de influência comercial e para intensificar as trocas comerciais com as cidades circunvizinhas, atraindo novos compradores. (PASSOS, 2010, p. 24)

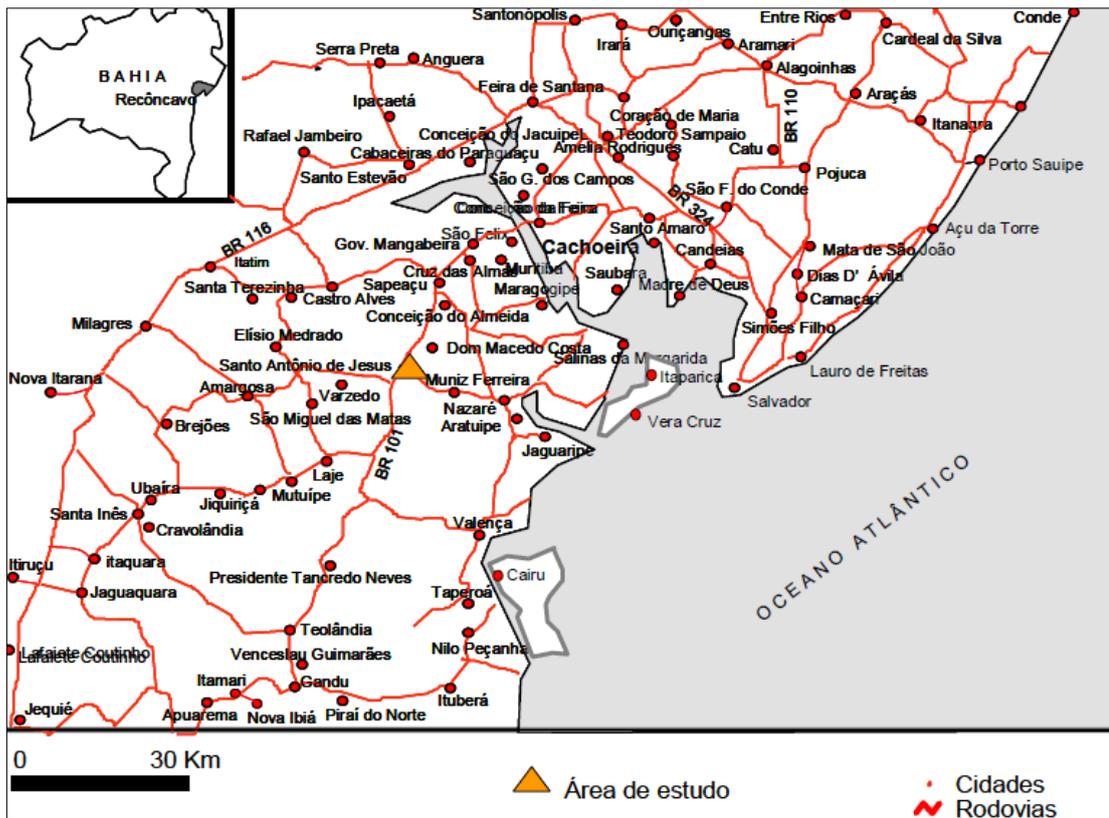
Como considerado anteriormente, a impulsão de Santo Antônio de Jesus para o crescimento das atividades comerciais advém de longas datas. A notoriedade se dá principalmente pelas relações comerciais estabelecidas desde a fundação da cidade, há 132 anos, e que foram se aprimorando até tornar-se polo regional.

A expansão da máquina a vapor, no início do século XIX, possibilitou a circulação dos transportes ferroviários por diversas localidades do mundo, incluindo o Recôncavo Baiano, e isso fortificou o comércio na época, nas regiões aparelhadas à linha do trem:

O uso da máquina para a condução tanto de pessoas quanto de mercadoria, trouxe novo dinamismo para as cidades do Recôncavo Baiano. No dia 7 de setembro de 1880, foi inaugurada a estrada de ferro que vinha de Nazaré, passava por Santo Antônio de Jesus e seguia para Jequié, no Sertão da Bahia. (SANTOS, 2011, pág 4)

Segundo SANTOS (2011), com a modernidade da inserção das rodovias, e especialmente após a implantação da BR-101 - rodovia de integração da região Nordeste ao Centro-Sul do país, desde a década de 70 - Santo Antônio de Jesus passou a dispor de uma rede secundária de estradas ligando-a diretamente a várias cidades através desta rodovia. Este acontecimento potencializou sua condição de centro de influência (antes como consequência da linha férrea), traduzida no crescimento das ligações comerciais com cidades que historicamente pertencem à sua área de influência.

Figura 14: Santo Antônio de Jesus na rede Urbana do Recôncavo

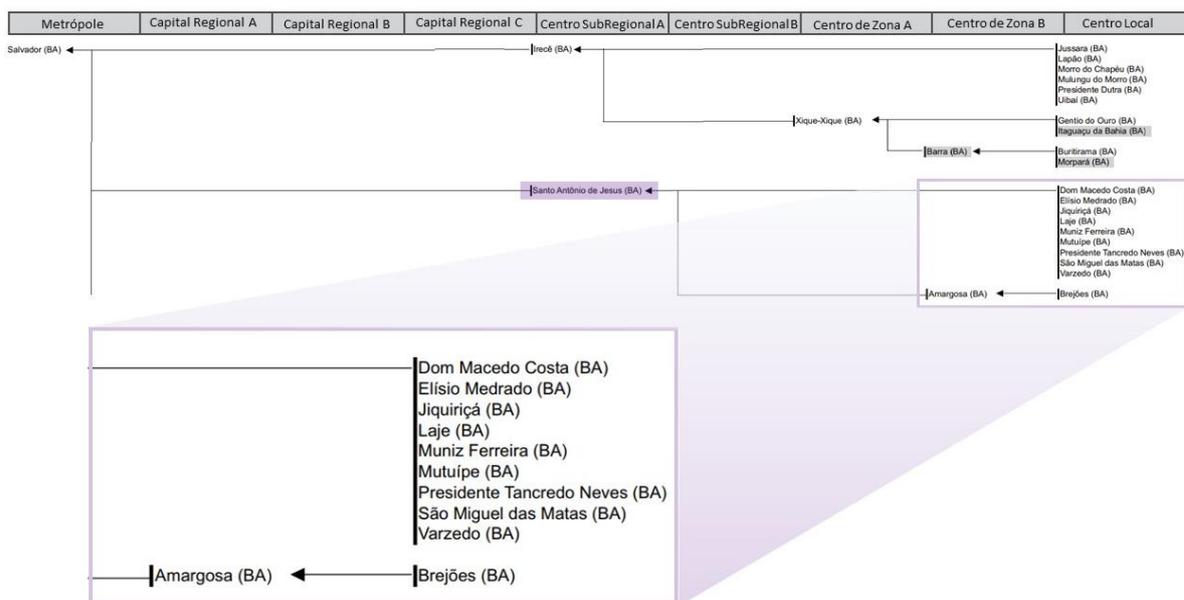


Fonte: SANTOS, 2011, com base no IBGE, 2002.

Nos dias atuais, as vias rodoviárias os quais a cidade se insere proporcionam uma conexão e integração com outros comércios inter-regionais. Seu posicionamento na BR-101 e o fato de cidades de sua área de influência se localizarem próxima à BR-116, outro importante eixo rodoviário que percorre um sentido Norte-Sul do país, semelhante ao sentido da BR 101, fazem da cidade uma localidade centralizadora de permanência e passagem, com os municípios vizinhos. Contudo, por causa de seu setor de serviços (dentre os quais destaca-se as atividades comerciais) ser o mais notório da região do Recôncavo, a cidade exerce efeito de polarização, atuando como influenciadora dos fluxos comerciais, de tráfego e demais serviços com os municípios polarizados.

Figura 15: Região de Influência de Salvador – 2007.

Região de Influência de Salvador - 2007



Fonte: IBGE, 2008. Adaptação da autora.

De acordo com o livro ‘Regiões de influência das cidades: 2007’, publicado em 2008, é possível constatar que Santo Antônio de Jesus influencia não só cidades do seu Território de Identidade, mas cidades vizinhas pertencentes a ao TI do Baixo Sul (06) e TI do Vale do Jiquiriçá (09), inclusas na região econômica do Recôncavo Sul (Figura 09). A Figura 08 é um trecho do organograma apresentado no livro citado anteriormente, onde é possível destacar Santo Antônio de Jesus (grifado em violeta) como um Centro SubRegional A, as cidades que influem diretamente a partir deste, dentre elas: Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Jiquiriçá, Laje, Muniz Ferreira, Mutuípe, Presidente Tancredo Neves, São Miguel das Matas, Amargosa e Brejões.

Nos últimos anos, Santo Antônio de Jesus vem se constituindo como um dos centros urbanos mais dinâmicos do Recôncavo Baiano, porém de acordo com SANTOS, o crescimento tem sido antagônico:

“Por um lado, tem atraído investimentos e pessoas de diferentes localidades, ampliado o número de estabelecimentos comerciais e de serviços, assim como aumentado o acesso às redes de transportes e de comunicação. Por outro lado, provocou o crescimento desestruturado da área periférica, gerou transtorno no trânsito e aumentou a necessidade de emprego e de renda para boa parte da população. A dualidade dos efeitos provocados pelas transformações urbanas demanda a realização de estudos que possam subsidiar políticas públicas voltadas para as novas trajetórias de desenvolvimento.” (SANTOS, 2011, pág 1)

CAPÍTULO 3. ÁREA-OBJETO DE ESTUDO

Popularmente conhecido como Campo do Governo¹³ por conter em seu programa algumas instituições de caráter estatal, a antiga Estação Experimental Waldemar Guimarães Cova localiza-se no bairro Cajueiro, na região sudeste do município de Santo Antônio de Jesus, cujo centro geométrico nas coordenadas geográficas de Latitude -12° 58' 46,40'S' e longitude - 39° 14' 44,29'', dista 3,32 km da Rodovia Federal BR-101. O acesso ao terreno ocorre pelas ruas Viriato Lobo e do Cajueiro.

Figura 16: Localização urbana e vias de acesso.



Fonte: Google Earth, 2016. Adaptado pela autora.

De acordo com SANTOS (2011, pag 5), a implantação de um Campo de Experimentação no meado do século XX se deu pela exploração do fumo que foi forte nesse período no município.

¹³ No documento integrante do Cadastramento Imobiliário de imóveis da SEAGRI-Ba na Região de Jurisdição da EBDA datado de 2012, consta que a área pertence à Secretaria de Agricultura, porém, em documento mais recente (disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/imagensAlbanet/PDFsSessao/splena12111328%C2%AAExt..pdf>>) a área tem como proprietário a Secretaria do Meio Ambiente do estado.

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) do município, responsável por oferecer assistência a pequenos agricultores familiares utilizou-se da área para implantar escritório local e equipamentos de pesquisa (estufas, viveiros). Porém, após sofrer sucateamento, atualmente o local onde tais equipamentos se encontravam são pertencentes à Universidade Federal do Recôncavo.

3.1. O Plano Diretor

O Plano Diretor Urbano (PDU) apresenta entre suas propostas municipais o projeto estratégico do Parque de Lazer e Negócios, onde é possível extrair algumas elucidações das intenções de desenvolvimento urbano. O PDU de Santo Antônio de Jesus é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana que propõe linhas estratégicas, diretrizes, programas e projetos de modo a promover o crescimento da infraestrutura municipal. Dentre os objetivos do Plano Diretor presentes no Art.2º expõe-se:

I - disciplinar o uso e orientar o processo de ocupação do solo, a fim de torná-lo mais econômico e mais adequado à disponibilidade de infra-estrutura e às características geo-ambientais;

II - promover a integração sócio-urbanística das áreas da Cidade ocupadas pela população de baixa renda;

III - induzir a ocupação dos vazios urbanos situados na área consolidada e seu entorno e privilegiar as parcelas de terra ao Sul da Cidade;

IV - garantir que a renovação urbana não destrua o patrimônio cultural e arquitetônico da Cidade;

V - estruturar a Cidade para melhor atender às suas funções sociais e ao bem-estar dos habitantes;

VI - dotar a Cidade de uma estrutura urbana capaz de responder adequadamente às suas potencialidades econômicas, com prioridade para as áreas comerciais e onde esta atividade vem se intensificando;

VII - proteger e valorizar o patrimônio ambiental;

VIII - resgatar identidades culturais da Cidade.

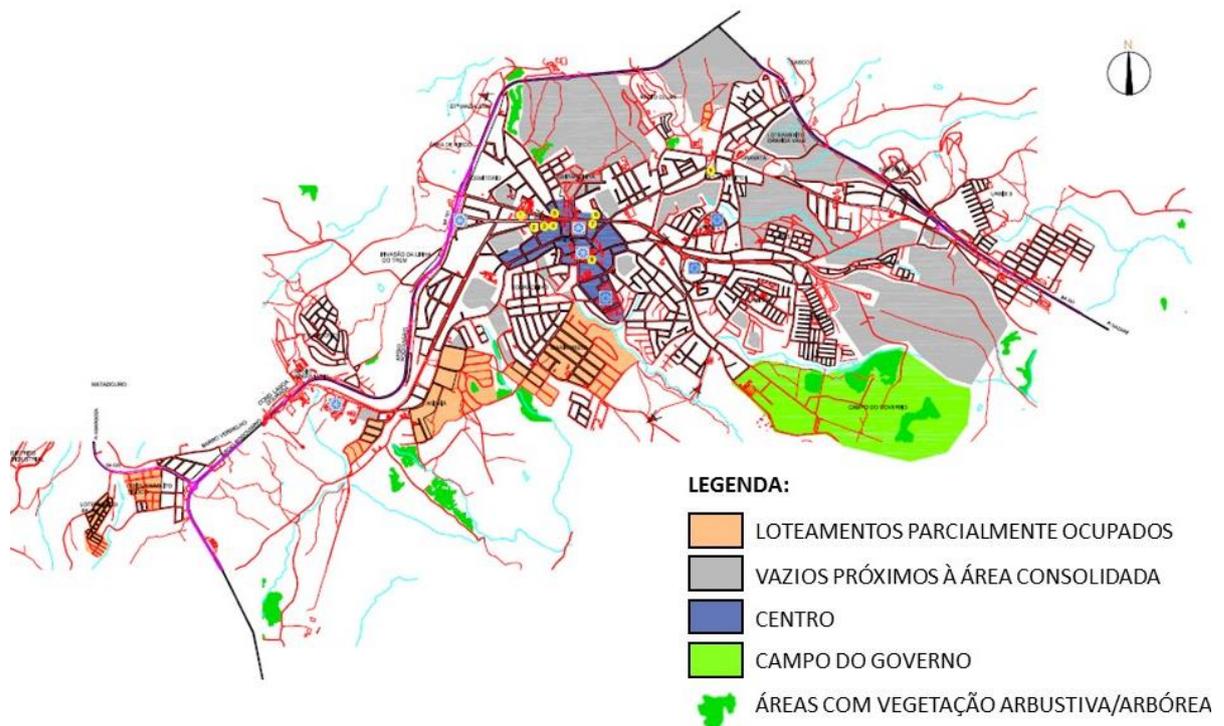
(pág 5 e 6)

De forma geral, o PDU considera a preservação ambiental de modo a estimular atividades de recuperação do que foi destruído e prevenir futuros danos, adotando um processo de planejamento que tenha como norte a proteção das estruturas sócio-econômico-ambientais.

Dentre as linhas estratégicas discutidas no capítulo I, Art.6º, onde é proposto orientações para o desenvolvimento urbano, destaca-se para fim deste trabalho os tópicos II e IV: O segundo tópico de tema “*Cidade do Bem Viver*” levanta questões como a integração e a qualificação urbanística dos espaços da Cidade, a proteção do patrimônio ambiental e cultural, a qualificação paisagística e a preservação de modos de vida peculiares e das identidades locais; o quarto tópico, de tema “*Comércio Mais Forte Da Região*”, argumenta a consolidação da função polarizadora de Santo Antônio de Jesus na região, sobretudo com respeito à sua característica de centro de comércio de alcance regional.

No capítulo II, Art. 7º, para cumprimento das linhas de estratégia dentre as quais duas foram citadas anteriormente, foram definidos procedimentos de incentivo à ocupação de áreas vazias ou subutilizadas indicadas na Planta 02 - Vazios e Paisagem (figura 14), priorizando-as para a implantação de equipamento de interesse coletivo e para programas habitacionais de interesse social.

Figura 17: Mapa de Vazios e Paisagem Urbana



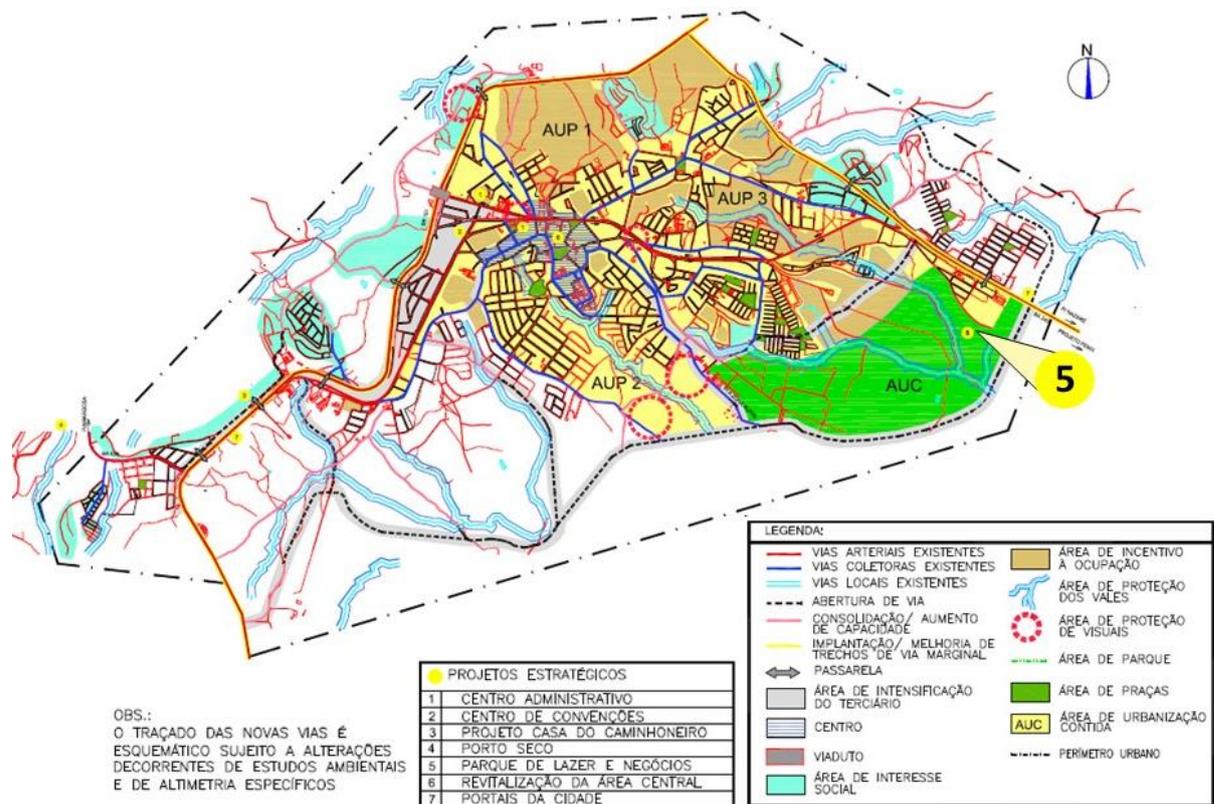
Fonte: PDU, 2001. Adaptação da autora.

A figura 17 demonstra manchas de ocupação e de vazios, além de pontuar áreas com vegetação significativa. O Campo do Governo (em verde), localiza-se vizinho a uma área de

vazio (em cinza) e em um espaço urbano periférico; é possível detectar vegetação considerável nas proximidades da porção segmentada pelas quadras, cuja separação é realizada pelo Rio Mutum.

O Capítulo IV do PDU que trata dos “*projetos estratégicos que objetivam dinamizar a economia, fortalecer a centralidade regional da Cidade, elevar sua qualidade de vida e ambiental, requalificar a economia urbana, com a geração de novos postos de trabalho e renda para o Município*”, expõe planos/diretrizes dentre os quais há uma proposta para a elaboração de um parque de Lazer e Negócios que no anexo II do mesmo documento é destrinchada designando alguns usos pretendidos.

Figura 18: Mapa de ‘Modelagem Desenvolvimento’.



Fonte: PDU, 2001. Adaptação da autora.

Em conformidade com os objetivos de âmbito municipal, o Plano Diretor Urbano, o Art. 8º evidencia atividades econômicas com potencialidades para serem desenvolvidas e valorizadas: setores agropecuários, industriais e de serviço. Neste último, o artigo cita

atividades de grande aptidão para a área de implantação do projeto que são: são os restaurantes rurais, trilhas, eventos agropecuários e feiras de artesanato popular.

Apesar do PDU apresentar a ideia de ‘Parque de Lazer e Negócios’, a partir da análise das entrevistas é possível entender que a vocação da área está ligada à preservação ambiental e pesquisas; o termo ‘negócios’ e sua significância não se aplica fortemente ao local de estudo, visto que o programa discutido possui poucos comércios de caráter local (a exemplo: restaurante e stand para venda de artesanatos locais).

3.2. Código Florestal

No que se refere à preservação dos recursos naturais, a legislação ambiental brasileira tem seu ponto central no Código Florestal. Objetivando o desenvolvimento sustentável, a legislação nacional florestal representada pelo Novo Código Florestal Lei 12.651/12 apresenta normas e conceitos que promovem a “*preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático [...]*” (Art. 1º, parágrafo único, inciso 1)

Uma das principais ferramentas para fomentar a conservação se dá por meio das Áreas de Preservação Permanente (APP). No seu artigo 3º, o Código Florestal define APP como:

área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Art. 3º, inciso II)

De acordo com entrevistas ao entrevistado 3¹⁴ e entrevistado 4¹⁵ que já fizeram visitas à área objeto de estudo, identificam respectivamente o local, como área verde urbana, e com vegetação de sucessão secundária em início de terciária. Em seu artigo 3º, o Código Florestal define área verde urbana como:

XX - área verde urbana: espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município,

¹⁴ Engenheiro Florestal membro da ONG Grupo Ambientalista Brotar Nascentes (GANA); entrevista cedida à autora.

¹⁵ Biólogo do Centro de Ciências da Saúde / Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); entrevista cedida à autora.

indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais; (Art. 3º, inciso XX)

Considerando que dentro da área em estudo apresenta-se duas nascentes (uma delas não perene, a outra ainda resistente no local), uma delas sendo a nascente do córrego que limita ao norte o Campo do Governo, configura-se como APP, como visto no Art. 4º, em zonas rurais ou urbanas:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

(...)

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

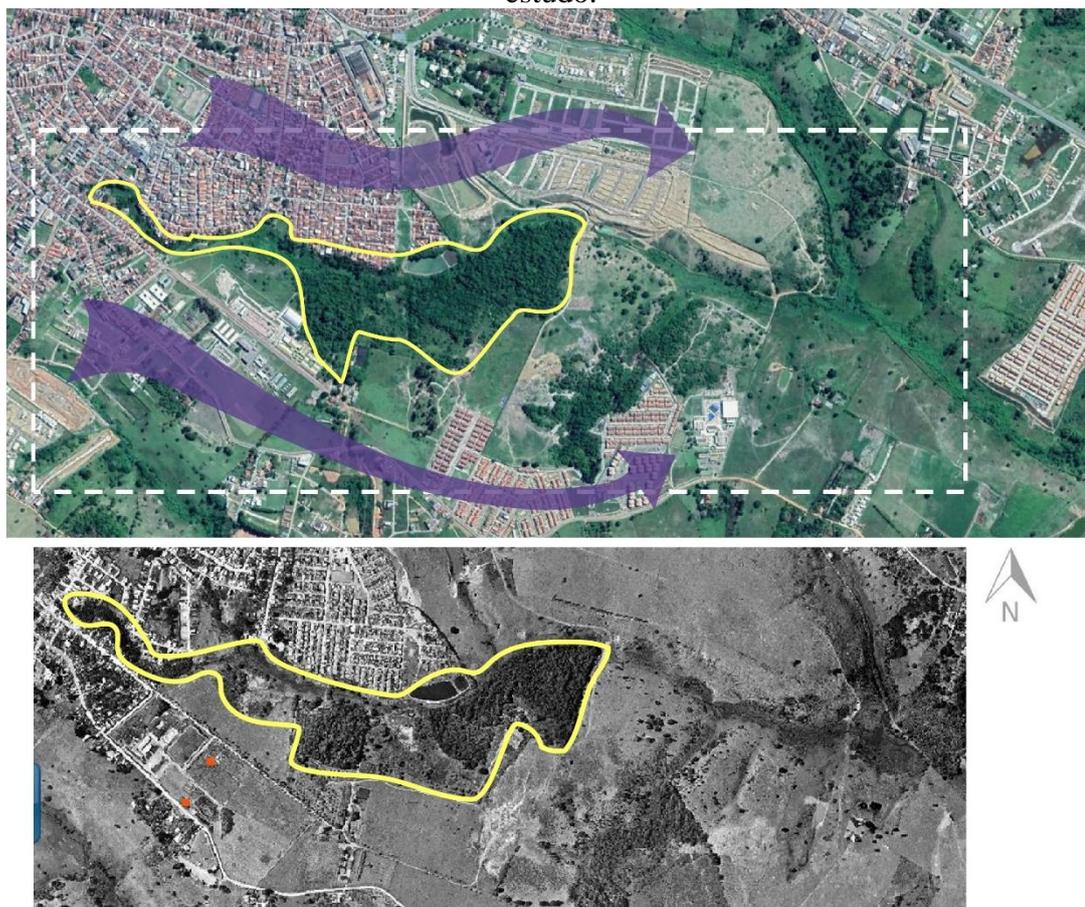
Na seção II, que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente, em seu Art. 7º, dispõe que:

§ 1º Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei.

3.3. Caracterização da área de estudo

O Campo do Governo abriga uma das poucas áreas verdes dentro do perímetro urbano. O GANA, com o apoio do comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul (CBHRS) e a Universidade do Estado da Bahia – Campus V redigiu uma ‘Proposta para a criação de Unidade de Conservação na Estação Experimental Waldemar Guimarães Cova’ se colocando à disposição para estimular e colaborar com a efetivação e manutenção de tal Unidade. O documento propõe a “*transformação de parte da Estação Experimental Waldemar Guimarães Cova, popularmente conhecida como Campo do Governo em uma importante Unidade de Conservação*”, com o intuito de estabelecer “*um espaço de lazer, educação e preservação que melhore a qualidade ambiental na cidade e sirva como exemplo em toda a região*”.

Figura 19: Comparação do desenvolvimento urbano no entorno da massa verde da área de estudo.



Fonte: Imagem superior: Google Earth, 2016; imagem inferior: foto aérea de 1998, INFORMS CONDER Bahia.
Adaptado pela autora.

No comparativo realizado na figura 19, é possível perceber um englobamento da massa vegetativa causado pela expansão urbana. O documento-proposta do GANA ainda evidencia que o Campo do Governo:

“(…) aparece como sendo a única área verde significativa dentro da área urbana de Santo Antônio de Jesus. Por possuir várias nascentes e remanescentes da já quase extinta Mata Atlântica, configura em um espaço naturalmente propício à preservação deste bioma em nossa região.” (pág 5.)

A faixa marginal de vegetação na ponta oeste do córrego encontra-se inexistente. Segundo colocações do entrevistado 5¹⁶, em concordância com informações do entrevistado 3,

¹⁶ Diretor de Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA); entrevista cedida à autora transcrita em Anexo.

Eng. Florestal do GANA, a área serve como travessia (vide figura 20, a) do bairro Cajueiro para os bairros Salgadeira e Nossa Senhora das Graças.

Figura 20: a: Edvaldo, funcionário do IFBA mostra como é realizada a travessia; b: queimada em parte da área de vegetação.



Fonte: a: fotografias de José Nilson de Santana; b: fotografia da autora. Adaptado pela autora.

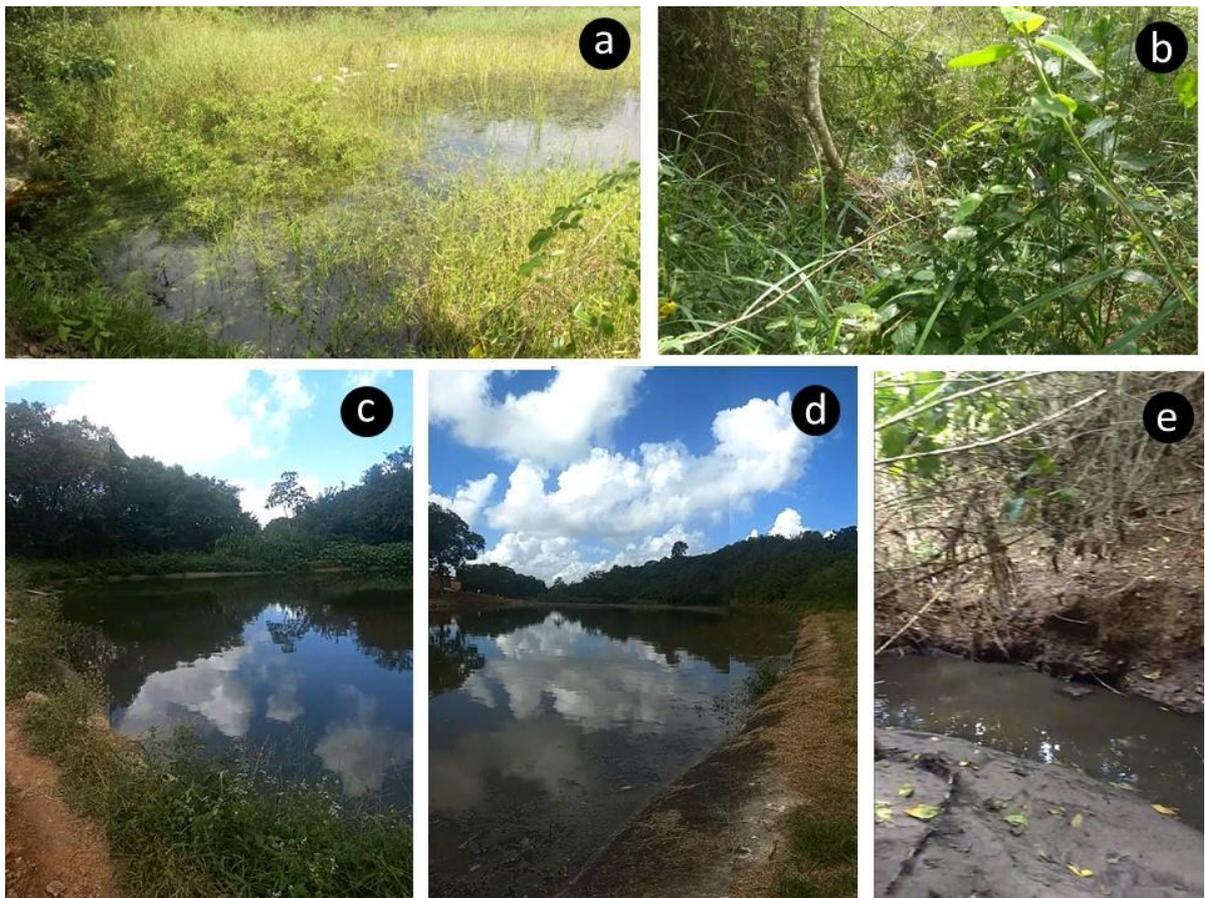
Em primeiro contato com a área, durante visita foi constatado uma queimada recente. No decorrer da entrevista, o entrevistado 3 relatou sobre a falta de conscientização ambiental da população:

“Assim, essa área aí, na verdade, ainda está sendo explorada, o pessoal ainda está entrando, derrubando, retirando algumas coisas aí. Tempo de São João a gente sofre muito por conta das fogueiras então o pessoal já entra na mata antes, já faz o “anelamento” das árvores, espera secar para dizer que está morta e aí então derruba. [...] as espécies mais perenes já foram exploradas já, já foram cortadas porque elas tem importância financeira alta e também são árvores que podem ser feitas casa, pode fazer móveis, então o pessoal que mora aqui na periferia não tem um recurso muito grande então eles exploram bastante em cima disso aí.”

As duas nascentes presentes na massa vegetativa estão envoltas por espécies vegetativas hidrófilas (possivelmente do género *Typha*) e estão poluídas: não só a Estação de Tratamento

de Água recebem efluentes domésticos das residências próximas, o córrego também é sujeito à descarga de águas residuais, o que acaba afetando as nascentes próximas. Porém, há uma perspectiva de melhora: o entrevistado 3 relata que a Estação de Tratamento vai ser em outro local, “vai colocar uma estação elevatória aqui de esgoto, vai tirar esse pinicão aí, essa lagoa aí”, “aqui só vai ser pra jogar pra lá”.

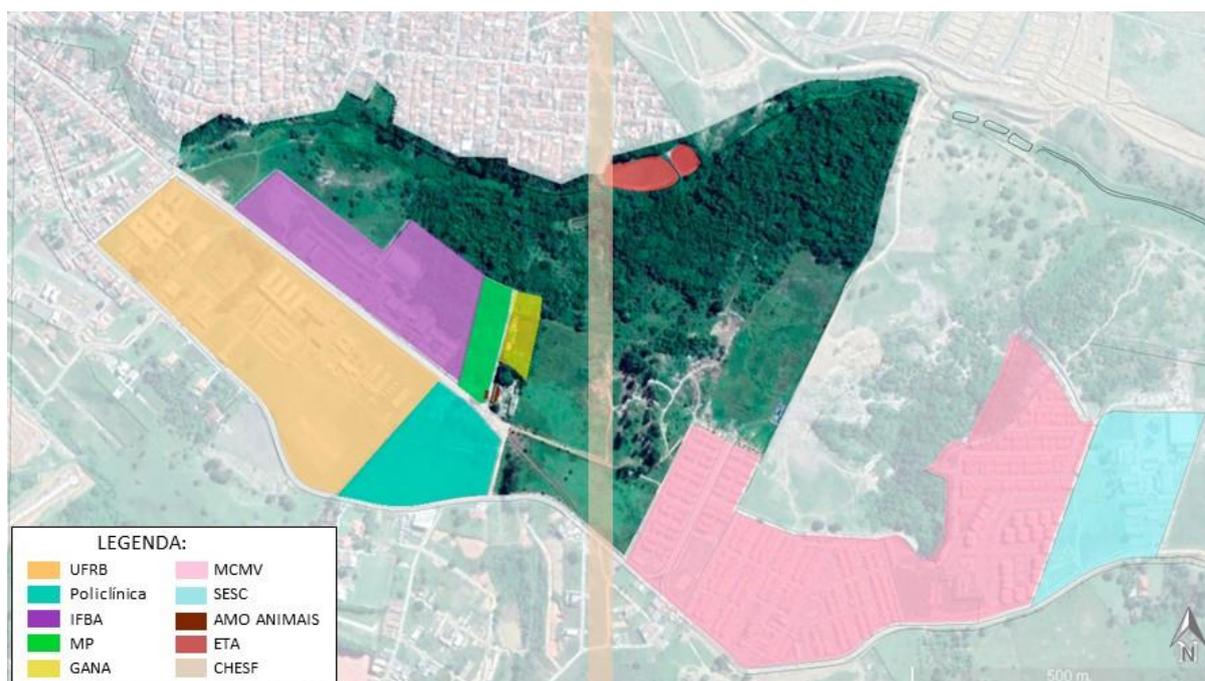
Figura 21: a: nascente maior; b: nascente menor, próxima à primeira; c e d mostram, respectivamente, a piscina menor e maior da Estação de Tratamento de Água conhecida popularmente como Pinicão; e: córrego comprometido com águas poluídas sofrendo assoreamento.



Fonte: Fotografias de José Nilson de Santana. Adaptado pela autora.

O uso do solo é realizado de maneira diversificada: além de áreas inutilizadas, encontra-se uso residencial, institucional e educacional, como visto na figura 22, e posteriormente, na tabela explicativa de cada uso, com cores correspondidas da figura 22.

Figura 22: Utilização do solo no Campo do Governo.



Fonte: Google Earth, 2016. Adaptado pela autora.

Tabela 06: Utilizações do solo no Campo do Governo.

Legenda	Uso	Descrição
	UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	O Centro de Ciências e Saúde oferta 5 cursos de Graduação: Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - BIS, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Medicina.
	Policlínica - Policlínica Regional do Consórcio Público Interfederativo de Saúde	Objetiva atender a 28 municípios da região e oferecer 17 especialidades médicas. Entrou em funcionamento neste ano.
	IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	O <i>campus</i> de cursos superiores de tecnologia, inicialmente oferece os cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores, Produção Multimídia. Entrou em funcionamento neste ano.
	MP - Ministério Público	O terreno foi doado ao Ministério Público da Bahia pelo PROJETO DE LEI Nº 20.489/2013 e destina-se à implantação da sede da Promotoria Regional de Santo Antônio de Jesus. A instalação encontra-se sendo ocupada pela ONG AMO ANIMAIS.
	GANA - Grupo Ambientalista Brotar Nascentes	Fundada em 2000, a ONG ambientalista é envolvida com ações de preservação ambiental. Seu viveiro fornece mudas de árvores da Mata Atlântica para reflorestamento, arborização urbana e educação ambiental.
	MCMV - Minha Casa Minha Vida	Composto por 3 conjuntos habitacionais: conjunto Vila Viva, conjunto Nova Vida e Residencial Cajueiro.

	Serviço Social do Comércio (SESC)	Inaugurado em maio de 2010, oferece infraestrutura para atividades esportivas, culturais e de lazer para indivíduos associados.
	AMO ANIMAIS	OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público fundada em 2012, conhecida por retirar das ruas cães em situação de abandono, e utilizou-se provisoriamente das antigas instalações do escritório da EBDA (ao fundo da Policlínica) para recolher os animais. Antes da inauguração da Policlínica, o espaço foi demolido e agora a ONG utiliza provisoriamente a antiga sede da Secretaria de Infraestrutura do município (em frente ao GANA).
	ETA – Estação de Tratamento de Águas	A estação de Tratamento é conhecida popularmente como “Pinicão”, por concentrar esgoto irregular e encontra-se desativada.
	CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	Perpassa pelo Campo do Governo linhas de transmissão de 230v pertencente à companhia, cuja a faixa de servidão corresponde à 30m (15m de cada lado da linha).

De acordo com Memorial Descritivo, documento integrante do Cadastramento Imobiliário de imóveis da SEAGRI-Ba na Região de Jurisdição da EBDA, de 2012, é descrito brevemente, além da situação geral da área, o estado do córrego:

Atualmente está em estado de conservação regular, ocupado com pastagens e coqueiros na parte plana do imóvel. Na área de declive acentuado encontra-se encapoeirada e com vegetação nativa. Na sua confrontação Norte é delineado pelo “Riacho do Pinicão” curso natural de água em estado de poluição absoluta causada por resíduos líquidos residenciais, notadamente após a estrutura de deposição dos mesmos, conhecida como “PINICÃO” (EBDA, 2012)

O Memorial Descritivo ainda retrata os pontos fracos da área:

Estado de conservação regular, e de semi-abandono em partes do imóvel; falta de prospectar melhor destinação do imóvel como um todo; falta de posicionamento Político Estruturante do Governo do Estado da Bahia; risco de invasão por populares das áreas semi-abandonadas. (EBDA, 2012)

3.3.1. Inventário de espécies

As espécies vegetais identificadas durante a visita¹⁷ foram: Anjico Vermelho (*Anadenanthera macrocarpa*), Sansão do campo (*Mimosa caesalpiniiifolia*), Ingazeiro (*Inga edulis*), Sucupira (*Pterodon emarginatus*), Java (*Macrotyloma axillare* (E. Mey), Cajueiro (*Anacardium occidentale*), Pindaíba (*Duguetia lanceolata*), Maria Preta (*Solanum americanum*), Pau Pombo (*Tapirira guianensis*), Embaúba (*Cecropia pachystachya*), Murici (*Byrsonima crassifolia*), Sapé (*Imperata brasiliensis*), Tiririca (*Cyperus rotundus*), Ipê-de-jardim (*Tecoma stans*), Mamoneira (*Ricinus communis*), Paquevira (*Heliconia psittacorum*). Não foi possível identificar o nome científico de duas espécies vegetais, tendo conhecimento apenas seus nomes vulgares, sendo elas: Letrela e Inaíba.

Para facilitar o entendimento e visualizar as características das espécies vegetais encontradas e identificadas, segue fichas dendrológicas:

¹⁷ O inventário foi realizado com a colaboração de José Nilson, policial ambiental entre 1986 e 1998, e Edvaldo, funcionário do IFBA. Faz-se necessário outra visita com Engenheiro Florestal para detecção de mais espécies e análise de potencial paisagístico das mesmas.

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em:

<<http://www.mudasnativasof.com.br/especies/detalhes/angico-vermelho>>

<<https://www.ambiente.sp.gov.br/2016/03/angico-um-forte-da-flora-brasileira/>>

NOME VULGAR:

Angico-vermelho

NOME CIENTÍFICO:

Anadenanthera macrocarpa

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea de 15 – 20 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Comumente encontrado em capoeiras ou na colonização de áreas abertas.
- A muda apresenta fácil adaptação às quaisquer condições físicas do solo
- É indicada para atrair abelhas.
- No inverno perdem totalmente as folhas.
- Possui características ornamentais que a recomendam para o paisagismo em geral.
- Madeira: Pesada (0,85 g/cm³), compacta, bastante dura, pouco elástica, muito resistente e de grande durabilidade sob condições naturais.
- Características: tronco de 60-110 cm de diâmetro, revestido por casca escura com ritidoma escamoso. Folhas alternas espiraladas, compostas bipinadas, com 3-6 pares de pinas; foliólulos em número de 18-30 pares, oblongos a lanceolados, glabros a glabrescentes na face superior, pubescentes na inferior, com cerca de 1 cm de comprimento. Flor apresenta Inflorescências em espigas cilíndricas axilares; flores amareladas, pouco vistosas.
- Floresce a partir de meados de novembro, prolongando-se até janeiro
- Maturação dos frutos ocorre durante o período junho-julho.

Fonte:

Disponível em: <<https://www.ibflorestas.org.br/lista-de-especies-nativas/angico-vermelho>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR:



Fotos:

Disponível em: <<https://www.sitiodamata.com.br/sans-o-do-campo-mimosa-caesalpinifolia>>

NOME VULGAR:

Sansão do campo

NOME CIENTÍFICO:

Mimosa caesalpinifolia

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea 6 – 9 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Planta decídua, pioneira, característica da vegetação da caatinga. Ocorre preferencialmente em solos profundos, tanto em formações primárias como secundárias. Produz anualmente grande quantidade de sementes viáveis e suas flores são melíferas.
- Planta espinhenta de 5-8 metros de altura, dotada de copa baixa e densa, e tronco com 20-30 cm de diâmetro.
- As folhas são alternas espiraladas, compostas bipinadas, geralmente com 3 pares de pinas opostas, glabras, de 3-8 cm de comprimento.
- Flores brancas dispostas em inflorescências e frutos secos de coloração marrom.
- Locais de Ocorrência: Ocorre naturalmente na caatinga, do Maranhão até a Bahia.
- Madeira: Pesada, dura, compacta, de superfície lisa e de grande durabilidade mesmo em ambiente exposto à umidade. Adequada para usos externos como mourões, estacas, postes, esteios, lenha e carvão. Além disso, possui características ornamentais, podendo ser utilizada em projetos de paisagismo e como cercas-vivas. Por ser tolerante à luz direta e de rápido crescimento, é ideal para reflorestamentos heterogêneos.

Fonte:

Disponível em: <<https://www.ibflorestas.org.br/sansao-do-campo>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em:

<<https://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/ingazeiro>> ;

<<https://bioverde02.wordpress.com/2013/05/21/ingazeiro>> ;

<<https://www.monaconatureencyclopedia.com/inga-edulis/?lang=en>>

NOME VULGAR:

Ingazeiro

NOME CIENTÍFICO:

Inga edulis

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea 6 – 15 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- A casca do tronco, áspera, tem cor marrom-acinzentada.
- As flores são brancas e o fruto é uma vagem verde e curva.
- Origem: Mata Atlântica do Brasil.
- Ocorrência Natural: Ocorre nos estados da Bahia, Minas Gerais, até o Rio Grande do Sul.
- As flores são polinizadas por morcegos e beija-flores e os frutos (avantajados e em forma de ferradura, daí um de seus principais nomes) alimentam pacas e macacos. A fruta também serve de base para sucos.
- Fixadora de nitrogênio e recuperadora de áreas degradadas, sobretudo próximas aos cursos d'água.
- A floração acontece de fevereiro a setembro e a frutificação, entre junho e janeiro. O ingazeiro é adequado para a produção de celulose e papel.

Fonte:

Disponível em:

<<http://faunaeflora.terraagenta.g1.globo.com/flora/arvores-palmeiras/NOT,0,0,1223790,Ingazeiro.asp>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em: <<https://www.greenme.com.br/ usos-beneficios/4557-sucupira-propriedades-beneficios>> ; <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/biodiversidade/especie_do_mes/especie_cerrado/sucupira/>

NOME VULGAR:

Sucupira

NOME CIENTÍFICO:

Pterodon emarginatus

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea 8 – 16 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Árvore decídua que pode atingir 16 m de altura, com tronco liso de coloração amarelo claro, de 30 a 50 cm de diâmetro. Suas folhas compostas pinadas, com 20 a 36 folíolos de 3 a 4 cm de comprimento.
- Raízes podem apresentar um engrossamento denominado “batata de sucupira”, no qual armazena nutrientes e água para períodos de escassez.
- Madeira bastante resistente, pesada, bastante dura, difícil de rachar. Madeira muito utilizada na construção naval e civil, pilares de pontes, postes, dormentes, assoalhos, carrocerias, carvão e lenha.
- Os frutos podem ser armazenados durante vários anos sem perder suas qualidades medicinais. Medem cerca de 5 a 6 cm de comprimento por uns 3 a 4 cm de largura, de formato ovóide, apresentando nas laterais uma margem fibrosa e ao centro, onde armazena a semente, uma rede de veios cheios de um óleo bem resinoso.
- O óleo tem qualidades terapêuticas. A casca de seus galhos emprega-se para reumatismo.
- É indicada para paisagismo e regeneração de áreas degradadas.
- Florescimento: setembro a outubro. Coloração roxa, às vezes se tornando até levemente brancas, são encontradas no período de seca.
- Frutificação: junho a julho com a planta totalmente despida de folhagem.

Fonte:

Disponível em: <<https://www.portalsadfrancisco.com.br/biologia/sucupira/>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



NOME VULGAR:

Java

NOME CIENTÍFICO:

Macrotyloma axillare (E. Mey)

EXTRATO VEGETAL:

Herbácea 40 cm

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- A Java é uma leguminosa perene, de hábito trepador e de crescimento constante.
- Planta melhoradora de solos, auxilia na recuperação de solos degradados pois fixa nitrogênio no mesmo.
- Estrato herbáceo com altura em torno de 40cm
- caule de coloração esverdeado, folha com folíolo oblongo e de coloração verde claro, planta de ciclo médio, florescimento indeterminado e boa produtora de sementes. Esta leguminosa foi obtida a partir da seleção de progênes de *Macrotyloma axillare* cultivares Archer e Guatá.
- Aceita solos com baixa e média fertilidade
- Profundidade de plantio: 2 cm

FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em:
<http://www.tropicalforages.info/key/forages/Media/Html/entities/macrotyloma_axillare.htm>;
<https://keyserver.lucidcentral.org/weeds/data/media/Html/macrotyloma_axillare_var_axillare.htm>

Fonte:

Disponível em:
<http://www.agronomia.com.br/c conteudo/ produtos/ produtos_sementes_leguminosas_java.htm>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



NOME VULGAR:

Cajueiro

NOME CIENTÍFICO:

Anacardium occidentale

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea 5 – 15 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Origem: América do Sul, Brasil
- As folhas são grandes, glabras, coriáceas, obovadas, de venação bem marcada e cor verde a ocasionalmente rosada, de acordo com a época do ano em que surgem.
- Com ciclo de vida perene, chega a crescer até 20 metros de altura continuamente. O cajueiro é uma planta de crescimento intermitente, isto é, apresenta um período de reduzido crescimento vegetativo, considerado como um aparente repouso vegetativo.
- Frutos: O fruto verdadeiro é cinza, quando maduro, em formato de rim e encerra uma amêndoa grande. O fruto é sustentado por um pedúnculo ou pseudofruto, carmoso, suculento, macio, piriforme, de sabor adstringente e casca fina, delicada, de cor amarela, laranja ou vermelha. Frutificação entre setembro-janeiro
- A inflorescência ocorre geralmente no meado do ano, é do tipo panícula, com flores pequenas róseas a verdes. As flores são perfumadas e atraem abelhas, sendo excelentes para a produção de mel.
- Atrai sabiás, sanhaços, sairas, gaturanos, periquitos, jandaias, papagaios e outros

FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em: <<https://www.sitiodamata.com.br/caju-anacardium-occidentale>>

Fonte:

Disponível em: <<https://www.sitiodamata.com.br/caju-anacardium-occidentale>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em:
<<http://www.matosdecomer.com.br/2014/07/matoberry-outras-solanaceas-maria.html>>

NOME VULGAR:

Maria Preta

NOME CIENTÍFICO:

Solanum americanum

EXTRATO VEGETAL:

Herbácea 1 – 1,5 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Comestível
- Os frutos são ligados num único ponto, que é ligado ao caule
- Folhas pouco serrilhadas; Folhas verdes na parte inferior
- Sementes pequenas, de 40 a 110 sementes
- Frutos maduros são doces, pouco ácidos, com gosto suave de amoras. Os frutos podem ser usados em bolos, tortas, geleias e vitaminas
- Se dá bem em pleno sol ou meia sombra e não é muito exigente quanto à umidade, desde que não fique seca por muito tempo.
- A maior parte das plantas da família solanáceas, são venenosas. Os frutos são comestíveis, mas as folhas não.

Fonte:

Disponível em:
<<http://www.matosdecomer.com.br/2014/07/matoberry-outras-solanaceas-maria.html>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em: <<https://www.sitiodamata.com.br/peito-de-pombo-tapirira-guianensis>>

NOME VULGAR:

Pau-Pombo

NOME CIENTÍFICO:

Tapirira guianensis

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea 8 – 12 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- De origem no Brasil, geralmente possui tronco curto, com 40 a 60 centímetros de diâmetro. Suas folhas são compostas, com 4 a 12 centímetros de comprimento. Já as.
- Frutos se parecem a uma uva e amadurecem a partir de janeiro (até março). São avidamente procurados pela fauna.
- Encontrado em todo o território brasileiro, principalmente em terrenos úmidos, mas em quase todas as formações vegetais.
- Possui madeira fácil de trabalhar (por ser leve e macia ao corte).
- Utilização no controle da erosão marginal em rios e em reflorestamento de áreas heterogêneas com fins preservacionistas, sobretudo em locais úmidos.
- Alta taxa de germinação, que ocorre entre 15 e 30 dias.
- Flores amareladas, pouco vistosas. Florescimento entre agosto e dezembro.

Fonte:

Disponível em: <<http://faunaeflora.terradasente.g1.globo.com/flora/arvores-palmeiras/NOT,0,0,1223976,Tapirira.aspx>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em: <<https://sementescaicara.bbshop.com.br/embauba-cecropia-pachystachya>> ; <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/especiais/noticia/2016/07/embauba-regenera-florestas-desmatadas-e-garante-comida-aves.html>> ; <<https://www.photoaves.com/embauba>>

NOME VULGAR:

Embaúba

NOME CIENTÍFICO:

Cecropia pachystachya

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea 4 – 8 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Luminosidade: Sol Pleno
- Ciclo de Vida: Perene
- Madeira fraca e crescimento rápido.
- Ideal para início de reflorestamento em áreas degradadas.
- Folhas compostas com 8 partes, de 40 cm.
- A flor e sementes aparecem como um pequeno cacho no topo da árvore. Floresce de setembro a outubro.
- Já os frutos amadurecem em Junho. Para coleta de sementes basta pegar os frutos que estão sendo consumidos por pássaros.

Fonte:

Disponível em:

<<https://www.photoaves.com/embauba>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em:

<<http://www.arvores.brasil.com.br/new/murici/index.htm>> ;
<<http://www.natureza.bela.com.br/2012/12/murici-byrsonima-crassifolia-rich.html>>

NOME VULGAR:

Murici

NOME CIENTÍFICO:

Byrsonima crassifolia

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea 6 – 16 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Suas folhas são lisas, de aproximadamente 13 cm;
- Suas flores são em forma de cachos amarelos, aparecem na época de janeiro a março;
- Frutifica no outono e seu fruto é pequeno, de aproximadamente, 0,8 cm e aparece em cacho, quando amadurece fica mais macio, possui sabor adocicado;
- Sementes costumam atingir o tamanho de 0,5 cm de comprimento, e têm a cor marrom-claro.

Fonte:

Disponível em:

<<https://www.greenme.com.br/ usos-beneficios/6064-murici-beneficios-saude-muito-mais>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em:

<http://www.floridagrasses.org/Grass_data/Imperata.html>

NOME VULGAR:

Sapé

NOME CIENTÍFICO:

Imperata brasiliensis

EXTRATO VEGETAL:

Gramínea 95 cm

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Ciclo de vida perene
- Vegetando em ambientes antropizados, normalmente com solos ácidos. Quando se instala em áreas cultivadas ou sob pastagem, torna-se indesejável em função do difícil controle, aliado ainda aos riscos de queimada.
- Apresenta caule subterrâneo do tipo rizoma, o qual origina colmos aéreos finos, cilíndricos, glabros e de coloração verde a avermelhada nas proximidades dos nós, podendo alcançar até 0,8 m de altura.
- Inflorescência terminal do tipo panicula lanceolada e plumosa, contendo numerosos racemos ofuscados pelas plumas de coloração branca, que envolvem as espiguetas.
- Fruto do tipo cariopse, o qual é a unidade de propagação da espécie por meio do vento, acrescentando-se ainda a fragmentação do rizoma.

Fonte:

Disponível em:

<https://www.fmcagricola.com.br/portal/manuais/infestantes_hf/files/assets/basic-html/page370.html>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR:



Fotos:

Disponível em:

<<http://www.naturezabela.com.br/2017/09/tiririca-cyperus-rotundus.html>>

NOME VULGAR:

Tiririca

NOME CIENTÍFICO:

Cyperus rotundus

EXTRATO VEGETAL:

Herbácea 60 cm

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Luminosidade: Meia Sombra, Sol Pleno
- Ciclo de vida perene
- Conhecida por ser uma infestante em gramados, canteiros e na agricultura de forma geral.
- Apresenta folhas lineares, de cor verde intensa, que surgem de um bulbo subterrâneo.
- Pode atingir cerca de um metro de profundidade com seu sistema radicular. As inflorescências surgem em qualquer época do ano, e são do tipo espiguetas, de cor castanho-avermelhada.
- Apresenta grande capacidade de tolerar a seca, o encharcamento e o calor intenso. Cresce depressa sob sol pleno, se desenvolvendo preferencialmente em terrenos pobres, ácidos, mal drenados e erodidos ou com o solo à mostra. Multiplica-se por sementes, mas principalmente por hipertrofias e tubérculos subterrâneos. Desta forma, a planta se alastra rapidamente e persiste no solo por muito tempo, tornando difícil o seu controle.

Fonte:

Disponível em: <<https://www.jardineiro.net/plantas/tiririca-cyperus-rotundus.html>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em:

<https://www.clickmudas.com.br/ipe-de-jardim-tecoma-stans-1-5-a-1-7-metros.html>

<http://umaflorpordia.blogspot.com/2015/04/ipe-de-jardim-tecoma.html>

NOME VULGAR:

Ipê-de-jardim

NOME CIENTÍFICO:

Tecoma stans

EXTRATO VEGETAL:

Arbórea 5 – 7 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Luminosidade: Sol Pleno
- Ciclo de vida perene
- As inflorescências são terminais ou axilares, com muitas flores tubulares, amarelas, muito parecidas com as do Ipê-amarelo (*Tabebuia* spp).
- A floração é maior nos meses mais quentes, mas pode perdurar durante o outono.
- Os frutos são cápsulas glabras deiscentes, compridas e contém muitas sementes aladas.
- No paisagismo é apropriada isolada ou em grupos, formando renques. No entanto sua utilização é controversa, pois apesar de ser muito ornamental é considerada uma perigosa planta invasora, capaz de inutilizar pastagens e prejudicar a regeneração de áreas degradadas. Isto se deve à sua grande capacidade de produzir sementes viáveis e ao seu rápido crescimento.

Fonte:

Disponível em: <https://www.jardineiro.net/plantas/ipe-de-jardim-tecoma-stans.html>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR e FRUTO:



Fotos:

Disponível em:
<https://keyserver.lucidcentral.org/weeds/data/media/Html/ricinus_communis.htm>

<<https://flora-on.pt/index.php#/0a2f4/>>

NOME VULGAR:

Mamoneira

NOME CIENTÍFICO:

Ricinus communis

EXTRATO VEGETAL:

Arbustiva 7 m

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Luminosidade: Sol Pleno
- Ciclo de vida perene
- Conhecida por suas qualidades de aplicações na indústria química e na biodiesel.
- Os frutos que se formam são cápsulas globosas, com três sementes cada, recobertas de espinhos e podem ser verdes ou avermelhadas, de acordo com a cultivar. As sementes da mamona contém ainda uma poderosa toxina, a ricina, que é mortal mesmo em pequenas doses.

Fonte:

Disponível em: <<https://www.jardineiro.net/plantas/mamona-ricinus-communis.html>>

FICHA DENDROLÓGICA

VEGETAÇÃO:



FLOR:



Fotos:

Disponível em:

<<https://www.monaconatureencyclopedia.com/heliconia-psittacorum/?lang=en>>
<<https://www.floresefolhagens.com.br/heliconia-papagaio-heliconia-psittacorum/>>

NOME VULGAR:

Paquevira

NOME CIENTÍFICO:

Heliconia psittacorum

EXTRATO VEGETAL:

Herbácea 60 – 90 cm

COMPORTAMENTO VEGETAL:

- Ciclo de vida perene
- Folhas lanceoladas e estreitas, lisas em tom verde escuro, nascem enroladas como um canudo, bem junto da base da planta e vão se estirando numa longa haste, que pode alcançar de 60-1.20 cm de comprimento. Só depois disso elas vão se desenrolando.
- Flores amarelo esverdeado, envolvidas por brácteas cerosas em forma de barco, de colorido vibrante que vai do amarelo ao vermelho. Surgem durante quase ano todo, mas principalmente na primavera-verão.
- Excelente para jardim externo, pois forma touceiras e assim multiplicam-se facilmente.
- Deve ser cultivada a meia sombra, mas com muita luminosidade, não suporta a incidência direta do sol entre as 10 e 17 horas.

Fonte:

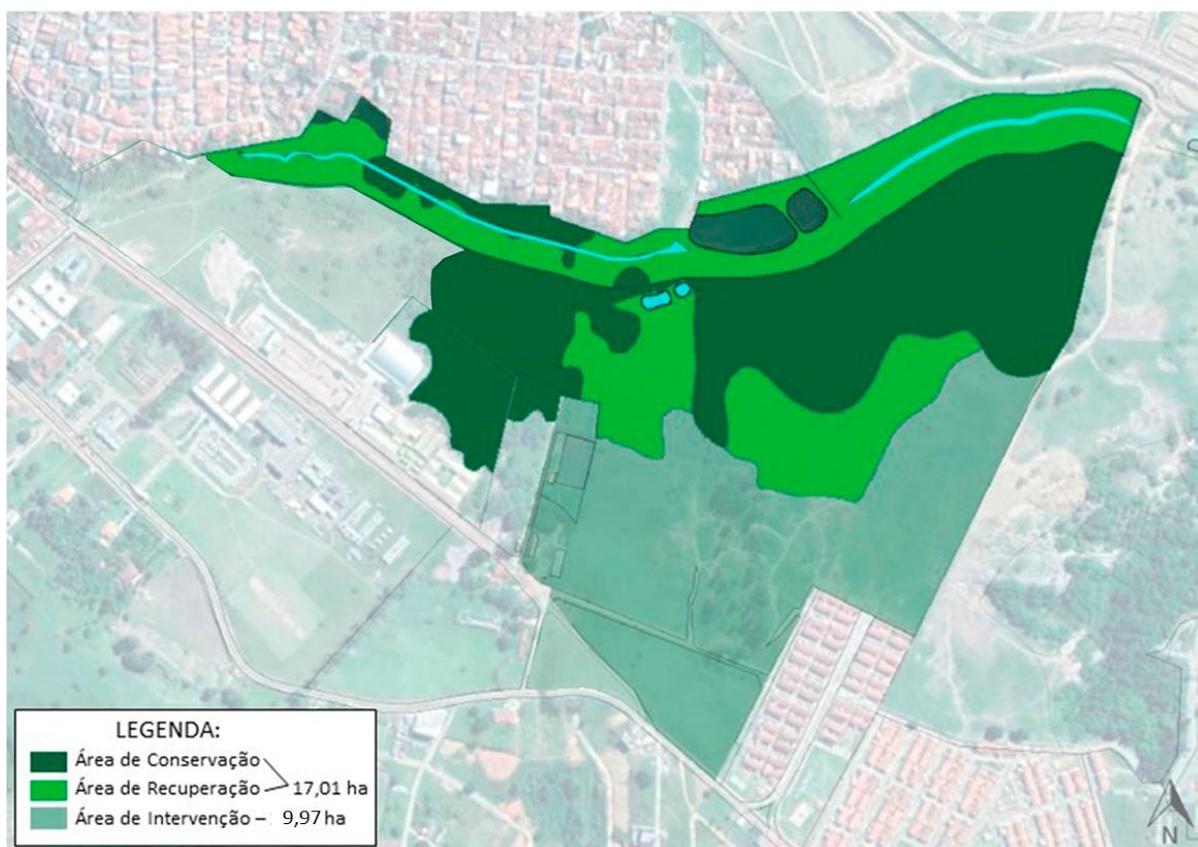
Disponível em: <

<https://www.floresefolhagens.com.br/heliconia-papagaio-heliconia-psittacorum/> >

CAPÍTULO 4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Através das visitas e imagens aéreas (Google Earth), foi possível detectar regiões que necessitavam de um tratamento diferenciado. As manchas expressivas de vegetação arbórea foram incorporadas à área de conservação, enquanto que precisam de uma maior atenção as regiões onde há vegetação rarefeita.

Figura 23: Áreas de conservação, recuperação e intervenção.



Fonte: Google Earth, 2016. Adaptado pela autora.

Quando perguntado sobre a caracterização da área e sobre a preservação da mesma, em entrevista, o entrevistado 4 explana:

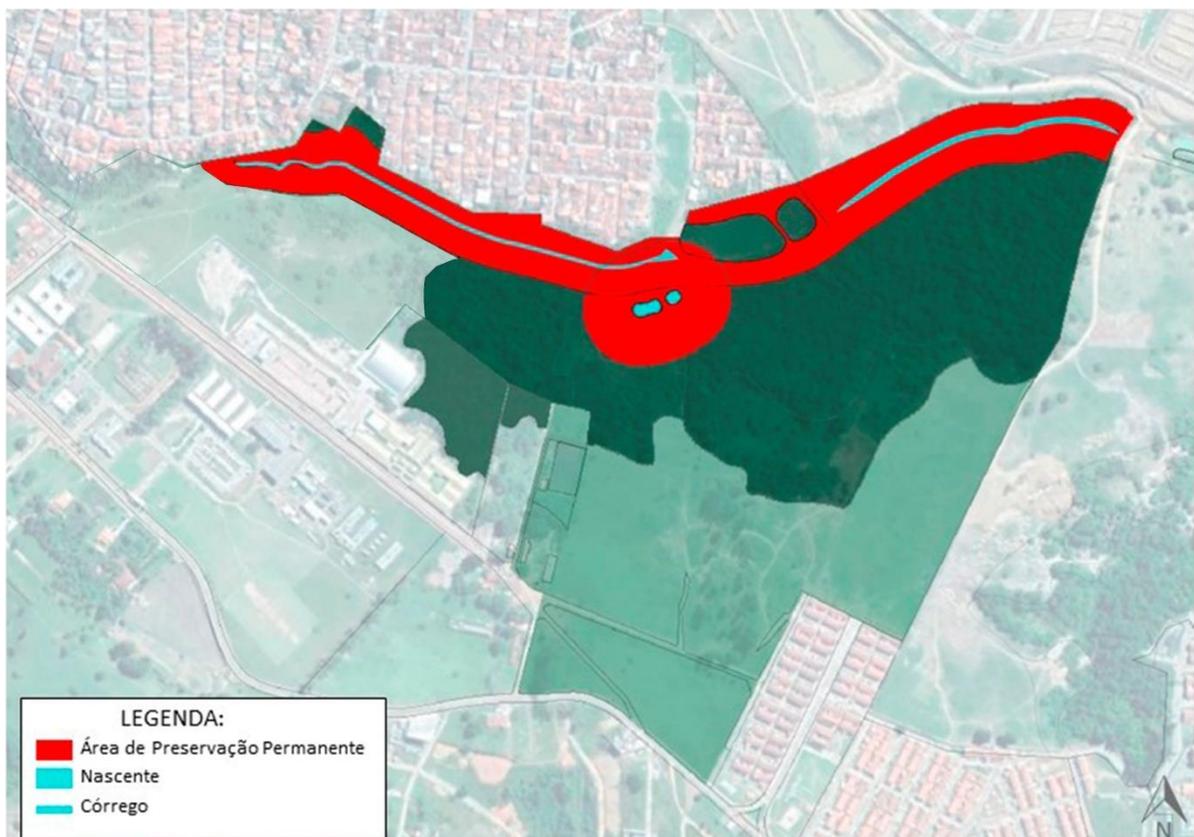
“[...] Em termos de preservação é uma área totalmente antropizada. Antropizada é que tem uma grande ação do homem. É um fragmento que a gente se você for olhar de sucessão, ele não é uma sucessão primária é óbvio, mas ele pode ser aí uma sucessão secundária, início de uma sucessão terciária. A gente vê muitas espécies como embaúba. A embaúba é a cecrópia, então a embaúba é um grande indicador de antropização. O extrato arbóreo ele é bem estabelecido com copas de até 20m (vinte metros), mas variando de 15 a 18m mais ou menos. O extrato herbáceo já é um extrato menos rico, ele está mais ralo

né. O que é que acontece, a gente só tem árvores, a gente não tem o funcionamento ecológico do fragmento, o fragmento precisa ter todos os seus extratos bem desenvolvidos para que dê a manutenção do ciclo ecológico mesmo, de todas as interações[...]. (Informação verbal¹⁸).

O diretor de Patrimônio do IFBA, observando a carência de laboratórios específicos e prevendo o aumento da demanda dos cursos oferecidos, comenta sobre a intenção de promover futuras instalações na parte oeste da instituição:

“A gente acabou de fazer a aferição desse espaço, deixa eu pegar aqui pra eu te mostrar... a gente fez a aferição desse espaço porque hoje a gente tem um polígono assim óh, daqui pra aqui meio irregular né. Então a gente vai solicitar ao Governo do Estado que faça a doação dessa área para o IFBA passar, de forma que a gente consiga fazer uma biblioteca, pavilhão de aula, núcleo de tecnologia associada à saúde.”(Informação verbal¹⁹)

Figura 24: Áreas de Proteção Permanente.



Fonte: Google Earth, 2016. Adaptado pela autora.

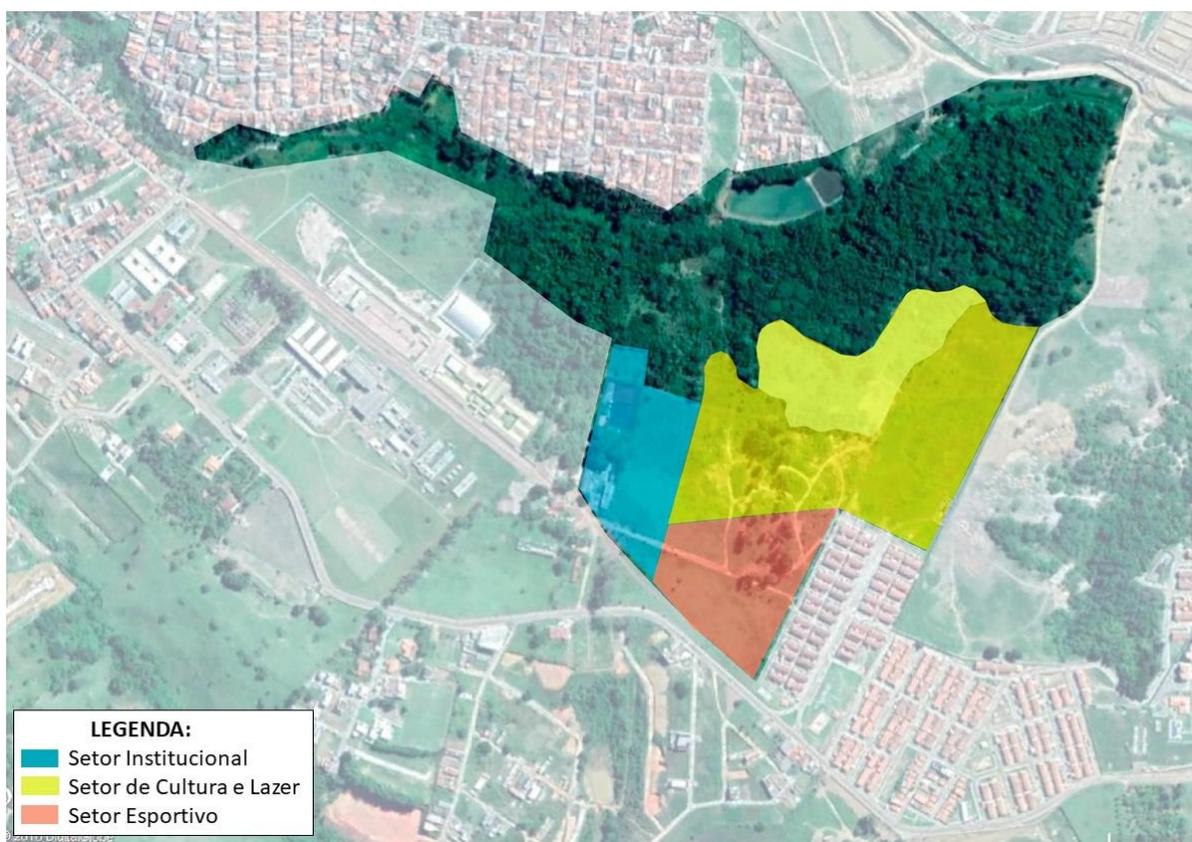
¹⁸ Biólogo do Centro de Ciências da Saúde / Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); entrevista cedida à autora transcrita em Anexo.

¹⁹ Diretor de Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; entrevista cedida à autora transcrita em Anexo.

A figura 21 exibe em vermelho uma proposta de Área de Preservação Permanente de acordo com os ditames do Código Florestal (trinta metros, para os cursos d'água de menos de dez metros de largura e raio mínimo de cinquenta metros nas áreas de entorno de nascentes)

A ocorrência contaminação e poluição de corpos de água dentro do terreno, além das intervenções degradantes de civis às margens do córrego e mata ciliar exigem medidas conscientizadoras junto à população.

Figura 25: Proposta de setorização na área de estudo.



Fonte: Google Earth, 2016. Adaptado pela autora.

Optou-se por reunir as atividades institucionais do parque junto a edificações já existentes com funções afins, enquanto que o setor de cultura e lazer se encontra mais próximo à comunidade, separado do setor institucional por um parque central que comunica ambas as partes. A mancha demarcada em amarelo mais claro representa a área de recuperação (comparar com figura 23): seu uso como lazer contemplativo não anula a necessidade de recuperação, mas convida os usuários a observar de maneira próxima a APP.

4.1. Programa de necessidades

O programa de necessidades foi norteado por sugestões e tópicos relatados pelos entrevistados, que apontaram carências e anseios dos grupos²⁰ os quais representavam.

Durante entrevista, o entrevistado 1²¹ relatou a dificuldade das mães da comunidade em levar seus filhos à creche. Segundo o entrevistado 1, a ausência de creches no bairro inclusive atrapalhava as mães de trabalhar, pois a distância era considerável, e tomava tempo. A utilização do transporte público todos os dias era dispendioso e andar até o centro da cidade “*carregando criança no braço em sol de meio dia*” tornava o caminho ainda mais longo. A criação de uma creche-escola responderia a essa demanda do bairro, e influenciaria inclusive na renda familiar, pois daria oportunidade para as mulheres se empregarem. Sobre empregos, o entrevistado 1 desabafa que também há dificuldade caso no currículo esteja o endereço correto do morador, visto que os empregadores possuem preconceito. É preciso mentir, “*tem que dizer que mora em outro lugar*” pra ter chance.

Quando perguntada sobre a juventude do bairro, o entrevistado 1 fez cara feia e gesticulou com as mãos uma arma, dizendo que outro dia mesmo ouviu tiros no fundo do conjunto. Mas não eram todos, uns só queriam brincar, jogar bola. Os menorzinhos, se envolviam em grupo de capoeira. Quando falou sobre capoeira, entrevistado 1 se empolgou e foi buscar fotos dos diversos eventos que promoveu. Imagens de rodas de capoeira, entre registros de entrega de cestas básicas no dia das mães e sacos de brinquedos para as crianças em sua data comemorativa. Mas relatou que não tinha lugar para promover esses eventos comunitários, e dependia do empréstimo de toldos de um conhecido dela que possuía uma empresa de aluguel de toldos para realizar as atividades. O setor de Cultura e Eventos visa viabilizar esses encontros comunitários, além de incentivar a esporte-dança que é a capoeira.

Para envolver a juventude (que cada vez se torna adepta à tecnologia) a miateca oferece acesso digital; o auditório possibilita apresentações culturais de música, dança, teatro; o espaço de exposições é a oportunidade de mostrar as expressões artísticas da população; As exposições fixas sobre a História Regional e o memorial da capoeira, são, além de conhecimento para ‘os de fora’, um lembrete de apropriação para ‘os do redor’.

²⁰ Citado em ‘Metodologias’

²¹ Representante da Associação de moradores do Conjunto Vila Viva (MCMV).

Tabela 07: Programa de necessidades e pré-dimensionamentos.

Setor A (Educativo)		
Intervenções	Ambiente / Área	Justificativa
Grupo Ambientalista Nascentes (GANNA)	1. Recepção - 51.01m ²	Produção de mudas para reflorestamento do Parque e atividades de conscientização ambiental
	2. Coordenação - 11.47m ²	
	3. Sala de reuniões - 24.40m ²	
	4. Salão de atividades - 79.71m ²	
	5. Copa - 11.61m ²	
	6. DML - 2.70m ²	
	7. WC - 12.51m ²	
	8. WC PNE - 3.24m ²	
	9. Acesso para o viveiro - 49.66m ²	
	10. Jardim - 48.34m ²	
Creche-escola	1. Recepção - 31.13m ²	Aprendizagem dinâmica atrelada à educação ambiental de crianças do pré-escolar ao 5º ano)
	2. Secretaria - 15.66m ²	
	3. Direção - 36.90m ²	
	4. Almoxarifado - 20.70m ²	
	5. Sala dos professores - 46.85m ²	
	6. Copa - 4.97m ²	
	7. Sala de aula; capac. 25 estudantes - 48.70m ²	
	8. Pátio - 9.00m ² ; 7.87m ²	
	9. Sala de inclusão digital - 58.50m ²	
	10. Sala TI - 8.77m ²	
	11. DML - 7.42m ²	
	12. Cozinha - 24.25m ²	
	13. Pátio coberto - 144.32m ²	
	14. Pátio descoberto - 203.03m ²	
	15. Quadra poliesportiva - 496.33m ²	
	16. WC - 12.99m ² ; 2.83m ²	
	17. WC PNE - 3.24m ²	
	18. Bebedouros - 19.77m ²	
	19. Sala de aula; capac. 20 crianças - 35.43m ²	
	20. Brinquedoteca - 38.28m ²	
	21. Fraldário - 11.81m ²	
	22. WC infantil - 13.83m ² ;12.73m ²	
Setor B (Gestão)		
Intervenções	Ambiente / área	Justificativa
Associação dos Amigos do Parque	1. Recepção - 39.19m ²	Reunir as atividades administrativas e de gestão do Parque
	2. WC PNE - 3.24m ²	
	3. WC - 14.62m ² ; 3.24m ² ; 6.74m ²	
	4. Sala das comissões representantes - 25.10m ²	
	5. Setor RH - 23.22m ²	
	6. Programa de Proteção e Manejo - 28.06m ²	
	7. Programa de Visitação e Pesquisa- 24.24m ²	

	8. Programa de Integração com o Entorno – 25.44m ²	
	9. Sala de reuniões - 25.10m ²	
	10. Sala presidente gestor - 23.22m ²	
	11. Almoxarifado - 8.09m ²	
	12. Monitoramento eletrônico - 15.48m ²	
	13. Tesouraria - 24.18m ²	
	14. Programa de Operacionalização- 16.40m ²	
	15. Copa/estar (funcionários) - 16.40m ²	
	16. DML - 5.55m ²	
	17. Casa de máquinas - 13.52m ²	
Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA)	1. Recepção - 39.19m ²	Fiscalizar e proteger contra crimes ambientais
	2. Central de atendimento - 3.50m ²	
	3. Depósito - 6.97m ²	
	4. Alojamento - 20.04m ² ; 15.80m ²	
	5. Sala de equipamentos - 8.94m ²	
	6. Viveiro temporário - 26.74m ²	
	7. Copa/estar (funcionários) - 13.03m ²	
	8. WC - 18.40m ²	
	9. Praça cívica - 920.78m ²	
Setor C (Cultural e de Eventos)		
Intervenções	Ambiente / área	Justificativa
Midioteca	1. Recepção - 32.87m ²	Opção de atividades que mesclam lazer, conhecimento e tecnologia.
	2. Arquivo - 5.93m ²	
	3. Guarda-volumes - 8.50m ²	
	4. Direção - 17.76m ²	
	5. Espaço de estar/leitura - 41.69m ²	
	6. Biblioteca/gibiteca - 56.87m ²	
	7. Sala de inclusão digital - 32.23m ²	
	8. Sala TI - 6.30m ²	
	9. Estar (funcionários) - 8.19m ²	
	10. WC PNE - 3.24m ²	
	11. WC - 7.23m ² ; 3.24m ²	
Cultura e Eventos	1. Recepção - 29.27m ²	Espaço destinado à atividades culturais e eventos da comunidade.
	2. Exposição fixa de História Regional- 5.42m ²	
	3. Espaço de exposições artísticas - 54.16m ²	
	4. Direção - 25.74m ²	
	5. Sala de reuniões - 13.26m ²	
	6. Circulação - 13.07m ²	
	7. Arquivo - 15.60m ²	
	8. Depósito - 11.75m ² ; 8.19m ²	
	9. Laboratório - 13.72m ²	
	10. Curadoria - 41.50m ²	
	11. Estar (funcionários) - 30.24m ²	
	12. Copa - 7.88m ²	

	13. Almoarifado - 14.04m ²
	14. DML - 4.24m ²
	15. WC - 24.27m ²
	16. WC PNE - 3.24m ² ; 4.92m ²
	17. Foyer - 151.20m ²
	18. Controle de áudio/vídeo - 8.52m ²
	19. Auditório - 233.48m ²
	20. Palco - 168.38m ²
	21. Platéia a céu aberto
	22. Camarim - 5.04m ²
	23. Memorial da capoeira - 83.07m ²
	24. Espaço Multiuso - 181.75m ²
	25. Direção - 10.80m ²
	26. Atendimento emergencial - 13.05m ²
	Fonte: Autora, 2019.

Tabela 08: Outros programas e equipamentos complementares propostos.

Ponto de ônibus	Local de acesso ao transporte público; para atender aos usuários e funcionários do parque
Bicicletário	Espaço para guarda bicicletas, alugar e realizar pequenos consertos
Praça de Esportes	Lazer esportivo com pistas de skate, quadras poliesportivas e em seu centro área plana para patins e outros esportes
Arvorismo	Opção de lazer ecológico com trilhas na altura da copa das arvores, que culmina no mirantirolesa
Mirantirolesa	Ao mesmo tempo que aproveita o desnível do terreno para contemplar a vista da área de conservação, é possível descer até a nascente por meio da tirolesa
Parque infantil	Os brinquedos presentes no parque seguem a linha temática do parque, sendo eles fabricados em madeira e bambu
Academia ao ar livre	Equipamentos públicos de ginástica e musculação posicionado estrategicamente na entrada das trilhas de caminhada
Quiosques	Abrigo coberto com mesa e assentos fixos para descanso ou refeições
Estacionamento	84 vagas para carros, 17 vagas para motocicletas, 2 vagas de carro para PNE e 2 vagas para ônibus.
Restaurante	Os dois restaurantes de porte pequeno compartilham os banheiros de cliente. Atendem aos funcionários e usuários do Parque
Guarita	Ponto de informações e controle de entrada e saída do Parque
Lago artificial	Além de ser um ponto atrativo, recebe e filtra águas pluviais do talude
Trilha de caminhada	Possui caminhos com 200 e 450m

Marquise	Cobertura em concreto com 3.00m de altura que em sua porção maior é sustentada por pilares-cogumelo, e que apoiada em pilotis se alonga em direção aos Setores, proporcionando abrigo de sol/chuva e emoldurando a paisagem.
Palco	Apresentações musicais, manifestações culturais e políticas, propiciando espaços participativos dentro de um contexto de transformações políticas.

Fonte: Autora, 2019.

No Setor A são realizadas atividades relacionadas a parte educativa, seja ela de conhecimentos escolares comuns ou voltados ao quesito ambiental. A creche-escola, além de atender às necessidades de educação do bairro, teria seu processo de aprendizado ligado a questões ecológicas, disseminando a conscientização ambiental para os de menor idade. Em visita, o espaço existente do GANA mostrou-se sucateado, necessitando de reformas e instalações específicas para a execução de atividades da área do reflorestamento e educação ambiental. A edificação anexa ao espaço já existente seria um suporte para o desenvolvimento logístico e educacional do grupo ambientalista.

O Setor B reúne programas de gestão e fiscalização ambiental do parque. No espaço de cultura e lazer demarcado na figura 25, loca-se o Setor C, com programas voltados a atividades culturais e lazer/conhecimentos tecnológicos. Ainda para o lazer, a área conta com um lago artificial, uma grande cobertura feita por marquise de concreto que possibilita exercer diversos usos em baixo da mesma e uma praça de esportes. Além de abrigar os restaurantes, a marquise em sua porção maior também pode ser usada para outros fins, tanto de lazer como de comércio (feiras, trocas), ponto de encontros, manifestações políticas, apresentações culturais, entre outros.

Figura 26: Setores A, B e C, e praça de esportes.



Fonte: Autora, 2019.

4.1.1. Materialidade arquitetônica

-Tijolo Ecológico:

Os tijolos ecológicos são produzidos de forma a amenizar a produção de poluentes e reduzir os impactos ambientais, isso porque além de ser confeccionado com apenas terra, cimento e água, o processo de cura-hidráulica não consome madeira e nem libera gases. Os tijolos ainda reduzem gastos, uma vez que possui encaixes que diminuem o consumo de materiais como concreto, argamassa e aço, gerando também menos entulho. A obra se torna mais limpa e menos dispendiosa também porque possibilita a passagem de tubulações hidráulicas e elétricas.

-Bambu:

Além de ser biodegradável, renovável e não poluente, o bambu é conhecido por suas qualidades relacionadas a leveza, durabilidade e economia. A leveza é vista quando comparada a outros materiais, a durabilidade e resistência são observadas quanto a capacidade de tração, flexão e compressão que podem durar por até três décadas, e a economia se dá pela sua captação e transporte, principalmente quando se trata da região do recôncavo baiano.

Sobre sua captação, na região do recôncavo a espécie *Bambusa vulgaris* apresenta bom crescimento e desenvolvimento, com plantações espalhadas por vários lugares como a cidade de Santo Amaro, onde é matéria –prima na obtenção da celulose, e também Cruz das Almas com importância cultural na fabricação de fogos para os festejos juninos. Mas é possível observar maciços pontuais no município de Santo Antônio de Jesus e cidades circunvizinhas.

“Eu acredito que o bambu fosse uma alternativa muito legal porque assim qualquer lugar que a gente plante aqui dá bambu em quantidade e bom. Nossa região aqui aceita muito bambuzal, então eu acho que o bambu seria uma forma que ele fica muito bonito se for bem tratado (...)”
Entrevistado 3²².

-Telha ecológica:

As telhas ecológicas são fabricadas com fibras naturais ou materiais reciclados. Além de leves, oferecem baixa transmissão térmica-acústica e mantém o ambiente interno mais ameno. São impermeáveis, atóxicas, não pegam fogo e tem vida útil de até 25 anos, desde que instaladas conforme suas exigências.

-Concreto:

O concreto é um material fácil de encontrar; versátil, que apresenta adaptabilidade e durabilidade, seria utilizado em alguns pisos e para a confecção da marquise.

4.1.2. Operações de Plantio e Manejo²³

O envolvimento da sociedade acadêmica da UFRB - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

²² Disponível em Anexos.

²³ Este subcapítulo foi baseado no *Planejamento Estratégico para Recomposição da Vegetação Ciliar no Córrego, na área de influência direta do campus da UFS e estabelecimento de uma Área de Preservação Permanente na área do campus de Lagarto/SE*, pelo Departamento de Ciências Florestais, cuja elaboração e responsabilidade técnica pertence ao Pro. Dr. Genésio Tâmara Ribeiro.

(CETEC) que estão sediados no município de Cruz das Almas, em seus diversos cursos (como Biologia, Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária e Ambiental, Agroecologia e Gestão Ambiental) possibilitará a efetivação de um trabalho multidisciplinar durante as operações da implantação do parque no tocante à plantio e manejo das espécies vegetais.

-Assistência técnica

O GANA, em parceria com professores e alunos pesquisadores do CCAAB poderão fornecer informações técnicas necessárias ao estabelecimento da mata ciliar e das áreas de recuperação e intervenção citadas no projeto, elaborando o planejamento estratégico e indicando as espécies florestais mais adequadas a serem utilizadas, acompanhar a recomposição e seu estabelecimento, incluindo as operações de preparo da área, plantio, fertilização, controle de formigas e manutenções, bem como o desenvolvimento e sobrevivência das espécies florestais implantadas. Quando for preciso, promover treinamento e orientações quanto às formas de obtenção de insumos (sementes e/ou mudas, fertilizantes, formicidas etc.) com a finalidade de viabilizar o planejamento e recomposição da vegetação ciliar.

Ainda em relação à assistência técnica, é essencial o apoio de eventuais especialistas na área de solos (também presentes na CCAAB), participando na indicação do método adequado de preparo das áreas e fertilização.

- Mobilização Social e Educação Ambiental

O envolvimento da comunidade do entorno da área, moradores e estudantes das entidades educacionais, e a utilização prioritária de mão-de-obra local, terão papel fundamental no desenvolvimento das atividades relacionadas a implantação e manutenção da vegetação a ser estabelecida. O desenvolvimento de treinamentos específicos e campanhas de educação ambiental, envolvendo os agentes municipais, escolas e comunidade do entorno da área será importante fator de conscientização e restauração da vegetação nativa ciliar.

A mobilização social terá como prioridade estimular a participação de voluntários da comunidade, em ações de treinamentos e educação ambiental, bem como a utilização da mão-de-obra local na execução dos serviços previstos no planejamento.

- Controle de formigas

Para o sucesso dos plantios a serem efetuados serão realizados três tipos diferentes de controle de formigas nas áreas. Essa operação é imprescindível, pois são as formigas cortadeiras podem inviabilizar todo o projeto.

Denominado de controle inicial, deverá ser efetuado o primeiro controle antes do preparo da área. Uma operação rigorosa, localizando e controlando todos os formigueiros a área de influência do plantio e uma faixa de segurança ao redor dessa área (de 50 a 100 metros). Será dada preferência às iscas formicidas, que deverão ser aplicadas diretamente nas colônias. Para maior segurança, o controle inicial deverá ser executado com o acompanhamento de um dos professores da UFRB, promovendo o treinamento adequado dos trabalhadores e garantindo o sucesso da operação.

O segundo controle, denominado de repasse, deverá ser efetuado de 15 a 30 dias antes do plantio. Nessa operação deve-se controlar todos os formigueiros ainda vivos e que não foram mortos, ou não foram localizados no controle inicial.

Denominado de ronda, o terceiro controle deverá ser efetuado durante o plantio e até 15 dias após essa operação. Se forem observadas mudas cortadas, deve-se localizar o(s) formigueiro(s) responsável(is) pelo corte e efetuar o controle diretamente, utilizando no controle iscas e pós formicidas. Seis meses após o plantio e a cada ano, repete-se a operação de ronda, até que a área esteja definitivamente estabelecida, ocasião em que as rondas passam a ter finalidade de identificar a presença de formigas cortadeiras e, somente efetua-se operação de controle quando for observado o corte de folhas. Nessa operação, preferencialmente, utiliza-se iscas formicidas.

-Preparo da área

Na área de plantio deve-se fazer um coroamento como pré-limpeza, priorizando o controle de gramíneas, que são extremamente competitivas com a muda plantada.

As análises dos solos devem contemplar aspectos físicos e químicos. Nas análises físicas, mediante a abertura de trincheiras, procura-se identificar o tipo de solo e principalmente, a presença e profundidade efetiva de camadas de impedimento. Desse modo pode-se programar o tipo adequado de preparo da área, inclusive a profundidade do coveamento, de forma a romper possíveis camadas de impedimento, possibilitando assim, que as plantas possam explorar maiores profundidades do solo em busca de água.

As análises químicas visam orientar a fertilização, tanto em termos de formulação quanto da quantidade de fertilizantes. Sugere-se o coveamento manual, e que essa operação seja executada no início do período chuvoso, previamente ao plantio.

Nas operações de preparo de área, preferencialmente, deve-se utilizar a mão-de-obra do entorno, na escala bairro e/ou município, conforme entendimento da necessidade de envolvimento da comunidade em coparticipação na execução do projeto.

- Obtenção das mudas

As mudas a serem plantadas deverão ser fornecidas preferencialmente pelo GANA e UFRB, e por terceiros, conforme recomendação de espécies a serem utilizadas na implantação da vegetação na área de reserva e de mata ciliar, observando-se padrões mínimos de qualidade, tais como altura, diâmetro do colo e aspectos nutricionais e fitossanitários, preconizados pelos professores da UFRB.

Importante para assegurar o retorno esperado na recomposição da vegetação tanto na área de reserva quanto de mata ciliar, é a escolha das espécies a serem plantadas. Conforme características bioclimáticas da região, bem como a finalidade do plantio, deu-se preferência a espécies que tenham boa adaptação na região e com características adequadas para fins de recomposição de mata ciliar listadas na tabela de estudo das espécies (vide anexo).

- Plantio

As mudas deverão ser plantadas em cova, durante a estação de chuvas (fins de abril e início de maio) e o mais rápido possível, garantindo sua sobrevivência e arranque, como consequência reduzindo os custos de manutenção e, dando condições a um bom desenvolvimento às plantas.

Durante o plantio e até duas semanas após, deve-se percorrer a área e controlar todo formigueiro encontrado, evitando danos às mudas recém-plantadas. Caso alguma muda tenha sido danificada de forma irreversível, deverá ser replantada, porém antes, o formigueiro responsável pelo dano deverá ser localizado e controlado.

Importante nessa operação é a programação do transporte e distribuição das mudas na área, operação que poderá ser efetuada por carreta tracionada por trator agrícola ou outro equipamento disponível no local (carroça).

Assim como as demais operações já mencionadas, o plantio deverá ser efetuado por voluntários do GANA envolvendo estudantes das instituições do bairro/município e moradores do entorno da área de estudo, sendo importante o acompanhamento de profissionais da área florestal e biológica.

- Replântio

A operação de replântio deverá ser efetuada até 30 dias após o plantio, desde que a área apresente percentual de sobrevivência abaixo de 95%. A avaliação do percentual de falhas deve ser efetuada entre 15 e 30 dias após o plantio.

- Fertilização

Serão efetuados dois tipos de fertilização. A primeira denominada de adubação de arranque ou de plantio e tem por finalidade promover um desenvolvimento rápido das mudas recém-plantadas, estimulando o desenvolvimento radicular, tornando-as competitivas com as plantas invasoras germinadas. A segunda, denominada de adubação de cobertura, tem a finalidade de garantir nutrientes suficientes à planta, visando seu completo estabelecimento na área. A adubação de arranque deverá ser efetuada no ato do plantio e a fertilização de cobertura, efetuada até 90 dias após o plantio.

- Controle de plantas invasoras

No caso de ocorrência de plantas invasoras, deverá ser efetuada a capina manual em intervalos curtos, em coroamento ao redor das covas, com raio mínimo de 50cm, como forma de controle efetivo. Nessa operação é importante não deixar que haja a competição das ervas daninhas com o plantio.

- Irrigação

Recomenda-se que durante o primeiro ano do plantio, sejam programadas ações de irrigação das mudas, favorecendo sua sobrevivência e desenvolvimento no campo.

- Manutenção

Essa fase compreende as operações de controle de plantas invasoras, prevenção a queimadas e controle de doenças e pragas, como formigas cortadeiras, dentre outras operações que sejam necessárias até que a vegetação esteja definitivamente estabelecida.

Após a vegetação a ser consolidada, os trabalhos e campanhas de educação ambiental devem prosseguir esporadicamente e quando necessário, para que se crie e perpetue a consciência ecossistêmica.

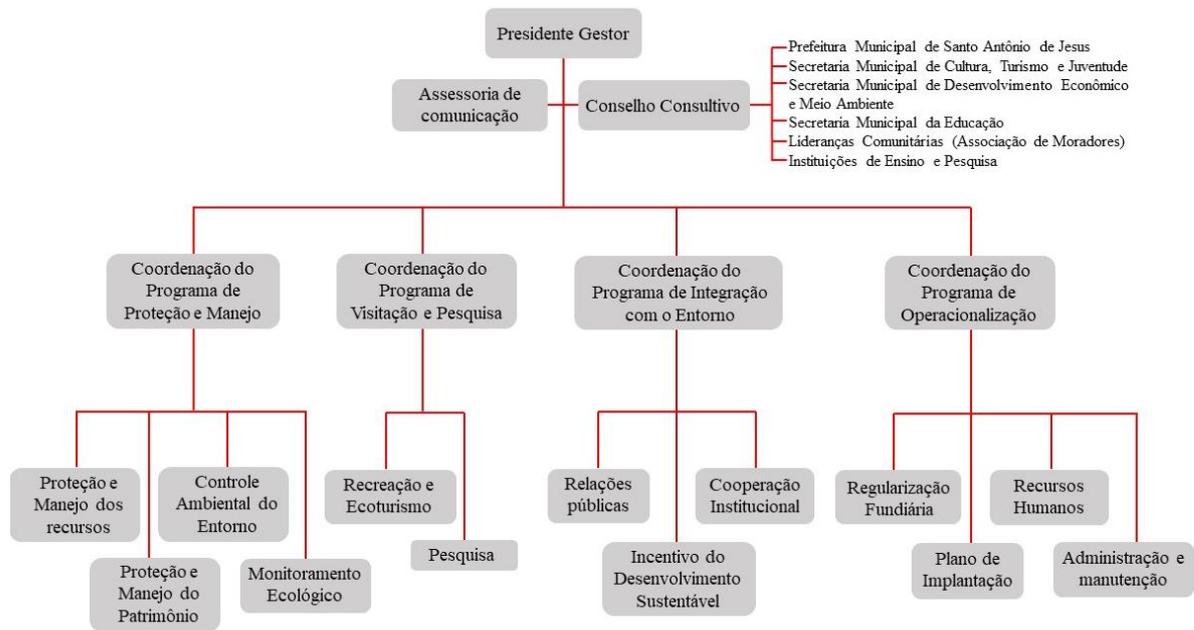
4.2. Gestão do Parque

O local do projeto, além de encontrar-se numa região de vulnerabilidade econômica e social, está situado em área de fragilidade ambiental, sendo indispensável a conscientização da população, numa escala mais próxima dos cidadãos e dos futuros usuários, através de medidas educativas atreladas a soluções ambientais adequadas englobando um processo cooperativo, incluindo a cooperação de empresas e prestadores de serviço através de parcerias público-privada a fim de financiar e dinamizar a implantação do parque.

A fim de promover a democracia contemporânea, e propiciar espaços participativos dentro de um contexto de transformações políticas, é necessária uma gestão que seja permitido o desenvolvimento e adaptação do parque à realidade cotidiana em que se insere. Para tanto, por meio de representações propostas, é feita a criação de uma comissão com função de indicar três candidatos a Presidente Gestor para o Parque, cuja decisão seja através de uma eleição popular envolvendo a comunidade, com a criação de fóruns. Tais indicações ocorrerão a cada 5 anos. O Presidente Gestor terá a função de gerenciar o Parque, sendo o responsável pela administração, com suas decisões sujeitas à aprovação da Conselho Consultivo.

Portanto, serão membros participantes do conselho: a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Juventude, as lideranças comunitárias, Instituições de Ensino e pesquisa que estão inseridas no contexto do Campo do Governo como o IFBA e a UFRB, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus.

Figura 27: Planejamento Participativo



Fonte: Autora, 2019

A sistema é subdividido em 5 coordenações que serão responsáveis pela implantação de programas relacionados aos temas a que foram atribuídos.

Com objetivo de garantir a dinâmica dos ecossistemas, a recuperação gradativa e a manutenção da biodiversidade no Parque do Cajueiro e a proteção do patrimônio natural e cultural, a Coordenação do Programa de Proteção e Manejo visa também coibir as ações que comprometam os recursos naturais e culturais, bem como: garantir a segurança do visitante, do patrimônio imobiliário e equipamentos existentes, além de exercer o monitoramento da área.

A Coordenação do Programa de Proteção e Manejo conta com quatro setores:

- O setor de *Proteção e Manejo dos Recursos* visa a promoção da recuperação e revegetação das áreas erodidas. Também é de responsabilidade do setor inibir ações ou emissões de som ou ruído que cause danos ou afete sossego da fauna e o bem-estar dos usuários do parque.
- O setor de *Proteção e Manejo do Patrimônio* tem como função exercer a vigilância e recuperação dos bens patrimoniais do parque, selando por sua integridade.
- O setor de *Controle Ambiental do Entorno* tem por objetivo promover campanhas sobre saneamento básico e tratamento de esgotos sanitários e de valorização dos córregos e das nascentes. Também é de incumbência do setor atuar nos pontos críticos de ocupação e degradação ambiental, atuais ou potenciais, que venham a afetar a integridade do Parque e que sejam identificados no setor de Monitoramento Ecológico.

- O setor de *Monitoramento Ecológico* fica encarregado de monitorar a qualidade das águas e usos antrópicos na área do parque, além de monitorar os impactos da visitação (número de visitantes, danos à vegetação, efeitos sobre as trilhas e outros parâmetros a serem estabelecidos). Trabalhos em conjunto com o setor de Proteção e Manejo dos Recursos.

A Coordenação do Programa de Visitação e Pesquisa conta com dois setores:

- O setor de Recreação e Ecoturismo visa elaborar regulamento para as atividades de uso público, além de elaborar Termo de Responsabilidade a ser assinado pelos visitantes sobre riscos inerentes ao parque e às atividades esportivas. São competências do setor manter equipe de resgate treinada e especializada e criar manuais ou cartilhas de recomendações aos visitantes do parque, relativamente às diferentes modalidades de uso e recreação.

- O setor de *Pesquisa* tem por encargo elaborar diagnóstico do perfil dos visitantes e dos usuários do parque, completar caracterização socioeconômico-histórico-cultural das comunidades envolvidas, bem como, o perfil dos ocupantes da área do entorno; articular apoio junto às instituições de fomento à pesquisa para financiamento dos projetos submetidos de interesse do Parque e, contatar e solicitar aos pesquisadores a elaboração de projetos de pesquisa, além de informar aos mesmos sobre as normas do Parque a serem seguidas.

A busca da integração com a área de entorno é um dos aspectos fundamentais para a consolidação efetiva de um parque, conseguida através de um trabalho comunitário de informação, conscientização e educação da população que direta ou indiretamente interage com o parque.

O Programa de Integração com o Entorno é destinado às populações diretamente envolvidas com o parque, mas deve-se ampliar a área de atuação do programa, visando buscar contato com a sociedade científica, ambientalista e entidades financiadoras de projetos e pesquisas, todos fundamentais para a implantação da unidade de conservação. O Programa conta com três setores:

- O setor de *Relações Públicas* objetiva promover gestões com as comunidades de entorno, mostrando o parque na perspectiva do que ele pode oferecer; criar uma assessoria de comunicação para o parque e participar de fóruns de discussão sobre políticas municipais e regionais, que estejam relacionadas ao parque.

- O setor de *Incentivo do Desenvolvimento Sustentável* visa incentivar a realização de diagnóstico do potencial de formas de exploração dos recursos na região do parque de maneira sustentável, visando desenvolvimento econômico; incentivar e apoiar o município ao desenvolvimento de projetos de saneamento básico no entorno do parque; levar ao

conhecimento dos moradores do entorno do parque as experiências positivas de uso dos recursos naturais, que favoreçam a conservação da cobertura vegetal vizinha; avaliar resultados da atividade turística após um tempo da implantação do parque, para apoiar estudos de viabilidade de implantação de novos e melhores meios de hospedagem na região.

-O Setor de *Cooperação Institucional* tem por responsabilidade estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa e parcerias para o desenvolvimento das atividades em educação ambiental.

Um dos atributos da Coordenação do Programa de Operacionalização é garantir a funcionalidade da unidade de conservação, fornecendo a estrutura necessária para o desenvolvimento dos outros subprogramas. Conta com quatro setores:

- O setor de *Regularização Fundiária* deve proceder à aquisição, indenização das posses e sua desocupação; mapear as áreas das propriedades já regularizadas, em processo de regularização, com pendências judiciais e a serem regularizadas e estabelecer prioridades de regularização fundiária de acordo com os principais interesses de proteção do parque.

- O setor do *Plano de Implantação* deve dar todo suporte para o estabelecimento do parque e das atividades dos demais setores.

- O setor de *Recursos Humanos* tem por finalidade contratar serviços indispensáveis para implantação e bom funcionamento do parque, privilegiando os moradores do entorno imediato.

- O setor de *Administração e Manutenção* tem por atributo a implantação de sistema informatizado de proteção e segurança patrimonial; qualificar os servidores para exercerem boa administração do parque, focada na sua missão, visão de futuro e objetivos e identificar os funcionários do parque com uniformes distintivos; cuidar da manutenção e conservação das instalações e equipamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da urbanização fez com que os ambientes construídos predominem sobre os ambientes naturais, acarretando desequilíbrios no ecossistema urbano. É notória a necessidade que o município de Santo Antônio de Jesus tem por um parque de interesse ambiental, uma vez que, o aumento da qualidade de vida da população está relacionado diretamente à espaços que proporcionam aos habitantes condições ambientais mais adequadas ao bem-estar e a vida coletiva.

A criação do parque tem por necessidade a elaboração de um plano de estudos mais aprofundado por parte dos interessados pois, sabe-se que a elaboração de um projeto para um Parque Ecológico é um trabalho que, além da participação popular, requer uma equipe multidisciplinar composta por biólogos, geógrafos, sociólogos, geólogos, engenheiros, arquitetos e outros profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento do objetivo.

Como resultados esperados com a implantação de um parque no município seria o estímulo da dinâmica econômica pelo seguimento do turismo ecológico, firmaria a centralidade regional da cidade e traria aumento para qualidade de vida da população. No entorno imediato e na escala urbana, supriria algumas das necessidades socioculturais da população. Ambientalmente serviria de exemplo nas cidades que atinge influencia regional, incentivando a recuperação de ambientes degradados.

A participação comunitária e o engajamento dos cidadãos do município e futuros usuários é imprescindível na disseminação da consciência ambiental, sendo eles portanto multiplicadores ambientais. A transmissão do senso de recuperação e preservação ambiental garantem a continuidade dos pensamentos e atitudes voltados a melhorias ecossistêmicas, de modo que ultrapassem barreiras temporais e espaciais, passando a conscientização adiante.

Conclui-se que o presente trabalho pode representar o ponto de partida e/ou o início das discussões na busca de soluções para as necessidades urbanas e ambientais da população, e é portanto, um meio de manifestar a potencialidade da área quanto à possíveis melhorias nos âmbitos social, ambiental e econômico, através de um desenvolvimento sustentável da região.

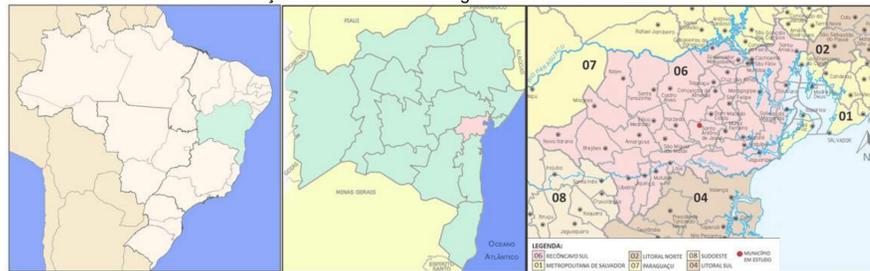
PARQUE REGIONAL DO CAJUEIRO: UMA PROPOSTA ECOLÓGICA EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA

Com importância regional no Recôncavo do estado da Bahia, o município de Santo Antônio de Jesus apresenta espaço urbano consolidado, porém a escassez de áreas verdes urbanas significativas, destinadas ao lazer público, é não só percebida, como reconhecida sendo uma questão passível de reversão, conforme presente no Plano Diretor Urbano da cidade. A relevância deste município no dinamismo regional justifica a implantação de um parque de caráter regional e ecológico, visto que há presença de nascentes correndo risco de degradação e redução das massas verdes dentro do perímetro urbano.

A cidade de Santo Antônio de Jesus apresenta resquícios de mata atlântica que vem sendo destruídos gradualmente por conta da expansão urbana. Seu Plano Diretor Urbano (PDU) sancionado em 2002, antecipa a criação de um parque municipal que objetiva reforçar o papel da cidade em seu contexto regional, visto que Santo Antônio de Jesus é uma cidade de influência no Território de Identidade, nas cidades limítrofes e nos Territórios vizinhos.

O local do projeto, além de encontrar-se numa região de vulnerabilidade econômica e social, está situado em área de fragilidade ambiental, sendo indispensável a conscientização da população, numa escala mais próxima dos cidadãos e dos futuros usuários, através de medidas educativas atreladas a soluções ambientais adequadas englobando um processo cooperativo. Sendo assim, a concepção do projeto baseia-se nas premissas da Ecogênese, conceito de restauração paisagística que surge como resposta a um quadro de degradação da paisagem e de seus elementos naturais.

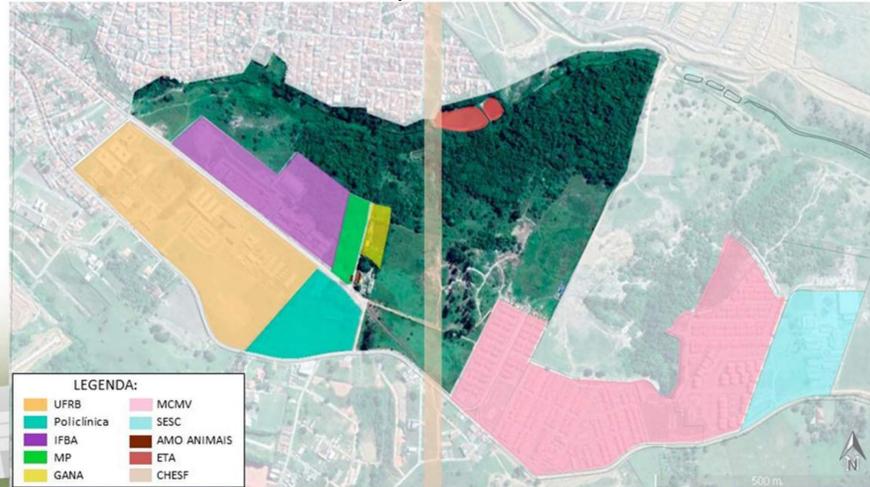
Localização do Município e da Região do Recôncavo



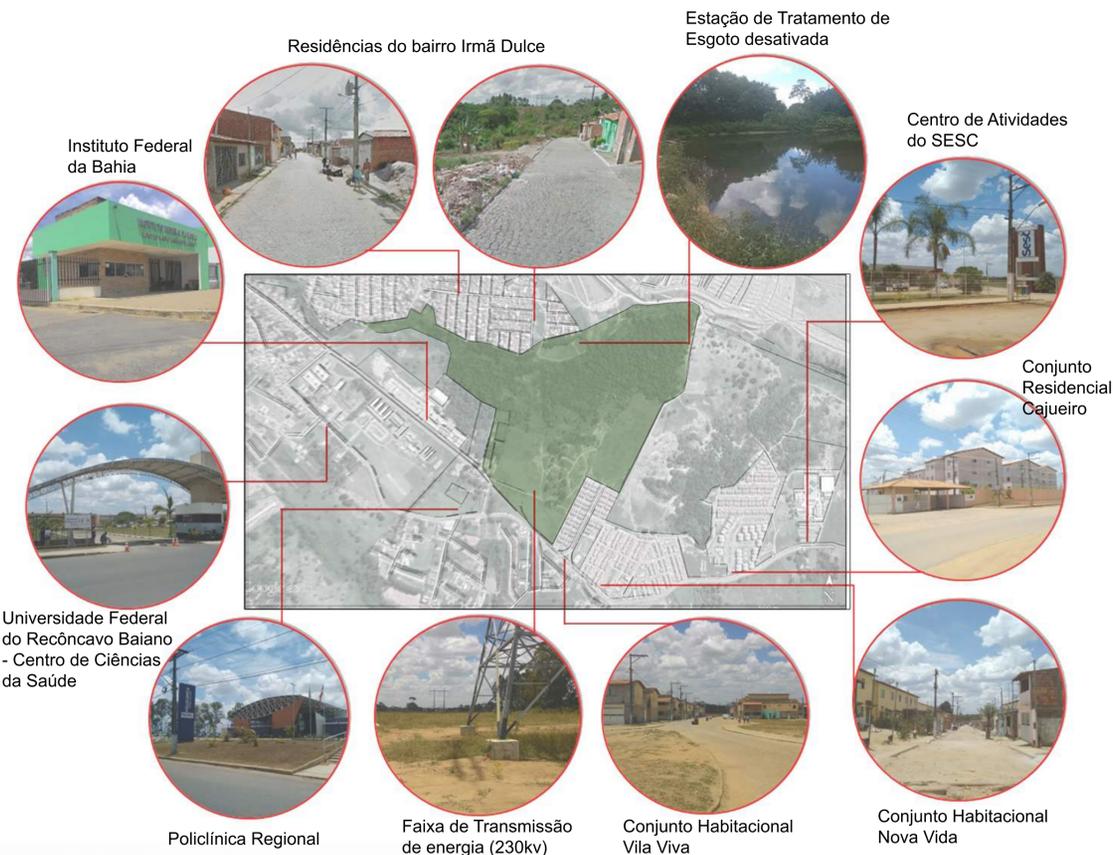
Mancha Urbana, seguido por Vias de Acesso ao Campo do Governo e ilustração de condicionantes Ambientais



Usos do solo na área-objeto de estudo



Área do Parque demarcada em verde e levantamento fotográfico do entorno



Setorização do Parque por afinidade dos usos existentes na área-objeto de estudo.



Proposta de Área de Preservação Permanente





Espécies Arbóreas, Arbustivas e de Palmeiras:

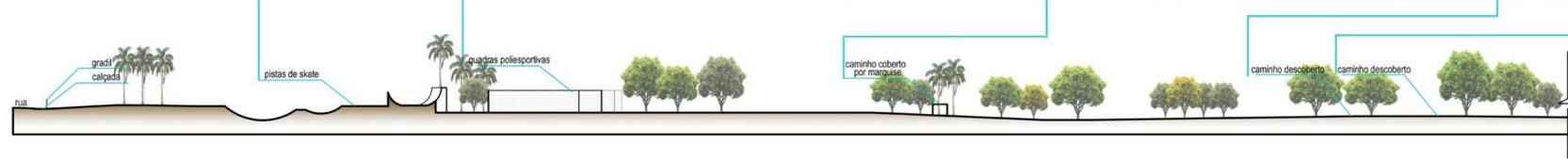
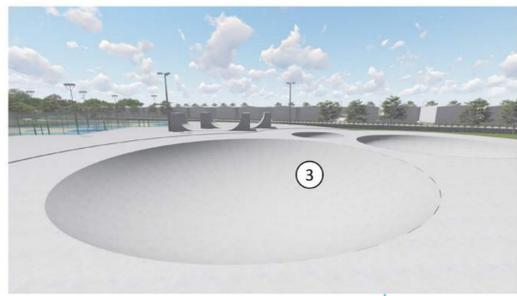
<p>1 Nome popular: Pau-brasil Nome científico: <i>Caesalpinia echinata</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 26</p>	<p>2 Nome popular: Pau-ferro Nome científico: <i>Caesalpinia ferrea</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 6</p>
<p>3 Nome popular: Jenipapeiro Nome científico: <i>Genipa americana</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 7</p>	<p>4 Nome popular: Craibeira Nome científico: <i>Tabebuia aurea</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 3</p>
<p>5 Nome popular: Sapucaia Nome científico: <i>Lecythis pisonis</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 7</p>	<p>6 Nome popular: Saboneteira Nome científico: <i>Sapindus saponaria</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 8</p>
<p>7 Nome popular: Mulungu Nome científico: <i>Erythrina mulungu</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 10</p>	<p>8 Nome popular: Ingazeiro Nome científico: <i>Inga edulis</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 6</p>
<p>9 Nome popular: Pau-pombo Nome científico: <i>Tipuana guianensis</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 10</p>	<p>10 Nome popular: Murici Nome científico: <i>Byrsonima crassifolia</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 10</p>
<p>11 Nome popular: Angico Nome científico: <i>Anadenanthera sp.</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 12</p>	<p>12 Nome popular: Araçá Nome científico: <i>Pitidum sp.</i> Tipo de espécie: Arbustiva Quant.: 11</p>
<p>13 Nome popular: Golabeira Nome científico: <i>Pitidum guianense</i> Tipo de espécie: Arbustiva Quant.: 7</p>	<p>14 Nome popular: Juazeiro Nome científico: <i>Zizyphus juaçeiro</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 11</p>
<p>15 Nome popular: Pau-de-vaca Nome científico: <i>Bambusa sp.</i> Tipo de espécie: Arbustiva Quant.: 34</p>	<p>16 Nome popular: Cedro Nome científico: <i>Cedrela fissilis</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 12</p>
<p>17 Nome popular: Canafistula Nome científico: <i>Cassia grandis</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 5</p>	<p>18 Nome popular: Pindaba Nome científico: <i>Duguetia lanceolata</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 16</p>
<p>19 Nome popular: Guapuruvá Nome científico: <i>Schizolobium parahyba</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 7</p>	<p>20 Nome popular: Jacarandá-da-bahia Nome científico: <i>Dalbergia nigra</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 27</p>
<p>21 Nome popular: Tamboril Nome científico: <i>Enterolobium contortissimum</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 15</p>	<p>22 Nome popular: Ipê Nome científico: <i>Tabebuia sp.</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 7</p>
<p>23 Nome popular: Cajueiro Nome científico: <i>Anacardium occidentale</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 38</p>	<p>24 Nome popular: Piangueira Nome científico: <i>Eugenia uniflora</i> Tipo de espécie: Arbustiva Quant.: 10</p>
<p>25 Nome popular: Jaboticabeira Nome científico: <i>Schinus molle</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 8</p>	<p>26 Nome popular: Aroeira Nome científico: <i>Schinus terebinthifolius Radl.</i> Tipo de espécie: Arborea Quant.: 11</p>
<p>27 Nome popular: Chana de ouro Nome científico: <i>Lophantura lactescens</i> Tipo de espécie: Arbustiva Quant.: 5</p>	<p>28 Nome popular: Jerivá Nome científico: <i>Syngnathus romanzoffiana</i> Tipo de espécie: Palmeira Quant.: 21</p>
<p>29 Nome popular: Açacizito Nome científico: <i>Euterpe precatoria L.</i> Tipo de espécie: Palmeira Quant.: 15</p>	<p>30 Nome popular: Palmiteiro-jaçara Nome científico: <i>Euterpe edulis</i> Tipo de espécie: Palmeira Quant.: 3</p>

Integração com Conjunto Habitacional através de intervenção de melhoria e continuidade da via em direção ao parque; envolvimento da extensão do parque com uma Via principal curva que contorna a área de intervenção. Ambas finalizam e se unem num ponto em comum: o lago.

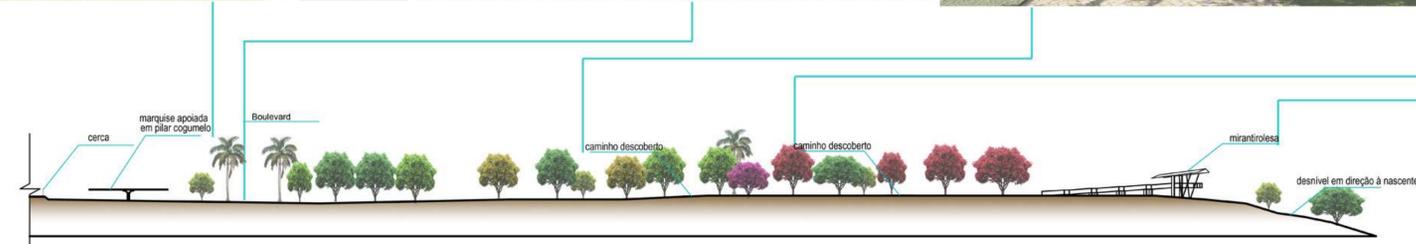
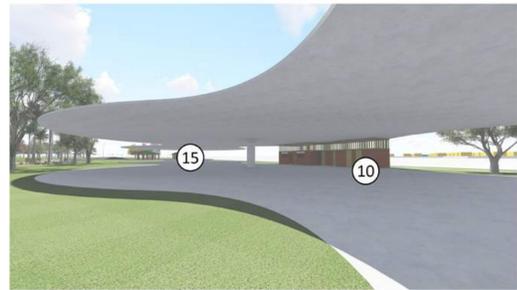
Forrações e Pisos:

<p>Nome popular: Lambari Nome científico: <i>Trandescantia zebрина</i> Tipo de espécie: Herbácea</p>	<p>Nome popular: Maranta Picturata Nome científico: <i>Calathea picturata</i> Tipo de espécie: Herbácea</p>
<p>Nome popular: Gramma amendoim Nome científico: <i>Arachis repens</i> Tipo de espécie: Gramínea</p>	<p>Nome popular: Gramma São Carlos Nome científico: <i>Axonopus compressus sp</i> Tipo de espécie: Gramínea</p>
<p>Nome popular: Maranta peluda Nome científico: <i>Calathea rufibarba</i> Tipo de espécie: Herbácea</p>	<p>Nome popular: Dianela Nome científico: <i>Dianella tasmanica</i> Tipo de espécie: Herbácea</p>
<p>Nome popular: Semáforo Nome científico: <i>Scemania sylvatica</i> Tipo de espécie: Herbácea</p>	<p>Nome popular: Paquevira Nome científico: <i>Heliconia psittacorum</i> Tipo de espécie: Herbácea</p>
<p>Piso Intertravado Retangular Amarelo Ocre</p>	<p>Piso Cimentado</p>
<p>Asfalto</p>	<p>Deck de Madeira</p>

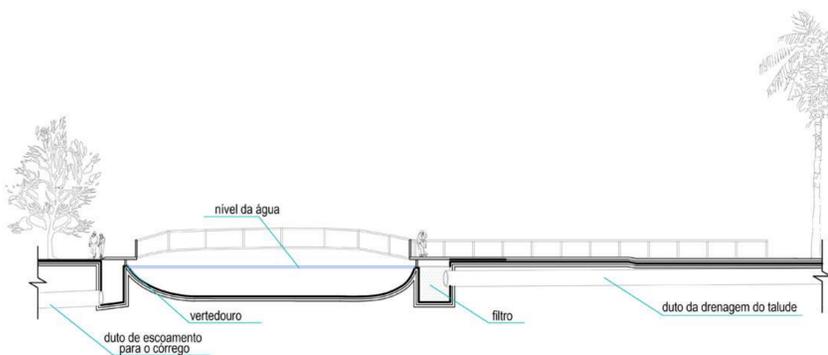
1 IMPLANTÇÃO GERAL - PLANTA BAIXA
ESCALA DE 1:800
Área de Intervenção: 9.97ha



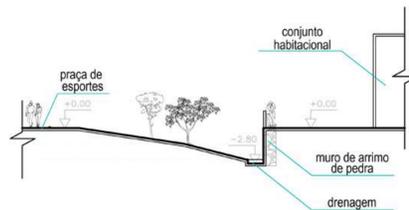
2 CORTE AA- IMPLANTAÇÃO GERAL
ESCALA DE 1/800



3 CORTE BB- IMPLANTAÇÃO GERAL
ESCALA DE 1/800



4 DETALHE 02
ESCALA DE 1/200

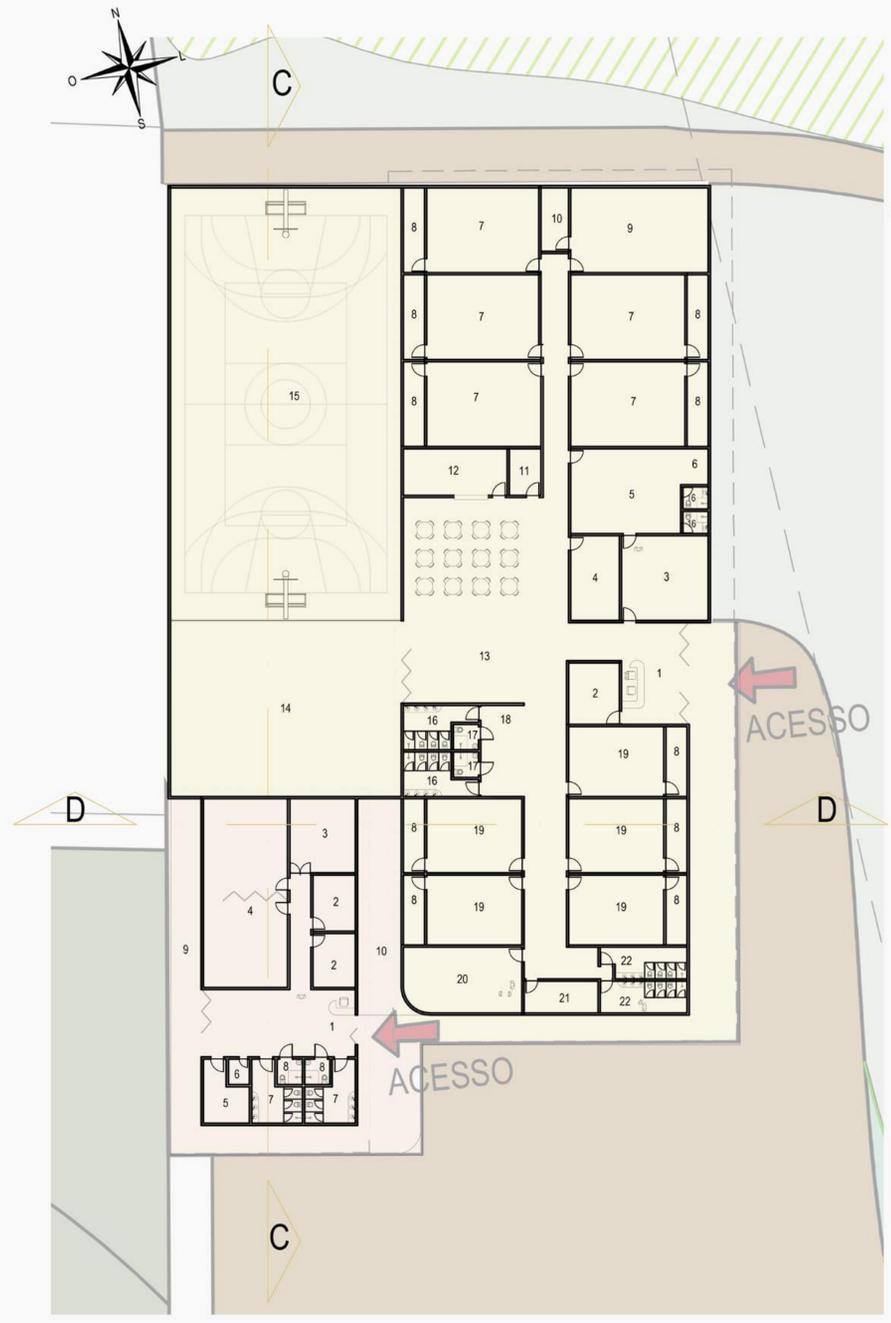


5 DETALHE 01
ESCALA DE 1/200

programas e equipamentos complementares propostos.

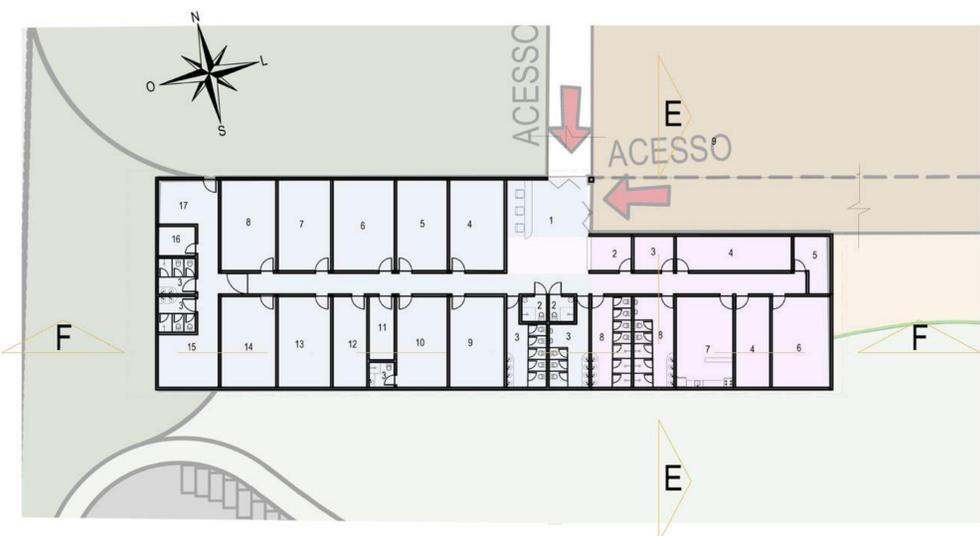
1	Ponto de ônibus	Local de acesso ao transporte público, para atender aos usuários e funcionários do parque
2	Bicicletário	Espaço para guarda bicicletas, alugar e realizar pequenos consertos
3	Praça de Esportes	Lazer esportivo com pistas de skate, quadras poliesportivas e em seu centro área plana para patins e outros esportes
4	Acossido	Opção de lazer ecológico com trilhas na altura da copa das árvores, que culmina no mirantirolesa
5	Mirantirolesa	Ao mesmo tempo que aproveita o desnível do terreno para contemplar a vista da área de conservação, é possível descer até a nascente por meio da tirolesa
6	Parque infantil	Os brinquedos presentes no parque seguem a linha temática do parque, sendo eles fabricados em madeira e bambu
7	Academia ao ar livre	Equipamentos públicos de ginástica e musculação posicionado estrategicamente na entrada das trilhas de caminhada
8	Quiosques	Abrigo coberto com mesa e assentos fixos para descanso ou refeições
9	Estacionamento	84 vagas para carros, 17 vagas para motocicletas, 2 vagas de carro para PNE e 2 vagas para ônibus.
10	Restaurante	Os dois restaurantes de porte pequeno compartilham os banheiros de cliente. Atendem aos funcionários e usuários do Parque
11	Guarita	Ponto de informações e controle de entrada e saída do Parque
12	Lago artificial	Além de ser um ponto atrativo, recebe e filtra águas pluviais do talude
13	Trilha de caminhada	Possui caminhos com 200 e 450m
14	Marquise	Cobertura em concreto com 3.00m de altura que em sua porção maior é sustentada por pilares-cogumelo, e que apoiada em pilotis se alonga em direção aos Setores, proporcionando abrigo de sol/chuva e emoldurando a paisagem.
15	Palco	O Palco coberto localizado próximo aos restaurantes possibilita atividades de expressão cultural e política





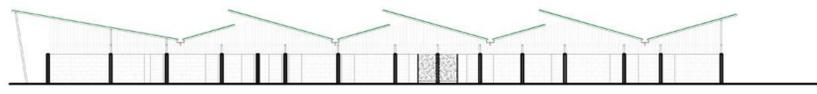
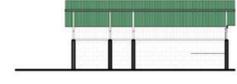
6 PLANTA BAIXA - SETOR A (EDUCACIONAL)
ESCALA DE 1/250

- LEGENDA:
- Grupo Ambientalista Nascentes (GANA)
 - 1. Recepção - 51.01m²
 - 2. Coordenação - 11.47m²
 - 3. Sala de reuniões - 24.40m²
 - 4. Salão de atividades - 79.71m²
 - 5. Copa - 11.61m²
 - 6. DML - 2.70m²
 - 7. WC - 12.51m²
 - 8. WC PNE - 3.24m²
 - 9. Acesso para o viveiro - 49.66m²
 - 10. Jardim - 48.34m²
 - Creche-escola (pré-escolar ao 5º ano)
 - 1. Recepção - 31.13m²
 - 2. Secretária - 15.66m²
 - 3. Direção - 36.90m²
 - 4. Almoarifado - 20.70m²
 - 5. Sala dos professores - 46.85m²
 - 6. Copa - 4.97m²
 - 7. Sala de aula; capac. 25 estudantes - 48.70m²
 - 8. Pátio - 9.00m²; 7.87m²
 - 9. Sala de inclusão digital - 58.50m²
 - 10. Sala TI - 8.77m²
 - 11. DML - 7.42m²
 - 12. Cozinha - 24.25m²
 - 13. Pátio coberto - 144.32m²
 - 14. Pátio descoberto - 203.03m²
 - 15. Quadra poliesportiva - 496.33m²
 - 16. WC - 12.99m²; 2.83m²
 - 17. WC PNE - 3.24m²
 - 18. Bebedouros - 19.77m²
 - 19. Sala de aula; capac. 20 crianças - 35.43m²
 - 20. Brinquedoteca - 38.28m²
 - 21. Fraldário - 11.81m²
 - 22. WC infantil - 13.83m²; 12.73m²

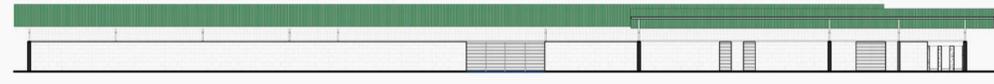


9 PLANTA BAIXA - SETOR B (GESTÃO)
ESCALA DE 1/250

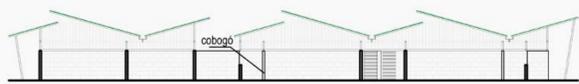
- LEGENDA:
- Associação dos Amigos do Parque
 - 1. Recepção - 39.19m²
 - 2. WC PNE - 3.24m²
 - 3. WC - 14.62m²; 3.24m²; 6.74m²
 - 4. Sala das comissões representativas - 25.10m²
 - 5. Setor RH - 23.22m²
 - 6. Programa de Proteção e Manejo - 28.08m²
 - 7. Programa de Visitação e Pesquisa - 24.24m²
 - 8. Programa de Integração com Entorno - 25.44m²
 - 9. Sala de reuniões - 25.10m²
 - 10. Sala presidente gestor - 23.22m²
 - 11. Almoarifado - 8.09m²
 - 12. Monitoramento eletrônico - 15.48m²
 - 13. Tesouraria - 24.18m²
 - 14. Programa de Operacionalização - 25.15m²
 - 15. Copiador (funcionários) - 16.40m²
 - 17. DML - 5.55m²
 - 18. Casa de máquinas - 13.52m²
 - Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA)
 - 1. Recepção - 39.19m²
 - 2. Central de atendimento - 3.50m²
 - 3. Depósito - 6.97m²
 - 4. Alojamento - 20.04m²; 15.80m²
 - 5. Sala de equipamentos - 8.94m²
 - 6. Viveiro temporário - 26.74m²
 - 7. Copiador (funcionários) - 13.03m²
 - 8. WC - 18.40m²
 - 9. Praça cívica - 920.78m²



11 CORTE FF - SETOR B (GESTÃO)
ESCALA DE 1/250



7 CORTE CC - SETOR A (EDUCACIONAL)
ESCALA DE 1/250



8 CORTE DD - SETOR A (EDUCACIONAL)
ESCALA DE 1/250





12 PLANTA BAIXA - SETOR C (CULTURAL E DE EVENTOS)
ESCALA DE 1/250

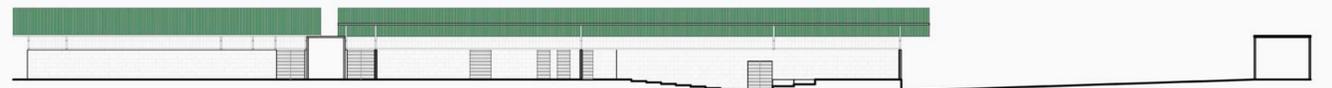
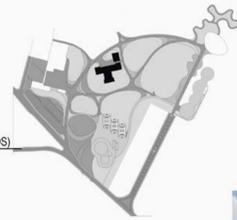
LEGENDA:

MIDIATECA

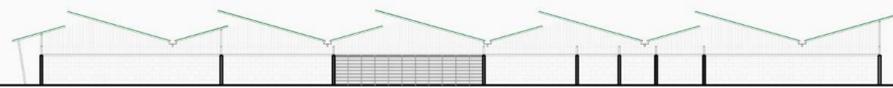
1. Recepção - 32,87m²
2. Arquivo - 5,93m²
3. Guarda-volumes - 8,50m²
4. Direção - 17,76m²
5. Espaço de estar/leitura - 41,69m²
6. Biblioteca/gibiteca - 56,87m²
7. Sala de inclusão digital - 32,23m²
8. Sala TI - 6,30m²
9. Estar (funcionários) - 8,19m²
10. WC PNE - 3,24m²
11. WC - 7,23m²; 3,24m²

CULTURA E EVENTOS

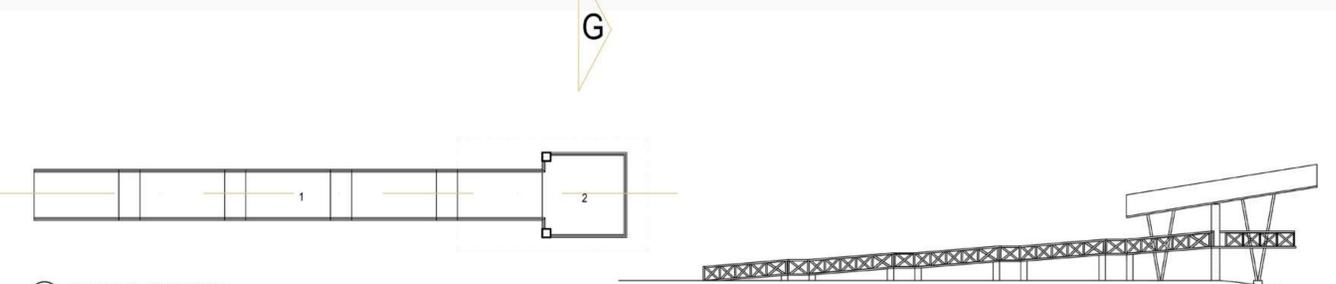
- | | | |
|--|--|---|
| 1. Recepção - 29,27m ² | 12. Copa - 7,88m ² | 23. Memorial da capoeira - 83,07m ² |
| 2. Museu - 75,42m ² | 13. Almoxnarido - 14,04m ² | 24. Espaço Multiuso - 181,75m ² |
| 3. Galeria de artes - 54,16m ² | 14. DML - 4,24m ² | 25. Direção - 10,80m ² |
| 4. Direção - 25,74m ² | 15. WC - 24,27m ² | 26. Atendimento emergencial - 13,05m ² |
| 5. Sala de reuniões - 13,26m ² | 16. WC PNE - 3,24m ² ; 4,92m ² | |
| 6. Circulação - 13,07m ² | 17. Foyer - 151,20m ² | |
| 7. Arquivo - 15,60m ² | 18. Controle de áudio/vídeo - 8,52m ² | |
| 8. Depósito - 11,75m ² ; 8,19m ² | 19. Auditório - 233,46m ² | |
| 9. Laboratório - 13,72m ² | 20. Palco - 168,38m ² | |
| 10. Curadoria - 41,50m ² | 21. Platéia a céu aberto | |
| 11. Estar (funcionários) - 30,24m ² | 22. Camarim - 5,04m ² | |



13 CORTE GG - SETOR C (CULTURAL E DE EVENTOS)
ESCALA DE 1/250



14 CORTE HH - SETOR C (CULTURAL E DE EVENTOS)
ESCALA DE 1/250

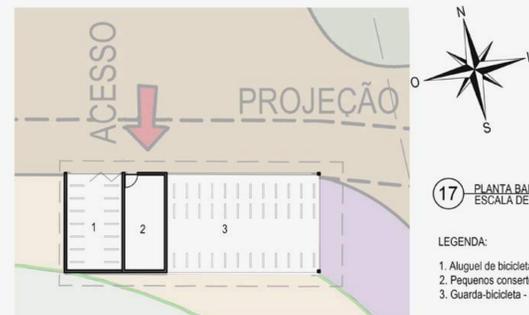


15 PLANTA BAIXA - MIRANTIROLELA
ESCALA DE 1/250

LEGENDA:

1. Rampas de acesso - 115,20m²
2. Mirante e saída para Tirolesa - 30,24m²

16 CORTE - MIRANTIROLELA
ESCALA DE 1/250



17 PLANTA BAIXA - BICICLETÁRIO
ESCALA DE 1/250

LEGENDA:

1. Aluguel de bicicletas - 27,23m²
2. Pequenos consertos - 19,22m²
3. Guarda-bicicleta - 75,24m²



MATERIALIDADE DAS EDIFICAÇÕES:

Os **tijolos ecológicos** são produzidos de forma a amenizar a produção de poluentes e reduzir os impactos ambientais, isso porque além de ser confeccionado com apenas terra, cimento e água, o processo de cura-hidráulica não consome madeira e nem libera gases. Possui encaixes que diminuem o consumo de materiais como concreto, argamassa e aço, gerando também menos entulho. A obra se torna mais limpa e menos dispendiosa pois possibilita a passagem de tubulações hidráulicas e elétricas.



Biodegradável, renovável e não poluente, o **bambu** é conhecido por suas qualidades relacionadas a leveza, durabilidade e economia. A leveza é vista quando comparada a outros materiais, a durabilidade e resistência são observadas quanto a capacidade de tração, flexão e compressão que podem durar por até três décadas, e a economia se dá pela sua captação e transporte.



As **telhas ecológicas** são fabricadas com fibras naturais ou materiais reciclados. Além de leves, oferecem baixa transmissão térmica-acústica e mantêm o ambiente interno mais ameno. São impermeáveis, atóxicas, não pegam fogo e tem vida útil de até 25 anos, desde que instaladas conforme suas exigências.



Utilizado em alguns locais do conjunto arquitetônico (marquise e pisos), o **concreto** é um material versátil que apresenta adaptabilidade, durabilidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, B. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

BLATT, N.; GOMDIN, P. S. C. **Territórios de identidade no estado da Bahia: uma análise da regionalização implantada pela estrutura governamental na perspectiva do desenvolvimento local e regional**. Colóquio baiano espaços, tempos e representações: Abordagens Históricas e Geográficas. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/issue/current>> Acesso em: 15/05/2018.

BIANCHINI, D. A.; **Do Carandiru ao parque da Juventude: reconstrução da paisagem urbana**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo, 2018. Disponível em < <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3572>>. Acesso em 25/08/2008.

CAVALCANTI, M. J. M. **Parques metopolitanos: gestão e proteção de áreas especiais**. 2005. 255 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em:< <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3526>>. Acesso em: 26/08/2008.

DOURADO, G. M. (Org.). **Visões de paisagem. Um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas - ABAP, 1997.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2002, n.115, pp.139-154. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>> Acesso em 01/08/2018.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. *Educ. rev.* [online]. 2004, n.24, pp.213-225. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.357>.

EBDA. LEVANTAMENTO CADASTRAL DE IMÓVEIS DA SEAGRI – BAHIA: Estação Experimental Waldemar Guimarães Cova Santo Antonio de Jesus Ba. Cruz das Almas, 2012.

FRANCO, M. A. R. Desenho Ambiental: uma introdução à arquitetura com paradigma ecológico. São Paulo: Annablume, 1997.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA, E. F. A técnica educativa de grupos focais para obtenção de dados qualitativos. Educativa, 1999. Disponível em: <http://www.tecnologiaprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf> Acesso em: 28/06/2018.

GOMES, A. S.; SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, 1(1): 19-29, Junho, 2003 (ISSN 1678—698X). Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nos%20centros%20urbanos.pdf>> Acesso em 05/06/2018.

KLIASS, R. G. Parques urbanos de São Paulo. São Paulo: PINI, 1993.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, 297 p. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/raianacansianlima/lakatos-marconi-fundamentos-de-metodologia-cientifica-46401881?from_action=save> Acesso em 26/06/18.

MACEDO, S. S. Parques urbanos no Brasil. 2 ed. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Coleção Quapá).

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.296-306, ago. 2007.

OLIVEIRA, F. L. **O Parque do Ibirapuera: Projetos, Modernidades e Modernismos.** Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil. 2003. Disponível em <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/048R.pdf> >

PASSOS, A. L. S. **Santo Antônio de Jesus numa perspectiva geográfica: memórias e paisagens.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2010.

PONDÉ, M. P.; MENDONÇA, M. S. S.; CAROSO, C. **Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan.-mar. 2009, p.129-143. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5891>>

SANTOS, M. C. **Mutações territoriais em Santo Antônio de Jesus: possibilidades e implicações ao desenvolvimento.** Seminário Urbanismo na Bahia [11], Salvador, 2011. Disponível em :<http://urbanismonabahia11.blogspot.com.br/p/mutacoes-territoriais-em-santo-antonio.html>

TEIXEIRA, R. S. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos: estudo de casos na Bacia da Pampulha** - Belo Horizonte, MG. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

Regiões de influência das cidades : 2007 / IBGE, Coordenação de Geografia. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>> Acesso em 21/05/2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Perfil dos territórios de identidade da Bahia,** Série territórios de identidade da Bahia v. 2, p. 111-137, Salvador: SEI, 2016.

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-antonio-de-jesus/panorama>> Acesso em 07/05/2018; 08:51h

<<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10#par-1--art-1>> Acesso em 14/05/2018; 00:40h

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>> Acesso em 21/05/2018; 19:08h

<http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf> Acesso em 22/05/2018; 11:12h

< <https://www.archdaily.com.br/br/906019/centro-comunitario-camburi-cru-architects>> Acesso em 03/01/2018; 22:01h

ANEXOS

QUESTÕES DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Foram abordados comumente os seguintes tópicos:

- CONHECIMENTOS DA ÁREA DO BOSQUE DO CAMPO DO GOVERNO
- COMO INTEGRAR O PROGRAMA DE NECESSIDADES DO PARQUE À INSTITUIÇÃO REPRESENTADA
- RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/POPULAÇÃO DO ENTRONO COM A ÁREA DO BOSQUE

ENTREVISTAS

- Entrevistado 4, representando Centro de Ciências da Saúde da UFRB

O Plano Diretor está desatualizado é de 2012 tem que atualizar de 10 em 10 anos, em 2012 não aconteceu, mas tá pra acontecer, já fizeram até o termo de referência para poder solicitar outro. Então no Plano Diretor mostra no mapa que nesse anexo, no mapa.

Tem a parte geral eu queria ver o mapa geral, layout.

Quem me passou esse arquivo foi o Leonardo ele é membro-conselheiro do CONCIDADE (Conselho da Cidade).

E qual instituição ele representa?

Conselho da Cidade.

Não, Não. A questão é a seguinte, eu participo do CONDEMA (Conselho do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável), só que eu represento a UFRB no Conselho. Esse Leonardo tem que estar representando alguma entidade seja CREA, alguma secretaria ou alguma instituição pública para estar no Conselho. Porque nós temos um representante aqui também do CONCIDADE. Na época eu me interessei só pelo CONDEMA porque era a minha área de maior identidade né? Esse é o mapa geral?

Sim.

Só uma pergunta você é Santo Antonense?

Eu cresci aqui.

Ah! Por isso que você optou por fazer o trabalho aqui.

Porque a minha área é de ciências sociais aplicadas, daí é melhor trabalho de TCC que lide com área social, ambiental, tem TCC de preservação do patrimônio... Tá aqui esse é o Campo do Governo, ele está classificado como área de urbanismo contido.

Essa avenida é a que passa na frente da UFRB?

Sim.

Por que na verdade tem o mapa, mas não tem as designações né?

Sim

Aqui tinha alguns prédios, que já mostrava uma estrutura da universidade, aqui já tinha os laboratórios antigos que era uma estrutura já do governo, só que depois foi tendo um crescimento, aqui já teria mais prédios. É, esse documento é de 2002, após 2002, a UFRB inaugurou em 2005 mas ela só começou o funcionamento em 2006, eu tenho quase certeza que foram nessas datas. Então não se tinha toda essa estrutura que temos hoje. O IFBA também não tinha essa estrutura. Deve ter algumas semanas que inauguraram os cursos superiores. Não está funcionando totalmente integrado. Dando suporte à escola Rômulo, escola estadual que está em reforma e eles vieram para cá. A pouco tempo começou a construção da Policlínica, que é aqui do lado da Universidade, então já ocupou um espaço também né. Aqui atrás dessa região tem o GANA (Grupo Ambientalista Nascente). Você já conhece né? Você disse que conversou com a Milla. Próximo ao GANA tem uma área verde que é uma área ambiental.

Eu vou mostrar uma imagem aérea que uma imagem do Google Earth de 2016.

É essa área mesmo. Esses eucaliptos, essa linha é o que divide a UFRB da Policlínica. Quando eu cheguei em 2016 eles começaram o trabalho da construção da Policlínica. Tem o pedaço do GANA. Aqui é o conjunto, dos moradores. Aqui é o que eles chamam de Minha Casa Minha Vida. E o Campo do estado aqui tudo.

E isso aqui englobando até o SESC.

Aqui já é particular né? Porque nem tem como mais ser. Como conseguiu vender isso tudo. Porque aqui já é particular porque é um conjunto habitacional, o SESC é identidade, aqui o governo doou esse espaço porque aqui é um conjunto habitacional que tem um viés social. Mas realmente esse aqui é uma coisa no mínimo estranha. Essa área que eu já fiquei sabendo que até lá no conselho nós já conversamos por alto de tentar

transformar isso numa reserva. Que aí seria uma reserva... Eu não sei se seria uma APP porque eu teria que ir na área pra conhecer. Você tem a designação de Área de Preservação Permanente?

Então eu consegui um documento, que na verdade é um projeto, ele é professor da UNEB, com o professor Góis que ele foi presidente do GANA antes de Milla e tem um projeto para tornar uma unidade de conservação.

Entendi. Só que eu sei que isso não está em andamento, foi só uma conversa. Porque na verdade hoje pelo município nem se fala nisso mais. Porque primeiro a gente está passando por um processo difícil de regularização do CODEMA, porque nós modificamos a lei, essa lei tem que tramitar na câmara, primeiro, passa pelo gabinete do prefeito, já passou, do gabinete do prefeito com o aval foi para a câmara, na câmara dois vereadores já pediram vistas, então o processo está lento. Tanto que o município de Santo Antônio de Jesus tem acesso a um Fundo Municipal de Meio Ambiente mas não está podendo utilizar porque o CODEMA está inativo, processo licitatórios dentro do Município não pode ocorrer, porque o CODEMA está inativo, isso é uma questão de lei de acordo com a quantidade de habitantes há a necessidade de ter esses conselhos e esses conselhos ajudam a administração pública a estar operando, uma das funcionalidades dele. Por isso que te falei dentro do conselho há a representatividade dos órgãos, a de associações de comerciários que vai compondo. Por isso pega a questão de órgãos públicos e da sociedade civil que ela também engloba. O que eu sei, o que se fala, o que estou te falando, não está mais em prática, seria de somente dessa área em transforma, não seria uma RPPM (Reserva do Patrimônio Particular) porque isso aí é do estado, mas também não sei se seria uma unidade de conservação, porque uma área tão pequena dessa não faz um papel de uma unidade de conservação, na verdade isso aqui é uma ilha, ele pode dar suporte para uma área talvez maior, até para um patrimônio genético, pra conservação já é um fragmento que não consegue dar amparo.

Então, como já está se estendo a cidade, pelo caminhar da carruagem isso aqui vai diminuindo cada vez mais, porque vão existindo a ocupações irregulares das pessoas e aí um parque para poder conservar isso, para não perder, porque a cidade em si já está pobre e deficiente de massa arbórea e o processo de arborização na cidade. Como estudante, e para fazer esse projeto eu tenho que lidar com todas as instituições que estão por aqui ao redor para poder fazer o programa de necessidades e se encaixar, para poder fazer esse dinamismo do Minha Casa Minha

Vida, do IFBA com a UFRB e tenho que fazer um programa que dê suporte para todas as instituições para que sempre funcione o parque.

Já pensando em uma questão social né? Eu posso te indicar que toda a capacitação, profissionais e o emprego de certa forma poderia vim da comunidade. Então uma das formas é você dar emprego mesmo diretamente então pode ser o guia do parque, o guia da área, quem dá a manutenção, quem faz a proteção, a brigada de bombeiros ou a brigada de bombeiro civil, então isso você já englobaria essa questão social e econômica desse ponto primordial. Institucionalmente seria suporte técnico, palestras, projetos de educação ambiental, prática, trilhas ecológicas.

Eu pensei em algumas possibilidades aqui. Por exemplo, pesquisa de fitoterápicos com os produtos provenientes da Mata Atlântica, tem algumas ervas que...

Sim, mas primeiro tem que saber que espécies tem né?

Então, eu estou esperando Milla me enviar o levantamento fito sociológico.

Mas tem o levantamento fito sociológico de tudo isso aqui? Eu acho que não, se tiver tem de pequenas áreas. Porque normalmente a gente faz isso, faz o levantamento de algumas áreas e faz uma extrapolação. Nesse caso, tem lugares específicos que a gente tem que fazer o levantamento de tudo, de tudo mesmo e ponto final para você ter certeza. Mas já é uma saída, pelo menos a exploração, o conhecimento da mata essa avaliação fazer esse tipo de estudo para a gente ver diversidade, abundancia de espécie, que espécies tem mais se essa espécie é benéfica ou não, se ela tem uma finalidade alimentar, fitoterápica. Porque pode ter espécies da mata atlântica que produz alimentos.

Então, eu pensei em outra coisa com essa questão de alimentos. Aqui tem o curso de nutrição, poderia essa cooperativa trabalhar com produtos doces de com porte artesanal, junto com o curso de nutrição para poder dar uma checada nessa produção.

Sim, poderia ver que tipos de produtos, que tipo de alimentos poderiam ser produzidos que essas espécies aqui dão suporte. Agora para uma cooperativa, para um negócio você tem que pensar que precisa de alta produtividade, eu não sei se uma área de preservação ela conseguiria, mas é algo plausível sim. Mas você já pode colocar que essas coisas já têm dentro do SESC. Tem um teatro dentro do SESC, o SESC é uma área que, tudo bem, tem que estar ligado ao comércio, mas ele está dentro do espaço, então obrigatoriamente ele faz parte e lá tem essa estrutura. Vamos ver coisas que vão te beneficiar de forma direta. Eu sempre falo que é uma questão de um problema social a

universidade, porque normalmente só entra pessoas de grande renda porque a universidade na verdade deveria ser um espaço para todos e outra a comunidade aonde a universidade está inserida, a cidade, sempre tem um medo de adentrar o espaço porque o diálogo entre a universidade e a comunidade ele é deficiência também.

Então esse programa poderia fazer essa interação né?

As pessoas tem essa dificuldade mas é um espaço público, de todos, só precisa ter uma organização, um cronograma para a gente ter acesso a pessoa pode vir adentrar o espaço, adentrar na biblioteca e estudar dentro da biblioteca mesmo sendo da comunidade, agora eu não sei como que seria esse processo dela pegar um livro emprestado e tudo, ela precisaria fazer um cadastro, eu não sei se a comunidade teria como, mas se houvesse realmente uma necessidade da comunidade a gente tentaria resolver essa demanda institucional. De qualquer forma são espaços públicos que deveriam dar acesso, nós como instituição é que temos que diminuir essa distância.

Também fala de um local para feira, expo-feira de produtos para pecuária.

Poxa totalmente. É inviável isso aí. Eu acho que esse plano de negócios foi construído antes de ter todos esses estabelecimentos aqui já, eu penso. Porque como que próximo a uma policlínica hoje teria um espaço agrário, de exposição de animais, um teatro tudo bem, mas de qualquer forma sairia muito também do escopo de uma área de preservação, porque para todas essas estruturas serem construídas a gente ia estar degradando muito mais o pequeno espaço que tem protegido.

O que você pode me dizer sobre essa área em termos de preservação? Você já visitou essa área aqui atrás?

Sim. Já visitei sim, de forma superficial já. Em termos de preservação é uma área totalmente antropizada, antropizada é que tem uma grande ação do homem. É um fragmento que a gente se você for olhar de sucessão, ele não é uma sucessão primária é óbvio, mas ele pode ser aí uma sucessão secundária, início de uma sucessão terciária, a gente vê muitas espécies como embaúba, a embaúba é a secróbia, então a embaúba é um grande indicador de antropização. O extrato arbóreo ele é bem estabelecido com copas de até 20m (vinte metros), mas variando de 15 a 18m mais ou menos. O extrato herbáceo já é um extrato menos rico, ele está mais ralo né. O que é que acontece, a gente só tem árvores, a gente não tem o funcionamento ecológico do fragmento, o fragmento precisa ter todos os seus extratos bem desenvolvidos para que dê a manutenção do ciclo ecológico mesmo, de todas as interações. Por isso que a gente critica muito hoje, hoje não já tem mais de 5 a 6 anos, a questão de quando você vai fazer um projeto de reflorestamento e a

sua planta muda, você nunca vai resolver, pode até crescer mas só vão crescer mudas, você vai ver que aquela floresta com o tempo ela não vai se ter uma automanutenção. Porque para uma floresta se auto manter ela tem que ter todos os seus estratos ocupados, de uma espécie dando suporte para a outra e sucessivamente e os animais ajudando também. A relação das alturas, são os estratos porque a gente pensa no primeiro extrato só no extrato arbóreo que aí são somente as árvores, o grande, o dorsal que vai até no final. Mesmo no extrato arbóreo ele tem uma divisão tem aquelas espécies que são maiores que vão fechar a copa em cima, tem aquelas espécies mais em baixo que aceitam sombreamento só que depois do extrato arbóreo ainda tem o extrato arbustivo, o extrato herbáceo para depois vir o extrato edáfico que é aquele do solo que poderia ser chamado de rasteiro também. Então tudo isso precisa estar presente para que a gente realmente tenha uma função ecológica daquele ecossistema, e o que é que é função ecológica, são todas as interações, para que ele por si só consiga se manter.

Mas sobre esses programas aqui, agora mudando de assunto, aqui fala sobre quadra poliesportiva, de uma local para ginástica você acha que isso aqui teria algum efeito negativo na área?

Com certeza. Porque é isso se a gente for desmatar...

Não, mas já tem uma área aqui que ela está desmatada, de solo exposto.

Mas pra mim seria tão mais interessante a gente reflorestar, a gente avaliar, a gente recuperar essa área, porque pensa numa quadra poliesportiva...

Essa aqui é uma imagem de 1998.

Olha aí tá vendo aqui, em 1998 não tinha uma... da UFRB só tinha uns prediozinhos, não tinha o IFBA, nada da Policlínica, do Conjunto Habitacional Minha Casa Minha Vida, não tinha SESC, não tinha aquele condomínio que eu moro que é o Condomínio Parque do Cajueiro.

Essa aqui era Secretaria de Infraestrutura antigamente, acho que em 2002 e ela era do lado de lá naquele iniciozinho onde era o GANA, onde o GANA ganhou aquela área por isso que tem aquela parte mais antiga ali mesmo. E ali era o campo do estado era um negócio de estudos da parte agrônômica. Aqui era chamado de Estação Experimental, o que era que acontecia aqui?

Eu acho que é isso é a parte agrônômica. Eram estudos relacionados à agronomia, de produtividade, por isso estação experimental. Então assim seria na verdade mais interessante as instituições arrumarem mecanismos de aproximar a sociedade a elas para que elas realmente façam a sua função social, a universidade, o que é que é Universidade,

é uma diversidade dentro do mesmo universo, do mesmo espaço, é o diferente é o tudo, é isso fazer essa união, trazer a comunidade, porque normalmente as universidades trabalham em tripé, pesquisa, ensino e extensão, extensão é nada mais do que trabalhar com a comunidade mesmo. A gente fala que nós a UFRB trabalhamos com o quadrupé que a gente trabalha com as políticas afirmativas que é muito forte isso na UFRB em si. Pra mim seria mais interessante a gente ter uma proteção dessa área e mesclar assim atividades que trabalhem com a proteção dessa área como trilhas ecológicas, motain bike, áreas verdes, um parque mesmo, uma área de parque que tenha uma preservação de água, a parte tanto de animais como também de vegetação.

Inclusive tem algumas nascentes aqui dentro, só que quando eu fui lá visitar, o guia que trabalha no GANA ele só me mostrou uma. É um jovem que trabalha lá dentro. Agora a parte aqui dessas nascentes que correm pro Rio Mutum está bem degradada, por conta do esgotamento que vem pra cá da população.

E aqui você vê que tem um conjunto habitacional logo após, se não me engano deve ser o Conjunto Salomão e é uma quantidade grande de residências e aí não tem conversa. Aqui mesmo óh, se a UFRB não tem, nós não temos tratamento de esgoto dentro da UFRB, olha que problema. O que é que a UFRB tem, fossa séptica, mesmo assim o correto seria um tratamento né? Um sistema de coleta e destinação correta, mas é isso a UFRB não tem, então creio que o IFBA também não tem, que a Policlínica também não tenha, porque tudo isso trabalha com as fossas sépticas e já é um problema porque todo mundo trabalha com a fossa séptica convencional, não trabalham com as fossas sépticas ecológicas, por que as fossas sépticas ecológicas elas fecham o ciclo né, a convencional você coloca todo o dejetos e quando chega a um ponto que encheu você tem que fechar ela e fazer em outro lugar ou esvaziar, porque mesmo assim é um problema você esvaziar uma fossa séptica, literalmente os nossos dejetos né?

Sim. O Plano Diretor fala também sobre a questão de negócios, porque Santo Antônio de Jesus é um polo regional que está voltado ao comércio e ao serviço, como é que eu poderia tratar sobre essa questão de negócios nessa área? Porque ali fala de um parque.

Poderia ser isso um parque, uma visitação, eu penso né, dentro do parque o que mais a gente poderia trabalhar? Ou o comércio, ou a mandioca que se trabalha muito com a mandioca na região, o cacau, mas de qualquer forma, são espécies que não teriam, não haveria necessidade de estar em um espaço de proteção ambiental, porque são espécies com vinculação econômica. A gente poderia tentar trabalhar, avaliar produtos não

madeireiros, o que são produtos não madeireiros, frutos, cascas e aí pode entrar a questão das plantas medicinais porque a gente trabalha com a casca tudo. Porque um produto madeireiro ou um comércio vai me obrigar a tirar a madeira a tirar a cobertura do solo. Então seria interessante pensar em formas de comercialização de produtos não madeireiros mesmo, como por exemplo a Castanha do Pará, eles não cortam a árvore, coletam as castanhas, fazem seus produtos. Então a gente poderia identificar espécies que tivessem finalidade alimentar, algumas frutíferas, espécies com finalidade medicinal poderia estar trabalhando.

Então, eu vou ter que trabalhar todo o paisagismo nessa área para poder transformar isso também em uma área de lazer para que a cidade ela venha a usufruir dessa área e algumas vertentes do paisagismo fala sobre colocar espécies frutíferas que sejam do bioma, como por exemplo o cajueiro, espécies que a população, ela possa usufruir desses frutos. Por isso eu vou falar com Milla quais as espécies que tem aí dentro que tenha a finalidade alimentar por exemplo.

Agora você tem que tomar cuidado que uma floresta ela é muito dinâmica, eu estou tentando puxar o ecológico o tempo todo, a gente precisa então da interação. A gente não poderia focar também em fazer somente um replantio de espécies frutíferas, porque a gente quebraria partes do elo. O paisagismo ele envolve de todos as alturas e avaliações. Isso é importante porque inserindo vai gerar renda, vamos supor, poder ser uma cooperativa de produtos não madeireiros que poderia não trabalhar só nessa área ele poderia ter também uma vertente em outra área, mas como foco dessa área produtos não madeireiros, daria renda e somado a isso poderia pensar em trilhas ecológicas. Seria interessante então de alguma forma próximo, talvez ter uma área de alimentação né. Porque por exemplo, pessoas vem da região de fora vem pra cá. Seria como se fosse uma entrada de um parque mesmo né e um parque trabalharia com a questão do lazer, com a questão ambiental, com a questão social inserindo as pessoas das comunidades ao redor para estarem prestando serviço de alguma forma e aí tem as várias formas de prestar serviços até nessa questão alimentar poderia ser a própria comunidade mesmo.

Esse projeto está sendo bem ideológico, é só questão de projeto, vamos projetar um parque e estamos só no mundo das ideias.

É lógico, mas é das ideias que saem o que é palpável né. Porque tem coisas que só dá pra ser no papel e outras coisas que a gente pode colocar em prática. Na verdade, tudo o que a gente coloca no papel daria pra pôr em prática. Quando você faz algo maduro, você planeja e faz um projeto que ele é viável no papel ele é viável na prática, só que tem

um abismo enorme no que a gente fala e no que a gente faz, mas a gente está pensando na melhor forma possível. Leonel é do CONCIDADE, te passaram o telefone de Leonel, Walter? Hoje estávamos em reunião mais cedo por isso não pude falar mais cedo contigo. Que a gente está com um projeto tentando amadurecer um projeto dos catadores e recicladores de Santo Antônio de Jesus então estávamos vendo também se a gente consegue colocar em prática um plano diretor de gestão de resíduos sólidos pensando mesmo nessa prática de gestão ambiental.

Esse Conselho da Cidade ele é voluntário?

Todos os conselhos são voluntários, nenhum tem remuneração. Os conselhos são uma forma de fiscalizar os órgãos públicos que somos nós quem bancamos os órgãos públicos, por exemplo, você para o meu salário. Tipo o observatório, só que o conselho ele tem mais ação. Por exemplo todas as licenças que vão para a secretaria de meio ambiente, tem que passar pelo conselho, o conselho precisa passar por ele para ele dar o aval para saber se ele está correto, mesmo o técnico da secretaria podendo falar que ele está ou não está. Porque no conselho a gente tem estrutura, tem pessoas, tem uma visão multidisciplinar e o conselho trabalha com vários órgãos e a representação também da sociedade civil que é para que todos que tivessem a oportunidade de expor a sua ideia por isso que um vai representando, eu não posso chegar no conselho e falar o que quero só, eu tenho que somar as coisas que é a visão da instituição também UFRB porque eu estou lá representando a UFRB, quem representa a sociedade civil tem que escutar a sociedade civil para estar falando as demanda lá, quem representa o ministério público tem que estar lá também e é toda essa ideia.

- Entrevistado 3, representando o GANA;

Meu nome é Kalyana eu sou aluna de arquitetura e eu sou da Universidade Federal de Sergipe, daí o meu projeto de conclusão de curso é a implantação do parque da cidade aqui no campo do governo que e um parque com um caráter regional e ecológico, regional por Santo Antônio de Jesus ser um polo regional, ter bastante influência nas cidades, conhecida como capital do recôncavo. Então ela teria que ter esse aspecto tanto regional quanto ecológico por estar numa área de fragilidade ambiental. Esses mapas aqui estão no Plano Diretor, esses dois, e eles

indicam que o Campo do Governo é uma área de urbanismo contido, ou seja, então cuidado quando for tratar de crescimento urbano nesse local. Só que aí vieram o programa Minha Casa Minha Vida, já veio a Policlínica, já veio o SESC tem várias outras coisas aqui já, essa aqui é do projeto de lei do ministério público, esse aqui é a UFRB, o IFBA e aqui os conjuntos habitacionais e o GANA está aqui óh. Esse aqui é o terreno do ministério público que foi doado pelo e esse aqui é a área verde. Então o que o senhor pode me dizer sobre essa área verde, como é que está a situação dela agora?

Assim, essa área aí, na verdade, ainda está sendo explorada, o pessoal ainda está entrando, derrubando, retirando algumas coisas aí. Tempo de São João a gente sofre muito por conta das fogueiras então o pessoal já entra na mata antes, já faz o “anelamento” das árvores, espera secar para dizer que está morta e aí então derruba. Então, com certeza precisa-se de um pouco mais de, muito mais de cuidado. Precisa-se de uma educação ambiental com todo o entorno. Pode-se explorar como se explorava antes, como as trilhas ecológicas, como a gente tinha aqui, apresentava mata, como é uma estrutura de mata, porque cobrir solo, você andando dentro da mata, você tem várias interferências a fazer, topografia, geografia, matemática. Então acho que a educação ambiental, todas as disciplinas podem ser dadas com a educação ambiental dentro da floresta ou então aqui dentro do viveiro. Essa unidade aí mesmo que a gente pretende estar lutando pra que seja uma reserva do município, está muito, muito maltratada. As espécies que aí existem são espécies primárias, são espécies de crescimento rápido, ela cresce e morre muito rápido, porque as espécies mais perenes já foram exploradas já, já foram cortadas porque elas tem importância financeira alta e também são árvores que podem ser feitas casa, pode fazer móveis, então o pessoal que mora aqui na periferia não tem um recurso muito grande então eles exploram bastante em cima disso aí.

Você acha que seria interessante na parte de educação ambiental aqui nesse entorno aqui do parque as pessoas, os alunos principalmente, tivessem o incentivo de plantar árvores nativas, agora aquelas árvores mais perenes para tentar recompor aqui a região, não é isso que você achou interessante?

Assim, hoje eu venho trabalhando muito na prática da cooperação. A cooperação não só nossa com a natureza, mas também da natureza com a natureza. Então, quando a gente coloca espécies perenes para se desenvolverem sozinhas, você coloca uma espécie sozinha para vencer uma batalha muito grande que ela se ela estivesse com outras espécies ela conseguiria sobreviver.

Seria interessante então a gente fazer esse trabalho, fazer esse levantamento de todas as espécies principalmente aqui nessa zona da mata, essa mata atlântica e tentar recompor né? Ela sozinha não mais com outras espécies.

Assim, porque quem escolhe as plantas são os bichos. Então se você planta, a intensão aí não seria nem plantar plantas que a gente quer né como o ipê, o pau-brasil. Seria a gente plantar plantas primárias realmente só que na intensão de atrair bichos diferentes. Porque os pássaros é que vem trazer espécies novas, os roedores, então cada espécie de vegetal que vai ser inserida aí atrai a fauna e a fauna monta a sua própria estrutura da cadeia alimentar dela.

Eu conversei com um biólogo essa semana, ele falou que o plantio de mudas ele precisaria desse convívio conjunto com outras espécies porque algumas espécies preferem a sombra entoa tem que ter uma espécie maior para poder sombrear tem a parte da forragem também do solo. Então eu gostaria de saber quais os impactos que um parque da cidade traria para essa área e quais os programas de necessidades que precisaria do local. Por exemplo aqui é a saída do GANA certo? Você acha que essa área aqui corresponde as necessidades que o GANA realmente tem, o que que precisaria ser mudado aqui, o que poderia ser colocado dentro do parque entendeu?

Então óh, a primeira coisa para ser criado um parque precisa de todos estudos da área né? Estudos, inventário florestal e fauna, fauna e flora. Então a gente já fez um estudo, um inventário aqui dessa mata. E já fez um questionário, porque a gente não fez o levantamento de fauna, a gente fez o questionário perguntando, ou não fez, eu não lembro se fez ou se não fez essa parte da fauna, perguntando a circunvizinhança qual é a lembrança que eles têm de animais vistos que eles já viram né aqui. Então só com essas perguntas a gente vai saber se realmente tem espécies que de importância se não se realmente a mata está muito fragilizada, então em cima desses estudos. Eu tenho a parte da fauna, o inventário eu tenho, os dados daí espécies que tem aí, densidade, o adensamento dela dentro da floresta. E o impacto que eu acho que vai mesmo focar aí tem que ser com a educação ambiental. Primeiro para um parque tem que ter gestão, quem seria que ia gerir esse, será que seria a secretaria de meio ambiente teria essa folga para poder mais uma estrutura para poder ver. O GANA aqui com certeza ainda não está cumprindo com o que gostaríamos que cumprisse, porque a gente é muito, assim, tem a força de vontade, mas a gente não tem financeiro, para poder estar pagando funcionário para estar recuperando área. Então essa parte aí a gente realmente tá esperando patrocínio a gente está correndo atrás de financiamentos para poder ver se consegue entrar com mais.

Mas a gente tem aqui doação de mudas a gente pode fazer esse trabalho assim de um corpo técnico, não é, se for marcar um dia de plantio, onde escolher a melhor área ver como é que a gente vai trabalhar em cada área, né isso aí a gente tem condições de fazer ou com a estrutura do GANA. Mas enquanto a outras atividades assim mais que precisam realmente né de recursos a gente tá, fica de braços cruzados nisso porque não tem. Já trabalha de graça, nosso tempo não é nem de graça porque a gente tem o retorno né da comunidade, porque eu acho que isso também é válido porque tem que ser contado. Mas financeiramente mesmo a gente só tem os braços mesmo para nós poder colaborar com um projeto desse.

E o plano diretor da cidade ele prevê a locação desse parque aqui no campo do governo, o que que você acha disso, o impacto que causaria um parque da cidade aqui, por exemplo teria equipamentos aqui como anfiteatro, ciclovias academia ao ar livre, aquele programa de parque de lazer certo?

Eu acho que Santo Antônio precisa de uma área dessa, mas pra tem que se observar bastante de como explorar cada vez mais a área verde mesmo, natural, mata atlântica. Sair um pouco desse paisagismo europeu que a gente tem aí que costuma entupir a árvore então são árvores que precisam, são arvores que não são nossa e que são bastante exploradas no paisagismo por conta da sua florada da sua estrutura caule então a gente tem muita e eu acho que deveria ser explorado exatamente isso. Se for trabalhar com paisagismo na ciclovia por exemplo, que venha se trabalhar com paisagismo em cima da educação ambiental realmente que foi proposta na praça Padre Mateus só que no final das contas eles tomaram as sementes de novo e aí mudaram toda uma linha de árvores lá dentro. A intenção da praça Padre Mateus é só colocar as essências florestais nativas e com as plaquinhas lá de onde vem, qual é o nome popular, seria o ideal, tudinho lá para poder assim o colégio, tipo assim a aula de biologia vamos ser na praça, leva os meninos pra praça, anda em cada arvorezinha, e fale e converse. Então já que está se pensando desde uma base que se pense também nessa estrutura onde for alocado vai ser colocado a reciclagem de lixo, se vai ter um controle de entrada e saída de pessoas, precisa ter? Por exemplo na parte da mata eu acho que deveria ter. Por conta dos animais dormem cedo então eles não tem nada a ver, não têm culpa de a gente estar lá dentro fazendo zuada, barulho, luz ligada, né, então eu fui lá em Belém, Belém dando exatamente 17h da tarde ninguém entra mais no parque, então eu achei bacana isso, considerar, é importante isso, considerar o ambiente. Acho que necessita de uma área dessa de ciclovias realmente pro

peçoal fazer uma atividade agora se preocupando com segurança também né. Essa segurança em terminar mais cedo.

Inclusive você deu uma ideia interessante, além do aspecto técnico do horário de funcionamento desse aparelho também implica em segurança porque se eu termino mais cedo eu não vou precisar de tanta segurança quanto se fosse mais livre.

Exato, exato. Agora assim, eu acho que aqui o pessoal usa como acesso também de traslado né, entra aqui para sair lá no URBIS 4 já né, é uma parte aí teria que pensar de como seria essa parte aí também dos moradores, se facilitaria, se travaria, se precisa travar realmente. Com essa mudança também desse, vai colocar uma estação elevatória aqui de esgoto vai tirar esse pinicão aí, essa lagoa aí.

Fiquei sabendo que iriam criar uma estação de tratamento também.

Estação de tratamento vai ser em outro lugar aqui só vai ser pra jogar pra lá. Aqui vai sair essa estação de tratamento que existe aí e vai fazer uma estação elevatória, bombear tudo pra outro lugar então isso aí vai sumir. Então essa estrutura aí de decantação já poderia ser usada para se fazer um lago. Poderia ser pensado já, ou usar a estrutura para depois não destruir para ter que construir outra coisa. Então já se pensar em mudar a sua característica, mas usar a estrutura, acho que quanto mais a gente economizar também, ver a parte de economia, como é que a gente pode economizar, porque provar que, porque eu acho que é interessante a economia nessa situação aí. Além de a gente estar passando numa crise a gente tem que provar que as coisas da “permacultura” né, realmente é de baixo custo porque as vezes a gente fica pensando assim, não eu quero botar um aquecedor solar pra minha água, mas pensa que é um custo alto, que não vou botar porque é um custo alto, temos alternativas secundárias também. Então o que a gente pode utilizar, temos construções, bioconstruções com estrutura de super-adobes e estudos, porque a gente fica com aquela imagem de adobe aquelas casas antigas construídas, só que hoje a gente tem tecnologia pra isso a gente fez estudo de liga né, de massa então tem banheiros, estruturas de banheiros secos isso aí são ideias que a gente pode estar explorando e enxergar porque as vezes a gente fica distante dessa realidade achando que realmente é sujo que fede, quem já viu banheiro sem água, então as vezes a gente fala do que a gente não conhece eu já fui em estruturas belíssimas que realmente dá vontade de morar mesmo, simbiose total assim coma a natureza e eu cacho que é realmente interessante se a gente conseguisse construir com recursos naturais né, deixasse um pouco e lado já que a gente está se pensando em parque ambiental e em se pensando também, se tratando de uma

cidade tão importante para o recôncavo eu acho que isso aí a gente poderia trazer de modelo mesmo uma estrutura mais natural.

Você falou em estrutura agora, a estrutura das edificações do parque você consideraria ideal trabalhar com a madeira em si ou alguma outra coisa. Porque eu penso assim, se eu trabalhasse com estruturas metálicas de baixo custo quando se fala de montagem e de reciclagem depois se precisar reciclar material, mas ele tem o custo elevado que é o do próprio material e da mão de obra especializada. Então, você acha que qual seria melhor a madeira, estrutura de concreto, de concreto é o mais sujo, o metálico você só monta, é o tempo também de construção e de mão de obra.

Óh, hoje a bioconstrução trabalha com bambu, trabalha com cobiúbi, cobiúbi são qualquer tipo de estrutura junto com uma massa feita de barro. Estrutura com pedaços de madeira, corta em tampõezinhos. São estruturas que ficam legais, mas aí gastam um pouco de tempo, mão de obra que aí é o caro, então com certeza vai ficar caro também.

Mas e se houvesse alguma metodologia aqui dentro do parque pra que os próprios moradores eles tivessem um curso sobre isso eles próprios fossem a mão de obra para construir.

Eu acredito que o bambu fosse uma alternativa muito legal porque assim qualquer lugar que a gente plante aqui dá bambu em quantidade e bom. Nossa região aqui aceita muito bambuzal, então eu acho que o bambu seria uma forma que ele fica muito bonito se for bem tratado, ele demora assim né, ele não tem aquele tempo assim restrito, com um tratamento bom, ele demora um bom tempo, acho que uma estrutura dessa aí, acho que se durar 20 anos já é um tempo pra poder se fazer uma nova reforma, é 20 anos é um tempo legal, é o mesmo tempo do eucalipto, o eucalipto tratado, acho que eles dão esse prazo de validade aí.

A norma brasileira quando fala de construção ela dá o prazo de 50 anos pra poder... acho que teria que ser um pouco mais de...

Mas eu estou falando assim, banquinhos pá, isso aí tudo. Agora se for pra estruturas mesmo bioconstruções, já tem bioconstruções antigas aí e bambu de século e madeira de séculos então só basta o tratamento, quem fazer quem executar essa atividade. Se for realmente fazer e se tiver como fazer alguma licitação online né aquela, pra a gente poder abranger empresas de fora porque realmente eu ainda não sei se ainda tem empresas trabalhando com isso. Eu estou tentando entrar nesse mercado, mas é muito curso, então

eu ainda estou pesquisando tentando arrumar uma parceria, mas eu acho melhor abrir assim uma licitação online.

Voltando pra parte da mata, as nascentes como é que estão o estado delas?

Na verdade, tem nascente que já parou de brotar, já parou mesmo acho que só tem uma nascente que está sangrando bem pouquinho e como a gente tirou todas as matas ciliares mesmo o rio já está todo tomado, tá assoreado, então está bem fragilizado. Tem que fazer uma nova drenagem, tem que fazer uma limpeza do rio pra poder vim plantando e recuperando as matas ciliares, dragagem, aí tem que fazer o PRAD (Plano de recuperação de área) de todo o leito do rio.

Aqui tem algum levantamento topográfico dessa área?

Eu só fiz aqui o do viveiro, mas não fiz a altimetria não, a altimetria a gente não tem, poderia fazer com um drone aí.

Eu consegui através de um programa chamado Global Mapper eu não sei se você já ouviu falar, mas eu achei um pouco que não bateu um pouco a localização do rio com a reentrância que ele tem no relevo, aí se você tivesse um levantamento topográfico aqui, ia ser mais...

Eu peguei uns pontos daqui eu peguei uns pontos dessa área aqui do IFBA, da mata eu peguei uns pontos. Eu posso ver se acho no GPS ou no computador e te passo. Eu tenho eu posso dar uma olhada no computador e posso te passar o SHAPE é o mapa da área que são os pontos da área, os pontos externos, os polígonos.

Aquele levantamento florestal envolvendo a flora vocês têm? Tem como me disponibilizar? Você pode me dar o seu e-mail?

Tem no inventário. Tem, tem sim. Isso aí é um estudo que a gente fez no outro projeto que teve do Brotar Nascentes.

Isso é importantíssimo, porque a parte do paisagismo tem que levar em consideração as árvores que tem para poder utilizar dentro do parque e também espécies frutíferas para poder a população, não só a população quanto a fauna ser o atrativo.

Tomara, eu já vinha batendo nisso a muito tempo. Aquilo que era pra ser feito lá na praça, ver se consegue colocar aqui. Seu projeto é pro curso pro TCC, mas você pode mandar pra todo mundo no caso. Quando tiver pronto o seu TCC, a gente pode apresentar no Conselho da Cidade.

Sim, inclusive Leonardo te mandou um abraço eu falei com ele nesse instante.

Ahh (risos). Ah então pronto é isso aí levar pro conselho mesmo levar pra um debate acho que vai ser bastante legal e que o pessoal aprove.

Mas eu fiquei sabendo que tinha uma conversa de montar um parque aqui. Eu vou falar daqui a pouco com a secretária de infraestrutura Sônia você conhece?

Uhum, eu conheço, mas assim leve adiante mesmo tudo certinho do jeito que você ache que deve. Não se influencie se ela tiver algum projeto lá não, porque são muitas coisas pensadas lá né para beneficiar pessoas e aqui com você pensando na sua ideia, sem mudar, a gente tem como defender a sua ideia e ela defender a dela, você entendeu?

Entendi, a minha visão está sendo mais ecológica e social.

E de lá vai ser uma visão mesclada com aspectos políticos. E aí lá pra eles tanto faz eles derrubarem a mata toda e plantar toda de novo, muito oneroso isso, na área da civil é isso, não, vamos limpar o terreno. A limpeza do terreno é tirar tudo o que tem e deixar só a terraplanagem mesmo então você deixa de explorar e aí foge da lógica né da economia.

Você conhece Wesley? Ele faz engenharia florestal, ele estagiou aqui também eu acho.

Conheço Wesley.

Ele foi meu colega de Técnico de Agropecuária.

É aqui você estudou aqui também?

Sim, foi. Eu já fiz algumas visitas aqui também. Você conhece Susi?

Ahh (risos) foi bem na Petrobras ambiental então né? Susi trabalhou aqui com a gente, trabalha ainda aqui com a gente.

Eu não lembro se foi nessa época. Ela foi a minha caloura, por assim dizer né, ela entrou depois de mim.

Que bom que tem que retornar mesmo né, enxergar e fazer esse trabalho. Eu gosto muito disso. A gente vai procurar conhecimento fora, mas deve jogar num lugar onde a gente teve a oportunidade de vida né?

O meu curso é de ciências sociais aplicadas então o meu trabalho de conclusão ele tem que ser voltado pra comunidade, e eu escolhi aqui porque eu cresci aqui e eu gosto da área paisagística também eu me identifico também com essa área, além da arquitetura.

Ótimo, e um excelente lugar. Agora assim se você quiser eu não sei se seria interessante pra você, entender um pouco aí né, dar uma volta, não sei.

Eu visitei com ele, com Robson não foi Robson? Mas eu vou de novo inclusive eu acho que eu venho aqui domingo talvez. Você domingo vai estar por aqui?

Eu acho que esse final de semana eu tô aqui sim. Eu tenho foto de matrizes aqui porque a gente marcou matrizes aí de árvores eu tenho foto daí também de algumas árvores que a gente tirou tem até um numerozão lá que a gente pinta para poder marcar a árvore para colher semente.

Assim a área que eu trabalharia mais a parte dos equipamentos urbanos públicos seria a parte que está de pastagens agora. Eu queria saber se no seu levantamento até que ponto eu posso chegar porque antes de chegar próximo da vegetação original a que está de agora eu preciso arborizar com se fosse uma transição entendeu? Eu preciso saber desse limite do que eu posso trabalhar por exemplo com esses equipamentos como ciclovia e outra parte que eu possa fazer esse intermediário, daí precisaria de um levantamento topográfico.

Exatamente, na verdade você precisaria da altimetria também.

A altimetria eu tenho uma maquete, deixe eu mostrar pra você.

Mas o levantamento topográfico você quer um mapa? Porque você está baixando isso do computador online né? Então você queria um real. Ah, que meu drone ele está trabalhando fora se não isso seria rapidinho.

Você tem drone é?

É.

Eu tenho a modelagem do terreno em 3d que eu fiz no sketchup através do dwg que o Global Mapper me deu.

Você trabalha mais em CAD né?

CAD, Sketchup... Demora um pouquinho..., mas aí quando eu coloco, eu sobreponho a imagem do Google Earth com a parte do rio não fica certinha.

Então se a parte do rio não fica... (risos)

Terreno... eu posso enviar agora pra você por e-mail para você poder dar uma olhada. Você sabe mexer no AutoCAD?

Pronto sim, eu abro. Uhum, eu tenho o CAD lá.

Eu tenho a opção de escolher as curvas com distâncias de altura de 1 metro ou de 5 metros, eu vou optar por de 5 metros porque a de 1 metro está dando muita deformidadezinha.

É fica muito pertinho uma da outra né?

Sim. Esse aqui é o 3d, a área do rio é essa aqui, esse plano aqui você desconsidera...

Aqui assim né?

Isso, só que quando eu jogo no Google Earth ele não bate com o perímetro da área do Campo do Governo. Esse aqui eu fiz através do AutoCAD se não me engano, e ele é bastante irregular, você está vendo que ele é todo irregularzinho? (risos)

É (risos), exatamente ele não bate, eu acho que já tá mudado muita coisa aí. O pessoal já passou muita maquina aí, já jogou muito material aqui do lado. Essa terra é toda emprestada de uma área de lá em baixo do Blog. E está mudando muito agora porque estão mexendo aí né, então por segundo vem coisa nova aí.

Inclusive eu vou ter que fazer as medições das aberturas de vias que estão novas aí para poder colocar no projeto. Porque cada vez que venho aqui já tem alguma coisa diferente.

Já tá arrumado né? Exatamente, faz medo de a gente deixar isso aqui e eles vierem aqui porque essa galera aí não considera nada não veih, não considera nada a gente está aqui numa atividade danada veih, num apoio. O canil aí fizeram de qualquer jeito, largado lá.

Eu vi, eu vi, foi horrível. Eu acompanhei tudo de lá pela internet essa situação do canil do prefeito que veio aqui pedir desculpas e não sei o quê. Mas aí pegou a estrutura que já não estava boa ali e piorou.

Exato, e aí vai ter que sair daí porque é centro de zoonose porque o hospital pá não bate.

Isso, inclusive eu estava falando com um biólogo essa semana, e o plano diretor ele traz feira de exposição de animais aqui pro parque, eu falei isso pode? Não pode não, não sei o quê, agora tem a policlínica ali, tem que obedecer a um perímetro, uma área que não pode...

Deixa eu te falar, isso aqui antigamente era estrutura da EBDA, a EBDA tinha aqui antes miniestrutura de criação de porco, alevinos, a distribuição de alevinos para produtor rural, plantio de várias frutíferas aí que foram para distribuição de sementes e mudas, então essa estrutura ainda está aí a carcaça ainda estão aí. Eu acho que seria uma forma de explorar, mas agora não tem mais como porque tem uma parte de saúde aqui dentro entendeu. Eu não sei até que limite tem isso, se tem alguma norma técnica de limite de distância, eu não sei se pode plantar algumas coisas para fazer a barreira mas que seria uma forte frente, seria essa parte de exposição de animal não sei o quê, agora daria pra

fazer do outro lado lá, quer dizer, nem daria porque é rio é APP também. APP de centros urbanos eu não sei, eu acho que diminui pela metade né?

Eu sei que, eu estava olhando o código florestal tem de 30 e 50 metros, eu vou ler mais sobre isso.

Mas veja que quando entra no perímetro urbano é diferente, porque aí você está vendo o do rural, o rural é 30 né pra 10 metros 10 metros de largura de rio e não sei o que. Mas quando se fala em zona urbana diminui acho que pela metade em vez de 30 é 15. Então já aumenta aí tem como fazer outras coisas.

Seu número eu já tenho. Eu liguei, eu liguei pelo dele, o que tiver o 79 é o meu. Então ok viu, a gente se encontra domingo mesmo?

Então eu não sei porque eu não sei se o evento da sapucaia tá lá, ou se vai ter mesmo ou se não vai ter, aí se tiver o evento da sapucaia eu não vou estar aqui domingo. Mas você só pode ir domingo né?

Sim. Mas é o dia todo o evento?

É plantio, é plantio. Aí começa de manhã aí certamente né vai não sei que horas volta porque as vezes tem que ficar na comunidade né dar aquela atenção.

- Entrevistado 5, representando o IFBA.

Aqui nessa sala não é uma sala boa de se gravar não.

Mas ele capta bem o áudio.

Ah, tá bom. É porque vai ter o ruído de outros e outras pessoas aí.

Deixa eu virar aqui... preciso estudar quais as possibilidades de fazer essa integração da educação que já existe com essa educação ambiental e a proposta do parque, entendeu? Aí eu estava conversando, o senhor é professor daqui?

Não, eu sou analista de TI.

Eu estava conversando com um amigo meu ele faz engenharia da computação para poder pensar em uma boa coisa que pudesse fazer alguma conexão aí ele sugeriu a ideia de montar um centro de análise de dados florestais, fazer um aplicativo com as espécies, os tamanhos, a localização. E eu queria que dentro do parque houvesse alguma coisa que se conecta o IFBA com a UFRB e a população.

Pra poder o parque ficar sustentável ele ter uma gestão que fosse contínua sabe, que fosse multidisciplinar, você tem alguma ideia? (risos)

É, assim. Exato. Assim, eu sou daqui de Santo Antônio de Jesus e se a gente fizer uma análise bem externa de Santo Antônio de Jesus a gente consegue contar quais custeios, basicamente de duas áreas de vegetação que estão dentro do perímetro urbano. Essa área de vegetação aqui ao norte, ela é a do, uma área que a gente chama do Recanto do Tio Gastão. Existe uma fonte de água aqui, uma casa de bomba colonial, assim bem antiga mesmo, inclusive a gente já fez uma matéria sobre arquitetura mesmo desse ambiente e tudo mais. E a família que herdou esse, é um barzinho restaurante, eles tentam preservar isso aqui porque é da família deles, mas também tem uma agressão em termos de moradia muito grande que vai beliscando aqui a beirada dessa nascente . E é uma nascente boa.

É dá pra ver um pouco do relevo aqui.

Ou o único outro remanescente é esse remanescente do Campo do Governo. Que aqui era uma unidade de experimentação agrícola, e aí teve uma doação de 9 hectares pra a UFRB e depois teve uma doação de 4 hectares pra aqui para o IFBA. E ao oeste dela teve a implantação de 4 unidades de moradia que foi duas de Minha Casa Minha Vida e duas que eram projetos de habitação antes do Minha Casa Minha Vida existir, era um projeto de habitação municipal. Então eram dois projetos de habitação federal e dois municipais. Mas a pegada é a mesma né?

Esse aqui é um condomínio privado né?

É. E tem esse aqui que é o Parque do Cajueiro que é um condomínio privado. O que é que a gente tem ao entorno disso daqui. Existia uma família que era dona dessa área aqui quase toda, inclusive ela ainda detém esse pedaço aqui tá vendo daqui pra cá, tá vendo que tem uma ruazinha aqui, essa rua é privada, é dentro do condomínio deles, porque é um condomínio fechado e ele tem um muro. Essa parte aqui é murada e é privada.

Esse pedaço aqui ainda faz parte ainda do Campo do Governo.

Ah tá, eu achava que era ainda desse pessoal aqui. Então, aqui que é o SESC foi uma parte que foi vendida, eles doaram ou venderam eu não lembro bem ao certo, mas era integrada desse pessoal e aqui eles estão fazendo vários condomínios, tem uns condomínios aqui e faltam instalar os condomínios do lado de cá. Falando em termos, assim, falando um pouco desse entorno do que é a vegetação né. Agora eu vou puxar o assunto, só abrindo um parênteses sobre uma coisa que eu tenho um pouco de interesse

que é a questão da mobilidade urbana. Em Santo Antônio de Jesus a gente tem, eu vou desenhar aqui pra você algumas nascentes de rio e essas nascentes de rio elas delimitam a mobilidade urbana na cidade. Se você reparar aqui óh. Basicamente aqui dá pra... O lado de lá eu não estudo muito. Mas se você analisar aqui existem algumas nascentes que são bem adentradas no miolo da cidade.

O senhor estudou sobre recursos hídricos da cidade?

Risos. Nada. Eu sou curioso. Conhecimento empírico. Deixa eu transparentizar isso aqui. Então isso dá uma apresentação de como a gente tem a questão da nascente dos rios com a mobilidade urbana. A gente não consegue sair aqui daqui do Andaiá pra vim pra Maria Preta, tem muita dificuldade pra sair daqui da maria preta pra vim aqui pro Campo do governo, do campo do governo pra vim até aqui pro pessoal do Poço Fundo. Daqui até aqui uma via né. Aqui passa por cima de um córrego. Então tem uma ponte, uma travessia, sobrepõe uma nascente aqui. Então a mobilidade urbana aqui ela ficou favorecida, mas a mobilidade urbana nesses três, nesses quatro pitáculos aí de crescimento da cidade é bem prejudicado. E a cidade ela óh cresce nesse sentido, por cima a gente tem uma barreira natural que é a região da BR mas o Andaiá cresce, Maria Preta cresce. O lado de lá também, o campo do governo cresce tudo isso aqui pé área de expansão crescendo aqui e essa área aqui também ela tem uma resistência porque esse riacho encontra com esse, então aqui a tendência é que não tenha muito crescimento, o lado de cá também cresce aqui tem o polo industrial e o porto seco. Então, existe um entendimento, existe... de algumas pessoas, não sei, isso também já oi discutido com o governo do estado que seria interessante que essa via aqui interligasse com a Br. O Governador já deu manifestação de interesse.

O senhor faz parte de algum Conselho ? Como o senhor tem tanta informação assim? (risos)

(risos). Porque eu estou inserido aqui no contexto, mas o governador já esteve aqui, eu já conversei com Sônia, algumas coisas eu já tinha envolvido com ela. Outras coisas a gente antecipa né, tem coisas que a gente idealiza que depois o Conselho meio que bate coincidência ne? Mas eu não tenho nenhum alinhamento com o pessoal do conselho.

É porque eu também já ouvi falar sobre uma abertura de uma via aqui que conecte aqui.

É. E a gente tem também tem um sonho sobre a respeito do anel, um anel principal que pudesse fazer uma ligação né de carros pesados né. Santo Antônio de Jesus não tem um anel, Santo Antônio de Jesus tem o Oeste, o Norte, o Noroeste e Nordeste.

Esse aqui é um empreendimento enorme, iria chegar a comprar essa área aqui tudo.

É eu tenho rabiscado, deixa eu mostrar aqui pra você. Eu tenho rabiscado uma proposta muito pessoal sobre... Existe a possibilidade de fazer uma ligação nesse sentido e uma ligação nesse sentido... Ele já utilizaria a própria via que existe, existe apenas dois trechos que seriam possíveis de desapropriação, mas que isso desafogaria de sobre maneira o trânsito no interior da cidade. Agora existem interesses econômicos diversos. Porque cada vez que você investe numa área tão distante, a especulação imobiliária, você vai encarecer os imóveis nessa região e vai baratear necessariamente, vai deixar de pressionar pelo aumento os imóveis no centro da cidade. Então quem tem imóvel no centro da cidade não tem interesse que isso aqui saia. Quem tem interesse que isso aqui saia é quem tem essas fazendas, ou que está preocupado com o que a cidade não aguenta mais ou que está sobrecarregada. Mas assim, isso aqui foi só uma pincelada sobre...

Mas você gosta de estudar mobilidade?

Gosto, gosto muito de estudar questão de engenharia de trânsito, de mobilidade urbana. Porque é que eu puxei isso contigo...

Não se preocupe não, isso é superinteressante, tem tudo haver com a área de trabalho também e as questões vão surgindo.

Porque é que eu puxei isso aqui contigo, existe aqui na... eu tenho aqui cadastrado oficialmente os bairros nos municípios, porque existe aqui nesse perímetro vermelho é um bairro em Santo Antônio de Jesus que é o da Salgadeira e esse aqui...

Não sabia que tinha como fazer esse vínculo com o Wikimapia com o Google Earth.

Existe aqui um outro bairro chamado Nossa Senhora das Graças. Entre os dois existe uma avenida chamada Providência que é uma avenida calibrosa é uma avenida grossa que interliga, faz a junção desses dois bairros não é uma ruazinha pequena. E essa avenida ela vem e ela para praticamente na ponta desse córrego que é esse córrego que passa aqui por atrás do IFBA. Então se fosse possível isso é uma coisa que eu já conversei com Sônia, Sônia achou interessante e tal, de a gente transformar esse caminho de bicicleta que tem hoje e aqui o pessoal já passa por cima de portas, pessoal improvisa pra sair por charco, não é um córrego, não é uma frente forte. Então, se a gente conseguisse

fazer essa ligação o que é que eu ia ter no panorama da cidade, eu ia ter esse bairro que a gente chama de URBIS II, esse bairro que a gente chama de URBIS IV, que é o Nossa Senhora das Graças e Salgadeira, os nomes oficiais são esses. Salgadeira e Nossa Senhora das Graças estariam ligados tanto com a UFRB, quanto com o IFBA, quanto com a Policlínica que está aqui compondo o sudeste da UFRB. Existem situações como o pessoal que mora aqui óh, que é outro panorama. Isso aqui também é uma habitação Minha Casa Minha Vida. Eles moram muito longe de Santo Antônio de Jesus, vários parâmetros de Santo Antônio de Jesus, eles não tem prestação de serviço nenhuma próximo deles. Geograficamente eles estão bastante pertos da Policlínica, mas a gente não tem como chegar daqui pra cá nem por aqui nem por cá por causa dessa linha de água. Então sobre o que essa linha de água e favorecer a mobilidade urbana ou ligando pela Avenida Providência aqui que são 600 metros só pra gente ter uma noção se a gente fizesse uma via aqui que pudesse ligar isso aqui a via teria 300 metros, 300m de asfalto é algo muito pequeno. O único descontador seria passar por cima da água, teria que ser uma coisa, teria que ser bem feita pra você não prejudicar o córrego e visualizar eventuais desapropriações que você precisaria na cabeceira aqui da ponte, ou uma, ou duas, ou três moradias que precisariam ser deslocadas para beneficiar mais de 4000 pessoas que habitam aqui a Salgadeira e a Nossa Senhora das Graças. Só pra você ter uma ideia um bairro desses aqui tem mais gente do que a do Macedo Costa, que é uma cidade vizinha aqui que tem uma população bem reduzida. Então, eu imagino que uma ligação dessa aqui seria uma ligação simples de fazer, 300m de asfalto, mas que novamente não tem como não impactar sobre a parte da vegetação. Eu acho que uma ligação mais por cá é difícil porque a gente tem um paredão imobiliário muito grande aqui. Isso aqui é um condomínio que não dá muito acesso né. Outra via seria ligar por aqui, mas teria que ver as desapropriações rurais aqui. Eu já estive aqui rodando, a gente pega um carro aqui e desce e vem até aqui óh, aqui também é calibroso, é uma via bem calibrosa. Se a gente fizesse um prolongamento dessa via pra integrar aqui a gente conseguiria fazer com que essa comunidade se integrasse com esse processo da academia e do centro de saúde. Agora o que eu acho que vai acontecer é que a integração dessa via aqui que já está no planejamento da cidade, ela ocorra pelo próprio caminho natural que ela já tem que vai se ligar aqui que é um, perto do posto policial. Ela já existe esse caminho hoje só que é um caminho de estrada de barro, talvez, o que seja dado pela gestão pública fazer seria asfaltar esse caminho entendeu, pra fazer a ligação. Porque para nós atende do mesmo jeito, porque o nosso horizonte... Tudo bem que uma obra dessa magnitude de ligar o

IFBA com a BA é muito mais cara do que ligar o IFBA com a Salgadeira que é 300m. Mas o IFBA com a BA faz a integração da gente como a Luís Ferreira, como Nazaré e o projeto da ponte. O projeto da ponte que vai duplicar essa via aqui dessa BA. Então a tendência é que Santo Antônio de Jesus vire o grande ponto de virada pra o fluxo de veículos Rio de Janeiro x Salvador. Hoje o fluxo de Rio de Janeiro x Salvador passa por Santo Antônio de Jesus e segue caminho para Cruz das Almas e chega aqui em Amélia Rodrigues e em Amélia Rodrigues a gente faz a conversão. A tendência é que no futuro com a ponte a gente faça, faça-se a conversão em Santo Antônio de Jesus ia ser o grande ponto de referência para eles de Rio de Janeiro x São Paulo para Salvador. E falando especificamente sobre o seu tema que é área de vegetação, quando houve a doação do governo para o instituto, um bom pedaço desse remanescente aqui, eu fiz as contas uma vez deu 25% dessa área aqui ficou pra dentro do seguro do IFBA. A gente acha isso de certa forma interessante no sentido de que se está dentro do nosso muro a gente consegue preservar. Aqui a gente consegue dar essa garantia entendeu. A gente tem vários relatos de jiboias, a gente tem iguanas já apareceram aqui, a gente teve que pegar e conduzir. Todos os nossos profissionais são orientados a não maltratar os animais a fazer a recondução deles, já apareceram cobras peçonhentas a gente pega aqui e joga elas pra depois do muro para que se afastem dos nossos alunos, mas também não justifica a gente estar sacrificando animal né, a gente entende que ele está no ambiente da gente. Eu não sei te dizer qual é a perspectiva do plano municipal em relação a essa área, que é uma área que não é arborizada, não sei te dizer, se você tivesse novidades sobre isso aqui seria até interessante. No entanto, nós do IFBA temos alguns projetos de pesquisa, de ensino e atividades de extensão que demandarão outros prédios, outro parque digamos assim civil. Então, a gente está fazendo estudos e se essa área que está aqui, se ela é suficiente ou não. É como eu estava falando agora contigo. A gente acabou de fazer a aferição desse espaço, deixa eu pegar aqui pra eu te mostrar... a gente fez a aferição desse espaço porque hoje a gente tem um polígono assim óh, daqui pra aqui meio irregular né. Então a gente vai solicitar ao Governo do Estado que faça a doação dessa área para o IFBA passar, de forma que a gente consiga fazer uma biblioteca, pavilhão de aula, núcleo de tecnologia associada à saúde.

Eu pensava que vocês já tinham uma biblioteca.

A gente já tem uma biblioteca, assim desse tamanho. A gente tem uma biblioteca hoje bem pequenininha. A gente hoje por exemplo agente tem 12 salas de aula, nós iniciamos agora 3 cursos de nível superior, análise e desenvolvimento de sistema, rede de

computadores e produção multimídia. Os cursos eles têm duração de 3 anos. Como são 6 semestres em 3 turmas, no último período a gente vai precisar de 18 salas de aula, hoje nós temos 12. Então a perspectiva é de que a gente construa mais salas de aula para poder concluir o curso. Se não a gente corre o risco de a gente ter choque de horário e dificuldade de fazer manejo de sala, ou pegue salas que não são salas de aula e utilize como salas de aula o que não é interessante. Então pra que isso não ocorra, a gente está antecipando um processo de expansão da nossa área...

Envia essa imagem pra mim? Tipo printar mesmo e mandar pra mim. Com isso aí, por exemplo eu posso pensar assim, essa área aqui eu não posso mexer entendeu. Isso aqui possa ser que haja alguma expansão como você disse.

A gente tinha a informação de que o Ministério Público ocuparia essa área, depois a gente teve uma outra informação de que a área acabou ficando pequena para o Ministério Público, essa área que sobrou aqui seria uma área que ficou pequena para o Ministério Público.

Essa aqui está menor ainda né?

Onde é. Eu não estou conseguindo identificar esse mapa. Esse mapa é esse aqui é? Ah tá é aqui atrás né, esse pedaço aqui. Eu não sei eu nunca dialoguei com o Ministério Público entendeu, foram conversas que chegaram pra mim, que ele ficaria ao nosso lado eu imaginei que seria desse lado aqui, mas eu imaginei que depois que ele tinha identificado outra localidade que ficaria melhor pra ele em outro espaço, mas isso não é uma coisa oficial, não é uma coisa pra se escrever como se isso fosse uma verdade. São só boatos que a gente ouviu.

Não, mas os boatos a gente têm que se haver também porque pode ser que lá na frente né, vai que...

Então a gente fez e está fazendo a proposta em que o Governo do Estado faça essa doação desse terreno pra a gente, considerando que é uma área que não está vegetada né, considerando que, por exemplo, se você considerar isso daqui, essa parte do fundo comercialmente, habitacionalmente é uma área morta, porque a frente já é a frente do IFBA. Isso aqui é um quintal, digamos assim entendeu. Então, qualquer outro órgão que você for instalar aqui ou qualquer outro empreendimento ele fica desfavorecido aqui, mas para o IFBA não fica tão ruim porque é a expansão do nosso próprio terreno. Então, a gente identifica que regulariza o nosso perímetro e colocar numa área que a gente possa fazer uso é bem melhor. Hoje a gente está numa área de, deixa eu só pegar aqui para te mostrar... Hoje a gente está numa área de 4 hectares...A gente ficaria com uma área de

7,5 hectares, a título de ilustração esse número eu peguei aqui agora, eu não tinha esse número ainda. A UFRB ela tem 9 hectares, a gente ficaria com 7,5 hectares, sendo que desses 7,5 hectares, bora lá fazer outra conta? Outra conta óh, dos 7,5 hectares que a gente ficaria... a gente tem aqui um compromisso... de preservação de 1,2 hectares. Dos 7,5 que a gente teria dentro do nosso perímetro 1,2 seria uma área de preservação permanente dentro do IFBA... estou preocupado. (risos)

Mas isso tudo é importante, então você teria a medição do perímetro do IFBA agora? Vocês poderiam me fornecer por e-mail ou tem alguma burocracia?

Sim. Não, posso sim, é informação pública. Eu tenho aqui... Eu fiquei um tempão discutindo a rotatória que eles iriam fazer na Policlínica ali que não ficou do jeito que eu queria.

Você tem o projeto da rotatória?

Na verdade...

Você fala que eles tiraram isso aqui e colocaram uma passagem aqui certo?

É, esse caminho que eles fizeram aqui eles fizeram um caminho assim óh, eu achei que ficou muito ruim, eu cheguei até falar com a Sônia, Sônia me passou para falar com os arquitetos dela e tal é... a via ficou basicamente assim... Isso é a via como ficou, a via como eu gostaria que ela ficasse, inclusive eu desenhei fui em campo com arquiteto, com engenheiro da prefeitura, mas infelizmente as coisas se perdem né?

É porque se eu não conseguir esse levantamento aqui, quando eu for desenhar, partir para o desenho mesmo, eu vou ter que fazer o levantamento de novo do que está agora.

A minha proposta era de que fosse assim, entendeu? Porque quem viesse de veículo por aqui a admissão nessa via seria muito mais suave do que hoje que...

E porque fizeram do outro jeito então? Realmente o modo que você fez aí agora fica mais o fluxo fica mais reto, fica muito mais tranquilo.

E ainda tem um outro agravante. Infelizmente eu acho que não vou conseguir te mostrar aqui. Tem um outro agravante que é esse aqui óh. Essa era a proposta deles, mas assim ficou feio na verdade, hoje é o que foi realizado. A cena como eu gostaria que ficasse feita e a... uma proposta minha de rotatória aqui onde você teria a via e a rotatória, então aqui é sentido obrigatório subindo, aqui é mão dupla, mão dupla e aqui é sentido obrigatório descendo. Então, todo mundo passara pela frente da UFRB quando fosse pro Sesc e quando voltasse passaria na frente do IFBA. Da mesma forma como acontece aqui, aqui o Horto dos Cajueiras sentido único e aqui é sentido único. A minha proposta e que

a prefeitura entenda também como coerente é que esse sentido ele seja propagado para Carlos do Amaral e para essa avenida daqui da extensão da Vila do Lobo que é a do IFBA. Então em sendo, digamos assim, subindo pela UFRB e descendo pela a do IFBA, a gente com uma rotatória aqui...

Não, o modo como você fez aí realmente, com o google e você aqui na minha frente, parece que tem mais lógica assim.

Aí a empresa fez assim, eles pegaram o trator um dia e passaram pelo lugar que era mais fácil entendeu? Pra eu botar uma rotatória aqui... a rotatória...

E está muito fininho para colocar a rotatória, teria que ser uma rotatória...

É teria que ser uma rotatória cá em baixo e tem uma casa de força por aqui assim que dificulta as coisas é um obstáculo visual, mas enfim. Outra coisa que eu gostaria que tivesse feito, mas infelizmente não deu tempo de executar, porque a obra da Policlínica, graças a Deus, também ocorreu muito rápido. A entrada da Policlínica ela acontece aqui desse lado. A minha proposta é que essa via aqui não existisse, a Policlínica só ocupasse desse espaço todo, e a entrada da Policlínica em vez de ser por aqui onde é hoje ela fosse por aqui entendeu? Por que? Em se hoje a Policlínica não é por aqui? Quando alguém de Nazaré vier para a Policlínica, ele vai vim pela Policlínica e vai adentrar aqui e ou ele vai pegar por aqui, o que transforma essa rua em mão dupla, ou ele vai ter que dar a volta na UFRB pra entrar. E se a entrada fosse a partir da rotatória pra quem está em Santo Antônio em vez de entrar aqui, entrar aqui, a diferença é muito pequena. Acho que o pessoal que vem sentido de Salvador, de Nazaré, Luís Ferreira o acesso fica muito mais facilitado. E para que quando você saia da Policlínica você não saia por uma via expressa, digamos assim, você saia por uma rotatória que é sempre um fluxo, uma via com um fluxo mais leve.

E Sônia falou o quê disso?

Sônia gostou da proposta. Como eu te disse, ela me encaminhou pra uns arquitetos e engenheiros dela, eu tirei uns prints disso aqui, mandei pra ela, ela pediu pra eu explicar pro pessoal, eu expliquei pro pessoal, o pessoal ficou de passar para as empresas. Aí eu não sei se isso foi passado para as empresas ou não ou de repente a gente passa para as empresas, mas na hora que o cara sobe no trator que vai puxar a via não executa. Porque esse caminho daqui ele já estava aberto, já era um caminho que já estava aberto. Na gestão anterior havia uma árvore aqui bem no meio dessa quina aqui tinha uma árvore e o pessoal pegou um trator e arrancou justamente para favorecer que a via vinhesse. Mas enfim o importante é que saiu hoje, tendo saída já estou satisfeito, não foi como eu imaginei que

seria melhor não, mas ficou muito bom. Hoje eu almejo com essa ligação ou que houvesse uma outra ligação, eu acho que assim por aqui uma ligação aqui seria uma ligação que fragmentaria muito o resquício de mata. Se não for por aqui é melhor que nem tenha porque por aqui a gente vai sangrar a mata de um jeito muito agressivo.

Você já teve contato com o Plano Diretor?

Não.

Ele está defasado. Mas ele prevê uma ligação extra, por fora sabe, aqui óh, para ter acesso à BR.

Mas isso aí é aonde? Pera aê rapidinho. Eu não estou identificando o mapa não. Aqui é a BR 101 e aqui é a BA. E isso aqui é aonde?

Não tem exatamente. É porque o Plano Diretor ele está bem, como é que digo, genérico, então não tem a localização exata disso aqui. Mas seria algo por fora.

Tem um local também que seria muito interessante se fosse possível se feito aqui em Santo Antônio de Jesus que é a Avenida 29 de Maio. Eu não sei qual é o impacto ambiental disso, sinceramente eu não sou estudioso da área do meio ambiente. Mas a Avenida 29 de Maio é uma avenida, você conhece bem Santo Antônio? Não tem uma rotatória que vai subindo pra feira? Uma rotatória que tem 4 ladeiras, uma vai pro alto sobradinho, uma pra Maria Preta, uma que vai pra feira e a que desce pra Santo Antônio.

Ah sei, sei. Eu me localizei.

Aquela rotatória ali foi muito bem executada. Eu achei que ficou muito bom. Soluções de rotatórias são soluções muito boas então a avenida ela começa aqui na rotatória e a gente tem uma linha de água que nasce por aqui, essa parte é bem encharcada, nasce por aqui e desce sentido sudeste, e a Avenida 29 de Maio, a proposta dela é que cobrisse essa via como uma via de vale que tem em Salvador. Como fez por exemplo com a Bonocô, Bonocô não, é a Imbuípe. Você cobre a via e pavimenta por cima onde você, digamos assim, canaliza o córrego né, é uma solução que eu eventualmente vejo as pessoas criticando. Mas para a mobilidade urbana em Santo Antônio de Jesus com essa via passando por cima desse canal aqui, ela conseguiria fazer a ligação da Maria Preta x Santa Rita com Cajueiro x Campo do Governo. Porque as pessoas iam necessariamente juntar radiais nessa coluna e desafogaria bastante hoje a gente identificar fazendo um fluxo pelo centro. Tem que passar por aquela rotatóriazinha ali. Mas assim eu sei que o dinheiro foi solicitado pra fazer essa via, eu sei que o dinheiro chegou, eu sei que o dinheiro foi consumido, porque isso está nos portais de controle do governo. Mas em vez de pavimentar essa via, e de fazer o serviço hidráulico correto e parará, parará, hídrico

né. Se pavimentou vários outros pontos da cidade, pegou assim e deu um banho de asfalto e a cidade na época com asfalto em várias áreas, com o dinheiro que era pra fazer uma via estruturante. Não foi feito essa via estruturante, a pressão imobiliária ocupou vários pontos da margem e é muito possível que hoje não seja mais economicamente viável você desapropriar tanta gente para fazer essa via. Naquela época era. Como hoje, esses 300m aqui do IFBA desapropria pouca gente você consegue fazer um pedacinho de chão aqui que interliga os bairros de lá com o bairro de cá.

Ok. Obrigada viu!

É sempre um prazer...

A low-angle photograph of a tree trunk, showing the rough, textured bark. The trunk curves upwards and to the right. The background is filled with bright green leaves and branches, creating a dense canopy against a clear blue sky. The lighting is bright, suggesting a sunny day.

*“Agora é encararmos o destino
E salvarmos o que resta
[...]
E determos o desmate
E não agirmos que nem alienígenas
No nosso próprio habitat”*

Quede Água? - Lenine